

## **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**RENOVA ENERGIA S.A. – Em Recuperação Judicial  
e OUTROS**

**17 de dezembro de 2019**

## SUMÁRIO

1. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES.....	7
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	14
3. ATIVOS .....	19
4. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL .....	22
5. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO .....	23
6. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E DE ATIVOS .....	24
7. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS À REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS .....	25
8. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS .....	28
9. CREDORES EXTRACONCURSAIS ADERENTES .....	35
10. ALIENAÇÃO DE UPIS .....	36
11. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS ALIENAÇÕES DAS UPIS .....	41
12. EMPRÉSTIMOS DIP .....	43
13. CONDIÇÕES PRECEDENTES PARA A ALIENAÇÃO DE UPIS .....	44
14. CRÉDITOS PARTES RELACIONADAS .....	45
15. CONVERSÃO DE DÍVIDAS EM CAPITAL .....	46
16. PRÊMIO DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA .....	46
17. EFEITOS DO PLANO.....	47
18. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	48
19. CESSÕES E SUB-ROGAÇÕES .....	50
20. LEI E FORO .....	50
ANEXO I .....	53
ANEXO II .....	54

## PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**RENOVA ENERGIA S.A. em recuperação judicial (“Renova Energia”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.534.605/0001-74, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **RENOVAPAR S.A. em recuperação judicial (“Renovapar”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.667.090/0001-71, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.204.923/0001-68, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial (“Chiplely”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial (“Alto Sertão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.296.360/0001-52, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial (“Diamantina”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.408.723/0001-02, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE VAQUETA S.A. em recuperação judicial (“Vaqueta”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.684.356/0001-57, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ABIL S.A. em recuperação judicial (“Abil”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.911.031/0001-60, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ACÁCIA S.A. em recuperação judicial (“Acácia”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.919.425/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANGICO S.A. em recuperação judicial (“Angico”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.073/0001-08, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE FOLHA DA SERRA S.A. em recuperação judicial (“Folha de Serra”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.910.740/0001-20, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JABUTICABA S.A. em recuperação judicial (“Jabuticaba”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.194/0001-41, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A. em recuperação judicial (“Jacarandá do Serrado”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.265/0001-06, com

sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TABOQUINHA S.A. em recuperação judicial (“Taboquinha”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.116/0001-47, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TABUA S.A. em recuperação judicial (“Tabua”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.007/0001-20, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE SÃO SALVADOR S.A. em recuperação judicial (“São Salvador”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.197.380/0001-12, com sede à Praça Manoel Joaquim de Azevedo, nº 82, Bairro Centro, Igaporã, Estado da Bahia, CEP 46.490-000; **CE PAU D’ÁGUA S.A. em recuperação judicial (“Pau D’Água”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.513/0001-53, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE MANINEIRO S.A. em recuperação judicial (“Manineiro”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.162/0001-40, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE UMBUZEIRO S.A. em recuperação judicial (“Umbuzeiro”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.273/0001-56, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CEDRO S.A. em recuperação judicial (“Cedro”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.330.840/0001-15, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE VELLOZIA S.A. em recuperação judicial (“Vellozia”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.475/0001-06, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANGELIM S.A. em recuperação judicial (“Angelim”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.690/0001-05, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE FACHEIO S.A. em recuperação judicial (“Facheio”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.559.964/0001-30, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE SABIU S.A. em recuperação judicial (“Sabiú”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.305.829/0001-03, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE BARBATIMÃO S.A. em recuperação judicial (“Barbatimão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.908/0001-21, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JUAZEIRO S.A. em recuperação judicial (“Juazeiro”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.341/0001-93, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JATAÍ S.A. em recuperação judicial (“Jataí”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.347/0001-54, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE IMBURANA MACHO S.A. em recuperação judicial (“Imburana Macho”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.538/0001-22, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE AMESCLA S.A.**

**em recuperação judicial (“Amescla”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.635/0001-15, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPARICA S.A. em recuperação judicial (“Itaparica”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.050.083/0001-02, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE UNHA D’ANTA S.A. em recuperação judicial (“Unha D’Anta”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.214/0001-88, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE MACAMBIRA S.A. em recuperação judicial (“Macambira”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.604/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TAMBORIL S.A. em recuperação judicial (“Tamboril”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.618/0001-95, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CARRANCUDO S.A. em recuperação judicial (“Carrancudo”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.119/0001-84, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE IPÊ AMARELO S.A. em recuperação judicial (“Ipê Amarelo”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.485/0001-57, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CABEÇA DE FRADE S.A. em recuperação judicial (“Cabeça de Frade”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.257/0001-02, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE CANJOÃO S.A. em recuperação judicial (“Canjoão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.454/0001-82, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CONQUISTA S.A. em recuperação judicial (“Conquista”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.972/0001-37, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE COXILHA ALTA S.A. em recuperação judicial (“Coxilha Alta”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.544.421/0001-86, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE BOTUQUARA S.A. em recuperação judicial (“Botuquara”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.048.083/0001-78, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE JEQUITIBA S.A. em recuperação judicial (“Jequitiba”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.412/0001-41, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TINGUI S.A. em recuperação judicial (“Tingui”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.064/0001-02, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. em recuperação judicial (“Anísio Teixeira”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.249.997/0001-10, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE IMBURANA DE CABÃO S.A. em recuperação judicial (“Imburana de Cabão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME

sob o nº 18.560.245/0001-39, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE EMBIRUÇU S.A. em recuperação judicial (“Embiruçu”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.139/0001-55, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE LENÇÓIS S.A. em recuperação judicial (“Lençóis”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.552.917/0001-00, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE CALIANDRA S.A. em recuperação judicial (“Caliandra”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.361/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ICO S.A., em recuperação judicial (“Ico”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.841/0001-25, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte; **CE ALÇAÇUZ S.A. em recuperação judicial (“Alçaçuz”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.393/0001-53, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE PUTUMUJU S.A. em recuperação judicial (“Putumuju”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.435/0001-62, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, **CE CANSANÇÃO S.A. em recuperação judicial (“Cansanção”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.737.877/0001-62, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **BAHIA HOLDING S.A. em recuperação judicial (“Bahia Holding”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.863.676/0001-41, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE BELA VISTA XIV S.A. em recuperação judicial (“Bela Vista”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.281.218/0001-90, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. em recuperação judicial (“Ventos de São Cristóvão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.875.208/0001-57, com sede à Rua 7 de setembro, nº 77, parte, Centro, Pindaí, Estado da Bahia, CEP 46490-000; **RENOVA PCH LTDA. em recuperação judicial (“Renova PCH”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.044.208/0001-91, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 450, 23º andar, salas 2301 e 2302, parte 4, Caminho das Árvores, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41820-901; **CE ITAPUÃ IV LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã IV”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.507/0001-65, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ V LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã V”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.100/0001-38, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ VII LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã VII”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.032/0001-07, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, **CE ITAPUÃ XV LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã XV”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.186/0001-07, com sede à Rua Barão de

Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ XX LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã XX”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.291/0001-38, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; e **PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. em recuperação judicial (“Iansã”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.103.456/0001-01, com sede à Rua 7 de setembro, 77, Bairro Centro, Pindaí, Estado da Bahia, CEP 46360-000, doravante denominadas em conjunto **“Recuperandas”** ou simplesmente **“Renova”**, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei 11.101/2005 (a **“LFRJ”**) apresentam nos autos do processo de recuperação judicial nº 1103257-54.2019.8.26.0100, o seguinte plano de recuperação judicial (o **“Plano”**).

## 1. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

### 1.1. Regras de Interpretação

- 1.1.1. **Termos.** Os termos e expressões em negrito e iniciados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no **Plano**, terão os significados que lhes são atribuídos na cláusula 1.2. Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.
- 1.1.2. **Cláusulas e Anexos.** Exceto se especificado de forma diversa, todas as cláusulas e anexos mencionados no **Plano** referem-se a cláusulas e anexos do próprio **Plano**.
- 1.1.3. **Títulos.** Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste **Plano** foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões.
- 1.1.4. **Interpretação.** Os termos “incluem”, “incluindo” e termos similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da frase: “mas não se limitando a”.
- 1.1.5. **Referências.** As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto.

- 1.1.6. **Disposições Legais.** As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.
- 1.1.7. **Prazos.** Todos os prazos previstos neste **Plano** serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do início e incluindo o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste **Plano** (sejam contados em **Dias Úteis** ou não) cujo termo inicial ou final caia em um dia que não seja um **Dia Útil**, serão automaticamente prorrogados para o **Dia Útil** imediatamente posterior.
- 1.1.8. **Conflito com Contratos Existentes.** Na hipótese de haver conflito entre qualquer disposição deste **Plano** e as disposições que estabeleçam obrigações para a **Renova** que constem de contratos relacionados a **Créditos Concurais**, o disposto no Plano prevalecerá.

## 1.2. Definições

- 1.2.1. **Administrador Judicial.** É a 'KPMG Corportate Finance Ltda.', CNPJ n. 29.414.117/0001-01, nomeada em 16/11/2019 como administradora judicial deste processo de Recuperação Judicial.
- 1.2.2. **Assembleia Geral de Credores.** Qualquer Assembleia Geral de Credores realizada nos termos do capítulo II, seção IV, da **LFRJ**.
- 1.2.3. **BNB.** significa o Banco do Nordeste do Brasil S.A., sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 07.237.373/0059-46.
- 1.2.4. **BTG.** significa o Banco BTG Pactual S.A, sociedade anônima de capital aberto inscrita no CNPJ sob o nº 30.306.294/0001-45.
- 1.2.5. **CDI.** Taxa dos Certificados de Depósito Interbancários, conforme fixada pelo Banco Central do Brasil e pela B3.
- 1.2.6. **CGI.** significa a **Parte Relacionada** CG I Fundo de investimento em participações multiestratégia, fundo de investimento, inscrita no CNPJ sob o nº 20.727.099/0001-35.
- 1.2.7. **CEMIG.** Significa, em conjunto, a **Parte Relacionada** Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, sociedade por ações, de economia

mista, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, a **Parte Relacionada** CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, sociedade por ações, de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.176/0001-58, bem como as demais subsidiárias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

- 1.2.8. **CITI.** significa Banco Citibank S.A., sociedade anônima inscrito no CNPJ sob o nº 33.479.023/0001-80.
- 1.2.9. **Código Civil.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
- 1.2.10. **Código de Processo Civil.** Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.
- 1.2.11. **Crédito Extraconcursal BTG:** são os **Créditos** detidos pelo **BTG** em função do instrumento particular de confissão de dívida CD14/17 e do instrumento particular de transação e confissão de dívida CD8/17, garantidos pelo instrumento particular de contrato de alienação fiduciária de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças, tendo por objeto ações do capital social da Enerbrás Centrais Elétricas S.A.
- 1.2.12. **Crédito CITI.** são os **Créditos** detidos pelo **CITI** em função de Cédula de Crédito Bancário emitida pela Renova em 23 de julho de 2019, bem como suas respectivas garantias.
- 1.2.13. **Créditos.** Todos os créditos e direitos detidos pelos **Credores** contra a **Renova**.
- 1.2.14. **Créditos Concursais.** Cada um dos **Créditos** e obrigações da Recuperanda existentes na **Data do Pedido**, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, estejam ou não constantes da **Lista de Credores**, tenham ou não participado da **Assembleia Geral de Credores**, e que não estejam excetuados pelo art. 49, §§3º e 4º, e art. 194, ambos da LFRJ. Os **Créditos Concursais** se sujeitam aos efeitos da **Recuperação Judicial** e, em razão disso, são passíveis de serem novados pelo **Plano**.
- 1.2.15. **Créditos Extraconcursais.** Cada um dos **Créditos** e obrigações que não se sujeitam aos efeitos da **Recuperação Judicial** e que não são, em razão

disso, afetados pelo **Plano**, por força do disposto no art. 49, caput e §§3º e 4º, e art. 194, ambos da **LFRJ**.

- 1.2.16. **Créditos com Garantia Real. Créditos Concursais** detidos por **Credores com Garantia Real – Classe II**.
- 1.2.17. **Créditos de Micro e Pequenas Empresas. Créditos Concursais** detidos pelos **Credores Micro e Pequenas Empresas – Classe IV**.
- 1.2.18. **Créditos Partes Relacionadas. Créditos** contra a **Renova**, detidos por **Partes Relacionadas à Renova**.
- 1.2.19. **Créditos Quirografários. Créditos Concursais** detidos pelos **Credores Quirografários – Classe III**.
- 1.2.20. **Créditos Trabalhistas. Créditos Concursais** detidos pelos **Credores Trabalhistas – Classe I**.
- 1.2.21. **Credores**. Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos**, estejam ou não relacionadas na **Lista de Credores**.
- 1.2.22. **Credores Concursais**. Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos Concursais**.
- 1.2.23. **Credores Essenciais Fundiários**. Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos Quirografários** ou de **Créditos de Micro e Pequenas Empresas** que figurem como arrendatários em contratos de arrendamento imobiliário que sejam considerados pela **Renova** como sendo essenciais ao desempenho de suas atividades, especialmente para os projetos em implantação ou em desenvolvimento, cujos contratos sejam mantidos em vigor.
- 1.2.24. **Credores Investidores DIP. Credor** ou **Credores** que realizarem com a **Renova** um **Empréstimo DIP**.
- 1.2.25. **Credores Investidor BPCH. Credor** ou **Credores** que (i) venham a adquirir a **UPI Brasil PCH**, por meio de **Procedimento Competitivo**; ou (ii) venham a financiar, 100% (cem por cento) do preço de compra, o investidor ou os investidores que venham a adquirir a **UPI Brasil PCH**, por meio de **Procedimento Competitivo**.

- 1.2.26. **Credores Extraconcursais.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos Extraconcursais**.
- 1.2.27. **Credores com Garantia Real ou Credores Classe II, ou Classe II. Credores Concursais** detentores de créditos com garantia real, tal como consta dos arts. 41, II, da **LFRJ**, e que compõem a Classe II.
- 1.2.28. **Credores Micro e Pequenas Empresas ou Credores Classe IV, ou Classe IV. Credores Concursais** enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, tal como consta do artigo 41, IV, da **LFRJ**, e que compõem a Classe IV.
- 1.2.29. **Credores Quirografários ou Credores Classe III, ou Classe III. Credores Concursais** detentores de **Créditos Quirografários**, tal como consta dos arts. 41, III, da **LFRJ**, bem como **Credores com Garantia Real** ou **Credores Extraconcursais** cujos **Créditos** não sejam integralmente cobertos pelo valor das respectivas garantias reais ou fiduciárias, até o limite do valor não coberto pela respectiva garantia.
- 1.2.30. **Credores Retardatários. Credores** cujos **Créditos Concursais** somente venham a ser reconhecidos por meio de decisão determinando sua inclusão na **Lista de Credores**, após a **Assembleia de Credores** que deliberar acerca da aprovação deste **Plano**.
- 1.2.31. **Credores Trabalhistas, ou Credores Classe I, ou Classe I. Credores Concursais** detentores de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do artigo 41, I, da **LFRJ**, e que compõem a Classe I.
- 1.2.32. **Data de Homologação.** É a data em que for publicada a decisão judicial pelo **Juízo da Recuperação** que homologa o **Plano** e concede a recuperação judicial, nos termos do artigo 58, caput, e/ou §1º da **LFRJ**.
- 1.2.33. **Data do Pedido.** 16/10/2019, data em que foi protocolado o pedido de recuperação judicial da **Renova** perante o MM. **Juízo da Recuperação**.
- 1.2.34. **Dia Útil.** Qualquer dia que não seja (i) um sábado, (ii) um domingo, (iii) um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou (iv) um dia em que o Fórum Judicial onde se processa a **Recuperação Judicial** esteja fechado em função de recesso ou feriado forense.

- 1.2.35. **Empréstimo DIP.** Qualquer operação de mútuo realizada em benefício da **Renova**, no contexto da **Recuperação Judicial** e após a **Data do Pedido**.
- 1.2.36. **Homologação Judicial do Plano.** A decisão judicial, proferida pelo **Juízo da Recuperação** ou pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou outro que seja competente, que concede a recuperação judicial à **Renova**, nos termos do art. 58, caput, ou do art. 58, §1º, da **LFRJ**. Para todos os efeitos deste **Plano**, considera-se que a **Homologação Judicial do Plano** ocorre na data da publicação, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), da decisão judicial que conceder a recuperação judicial à **Renova**.
- 1.2.37. **IPCA.** É o Índice de Preços ao Consumidor, coletado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em seu site: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>.
- 1.2.38. **Juízo da Recuperação.** É o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo – SP.
- 1.2.39. **LFRJ.** Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.
- 1.2.40. **Lista de Credores.** É a lista de credores apresentada pelas **Recuperandas** em anexo à petição inicial do pedido de recuperação judicial, respeitadas e observadas modificações supervenientes, quanto ao valor, classificação e natureza dos **Créditos**, pelo **Administrador Judicial** ou por decisão proferida pelo **Juízo da Recuperação**.
- 1.2.41. **Parte Relacionada.** É a pessoa física ou jurídica que possui créditos contra o **Grupo Renova** e que possui ao mesmo tempo, participação societária no **Grupo Renova**, nos termos exclusivamente indicados na **Lista de Credores**, conforme apontamentos do **Administrador Judicial**;
- 1.2.42. **Plano.** Este plano de recuperação ajustado, incluindo todos os seus anexos.
- 1.2.43. **Procedimento Competitivo.** Procedimento competitivo de alienação de bens (na forma ou não de **UPI**), realizado em qualquer das modalidades referidas nos arts. 60, 142, 144 ou 145 da **LFRJ**.
- 1.2.44. **Projeto Alto Sertão III Fase A.** em conjunto, as seguintes sociedades: (i) ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A., (ii) DIAMANTINA EÓLICA

PARTICIPAÇÕES S.A., (iii) CE VAQUETA S.A., (iv) CE ABIL S.A., (v) CE ACÁCIA S.A., (vi) CE ANGICO S.A., (vii) CE FOLHA DE SERRA S.A., (viii) CE JABUTICABA S.A., (ix) CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A., (x) CE TABOQUINHA S.A., (xi) CE TABUA S.A., (xii) CE SÃO SALVADOR S.A., (xiii) CE PAU D'ÁGUA S.A., (xiv) CE MANINEIRO S.A., (xv) CE UMBUZEIRO S.A., (xvi) CE CEDRO S.A., (xvii) CE VELLOZIA S.A., (xviii) CE ANGELIM S.A., (xix) CE FACHEIO S.A., (xx) CE SABIU S.A., (xxi) CE BARBATIMÃO S.A., (xxii) CE JUAZEIRO S.A., (xxiii) CE JATAÍ S.A., (xxiv) CE IMBURANA MACHO S.A., (xxv) CE AMESCLA S.A., (xxvi) CE UNHA D'ANTA S.A. e (xxvii) CE ITAPARICA S.A.

- 1.2.45. **Proponente.** Pessoa física ou jurídica que se habilite para apresentar proposta de aquisição de bem no **Procedimento Competitivo**.
- 1.2.46. **Recuperação Judicial.** Este processo de recuperação judicial da **Renova**, autuado sob o n. 1103257-54.2019.8.26.0100, em trâmite perante o **Juízo da Recuperação**.
- 1.2.47. **Recursos Líquidos.** Receitas obtidas através de alienação de quaisquer ativos via **Procedimento Competitivo**, líquidas de todas as despesas, incluindo assessores legais, financeiros e de fusões e aquisições, relacionadas ao processo de alienação, impostos incorridos pela **Renova** decorrentes da transação.
- 1.2.48. **Renova** ou **Grupo Renova** ou **Recuperandas.** Em conjunto, todas as sociedades recuperandas mencionadas no preâmbulo.
- 1.2.49. **TR.** É a taxa de juros de referência, conforme calculada pelo Banco Central do Brasil, normatizada pela Resolução CMN 3.354, de 2006, alterada pela Resolução CMN 3.446, de 2007, e pela Resolução CMN 3.530, de 2008.
- 1.2.50. **TLP.** Taxa de Juros de Longo Prazo instituída pela Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.
- 1.2.51. **UPI.** Cada uma das unidades produtivas isoladas da **Renova**, nos termos do art. 60 da Lei de Recuperação de Empresas, cuja alienação, em **Procedimento Competitivo**, poderá se dar por meio da constituição de SPE, Fundo Imobiliário, ou qualquer outra estrutura que a **Renova** entenda mais adequada para o atendimento de sua finalidade específica.

- 1.2.52. **UPI Brasil PCH.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.2.
- 1.2.53. **UPI Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.5.
- 1.2.54. **UPI Mina de Ouro.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.3.
- 1.2.55. **UPIs Projetos em Desenvolvimento.** Têm a definição que lhes é atribuída pela Cláusula 10.4.

## 2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 2.1. Histórico

- 2.1.1. Com mais de 18 (dezoito) anos de existência, a **Renova** foi uma das primeiras empresas a apostar na atividade de geração de energia elétrica renovável no Brasil, sendo hoje um dos principais grupos empresariais brasileiros dedicados à produção e à comercialização de energia renovável, advinda de matrizes eólicas, solares e hidráulicas. A **Renova** é composta por 61 (sessenta e uma) sociedades empresárias, em sua maioria dedicadas à produção de energia elétrica derivada de matrizes eólicas.
- 2.1.2. Apesar de a maioria da energia elétrica mundial ainda ser proveniente de fontes não renováveis, como carvão, petróleo e gás natural, a geração de energia renovável vem crescendo exponencialmente no mundo todo, sendo o Brasil um personagem importantíssimo nessa dinâmica. Hoje, a energia elétrica proveniente de fontes renováveis representa cerca de 24% do total de energia consumida no mundo, enquanto no Brasil esse percentual sobe para impressionantes 82%<sup>1</sup>. A matriz energética brasileira é, portanto, muito mais sustentável do que a matriz energética mundial.
- 2.1.3. Sob esse prisma, o Brasil é destaque mundial quando o assunto é produção de energia renovável e redução de impactos ambientais<sup>2</sup>. Tal fato se deve em grande medida às atividades pioneiras da **Renova**, uma

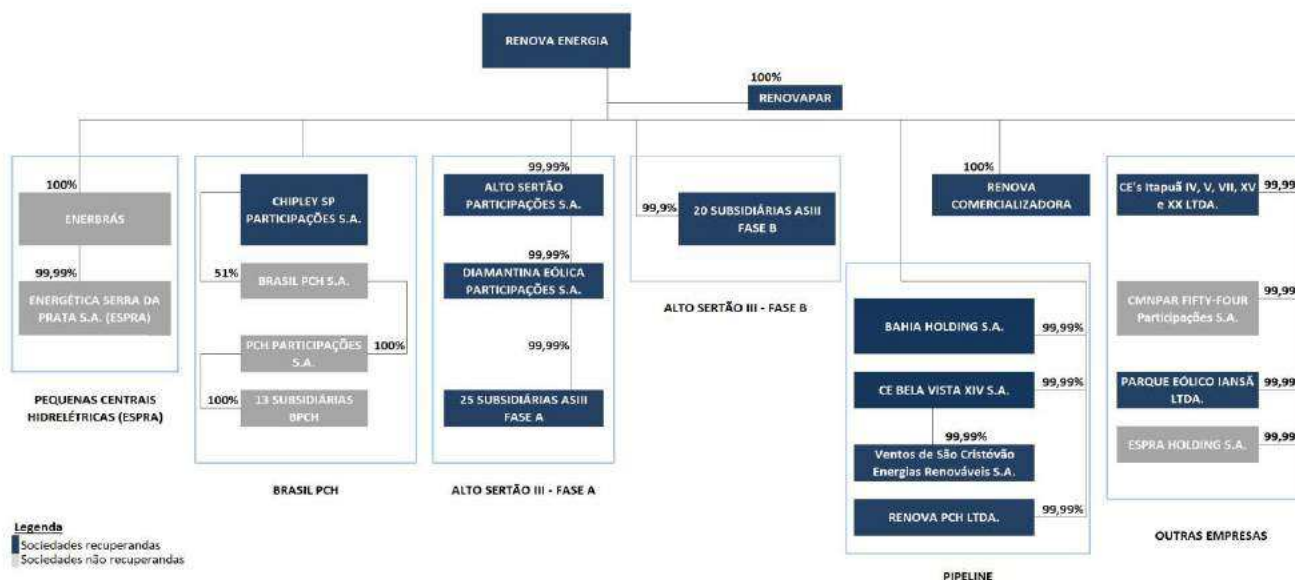
<sup>1</sup> Fonte: <http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>, ano-base 2016.

<sup>2</sup> <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2018/03/brasil-renovavel-pais-e-destaque-mundial-em-respeito-ao-meio-ambiente>

das mais representativas do segmento na América Latina. Tanto é assim que, desde 2010, a Renova Energia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sendo a primeira empresa do setor a abrir capital.

## 2.2. Estrutura societária e operacional.

- 2.2.1. A **Renova** hoje exerce atividades de geração de energia elétrica por meio de pequenas centrais hidroelétricas (“PCHs”)<sup>3</sup> e usinas eólicas (“EOLs”), via regime de autorização por parte do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (art. 25, Lei 9.427/1996). Atualmente, o Grupo opera com 62 (sessenta e duas) outorgas de autorizações para a geração de energia elétrica perante a ANEEL, das quais 16 (dezesseis) referem-se a PCHs e 46 (quarenta e seis) a usinas eólicas. O organograma simplificado das empresas reflete a forma coordenada de atuação das empresas do grupo:



- 2.2.2. A receita da **Renova** será exclusivamente derivada de quatro grandes grupos de projetos: dois que já são operacionais – ENERBRAS (via ESPRA)

<sup>3</sup> As Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) são centrais geradoras de energia elétrica de matrizes hidráulicas que possuem reservatórios de até três quilômetros quadrados, e com potência instalada entre 1 MW e 30 MW. Como característica marcantes destas geradoras estão: (i) a produção de impactos ambientais significativamente baixos, pois não há a necessidade de alagamento de grandes áreas, o que preserva a fauna local, além de não haver a emissão de gases poluentes; e (ii) a capacidade de construção com menor vazão, que proporciona a descentralização da geração de eletricidade no Brasil. (Fonte: <https://abrapch.org.br/2014/03/17/o-que-sao-pchs-e-cghs/>)

e CHIPLEY (via Brasil PCH) – e, quando desenvolvidos e implementados, também os Projetos Alto Sertão III Fase A e demais projetos em desenvolvimento (*Pipeline*).

- 2.2.3. O complexo Alto Sertão III, um dos principais projetos da **Renova** relativo à geração de energia elétrica de matrizes eólicas, subdivide-se nas fases A e B: a fase A com 25 (vinte e cinco) EOLs em implantação e a fase B com 20 (vinte) EOLs em desenvolvimento avançado, todas organizadas na forma de Sociedades de Propósito Específico – SPEs. Quando finalizado, o ASIII Fase A prevê a geração de aproximadamente 400MW, ou seja, capacidade suficiente para abastecimento de energia a 420 mil casas durante um ano<sup>4</sup>.
- 2.2.4. A comercialização de energia elétrica da **Renova**, por sua vez, é feita por intermédio da sua subsidiária Renova Comercializadora, a qual está autorizada perante a ANEEL a atuar como agente comercializadora de energia elétrica por meio do Despacho nº 537/2013, e que compõe os quadros da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“**CCEE**”) como agente comercializador de energia elétrica.
- 2.2.5. A **Renova** participa de leilões de energia de reserva (“**LERs**”) no âmbito da CCEE, que resultam na realização de Contratos de Energia de Reserva (“**CERs**”)<sup>5</sup>, em Ambiente de Contratação Regulado (“**ACR**”)<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> O projeto, conforme noticiado pela Mídia, é altamente rentável. Tanto é assim que a AES Tietê, há cerca de um ano, chegou a formalizar proposta de aquisição do projeto em seu atual estágio pelo valor de R\$ 1,6 bilhão de real. Nesse sentido: <https://www.valor.com.br/empresas/6012991/aes-tiete-oferece-r-16-bi-por-parque-eolico-da-renova>.

<sup>5</sup> A Energia de Reserva é aquela destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN), e é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, através de CERs. A Energia de Reserva atua de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR). (Fonte: [https://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos\\_menu\\_lateral/energia\\_reserva?](https://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos_menu_lateral/energia_reserva?)).

<sup>6</sup> O ACR é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-regulada-acr->)

2.2.6. Além disso, a **Renova** também produz e comercializa energia renovável por meio de PPAs<sup>7</sup>, de maneira independente, em Ambiente de Contratação Livre ("ACL")<sup>8</sup>.

2.2.7. Hoje, a **Renova** gera por meio de suas atividades mais de 1000 empregos diretos e indiretos.

### 2.3. Razões da crise.

2.3.1. Um dos mais importantes projetos da **Renova** atualmente é o denominado projeto Alto Sertão, que envolve a geração de energia elétrica renovável de matrizes eólicas no interior do Estado da Bahia. O projeto foi originalmente dividido em três diferentes complexos eólicos (denominados Alto Sertão I, II e III), sendo que os dois primeiros complexos (Alto Sertão I e II) já foram vendidos.

2.3.2. Os esforços da **Renova** estão hoje focados em seu principal projeto, o **Projeto Alto Sertão III Fase A**, onde estão as EOLs que, quando operacionais, estarão dedicadas ao atendimento dos PPAs vigentes da Companhia no ACR (LER13, LER14) e ACL (Light I e Cemig I).

2.3.3. Ocorre que, por diversas dificuldades de caixa enfrentadas pela **Renova**, e mesmo diante de sucessivos aportes e adiantamentos dos contratos de energia realizados por acionistas, ainda não foi possível concluir o **Projeto Alto Sertão III Fase A**, que se encontra, atualmente, 85% concluído, especialmente porque os recursos originalmente destinados à finalização do projeto acabaram sendo consumidos em grande maioria pelos juros e amortizações das dívidas.

2.3.4. Nada obstante, diante da estimativa de capacidade de geração do **Projeto Alto Sertão III Fase A**, após concluído, e para viabilizar a obtenção de contratos de financiamento, a **Renova** havia celebrado PPAs que se mostravam adequados para a sua capacidade geradora.

---

<sup>7</sup> Sigla de *Power Purchase Agreement*, nomenclatura usualmente utilizada ao redor do mundo para fazer referência a contratos de comercialização de energia elétrica renovável a longo prazo entre um desenvolvedor de energia elétrica renovável e um consumidor.

<sup>8</sup> O ACL é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-livre-acl->)

- 2.3.5. Como consequência do atraso na conclusão do **Projeto Alto Sertão III Fase A**, as SPEs que compõem referido projeto têm sido obrigadas a cumprir suas obrigações de fornecimento de energia elétrica por meio da compra no mercado *spot*<sup>9</sup>, honrando assim os compromissos assumidos em tais PPAs. Tal necessidade de compra de energia no mercado *spot* tem contribuído definitivamente para o endividamento da **Renova**, ressaltando-se que, apenas no ano de 2018, a despesa com tal compra de energia somou R\$ 815 milhões de reais.
- 2.3.6. Atualmente, tanto para propiciar a aquisição de energia no mercado spot quanto para financiar as tentativas de prosseguimento do **Projeto Alto Sertão III Fase A**, a **Renova** tem se socorrido de captação de recursos por meio de seus próprios acionistas, via antecipação de recursos futuros provenientes de tais PPAs do Mercado Livre. No entanto, apesar de ser o único meio de captação disponível por falta de capacidade de alavancagem e de obtenção de crédito junto ao mercado financeiro, o nível de recursos exigido tem sido proibitivamente alto, o que impede que a **Renova** e seus acionistas sigam adotando tal modalidade de financiamento.
- 2.3.7. Além disso, em 2018, o preço de venda da energia elétrica renovável de matriz eólica – principal ativo produzido pela **Renova** – atingiu o seu menor patamar no Brasil<sup>10</sup>. Trata-se, aliás, de tendência mundial, capitaneada também por México, Índia, Marrocos, Estados Unidos da América e Canadá, e que representa um desafio adicional para todos os *players* do mercado de energia renovável.
- 2.3.8. Outra dificuldade enfrentada pela **Renova** diz respeito a tentativas frustradas de alienação de seus ativos relevantes. Como é de conhecimento público<sup>11</sup>, a **Renova** vem há mais de um ano tentando negociar a venda de alguns de seus projetos mais relevantes, como as Fases A e B do projeto Alto Sertão III, tudo na tentativa de redimensionar suas operações e obter caixa que permita a reestruturação de seu capital

<sup>9</sup> O termo “spot” é comumente utilizado para designar mercados de *commodities*, títulos ou câmbio onde as operações são realizadas à vista e as mercadorias são transferidas de forma imediata, em oposição a mercados nos quais as operações são feitas para pagamento ou liquidação futuras. (Fonte: <https://maisretorno.com/blog/termos/m/mercado-spot/>)

<sup>10</sup> Dados obtidos a partir da *Global Wind Energy Council* por meio do seguinte endereço eletrônico:

<https://gwec.net/what-forces-are-shaping-brazils-wind-power-sector/>

<sup>11</sup> <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,tres-grupos-disputam-complexo-eolico-da-renova-avaliado-em-r-700-milhoes,70002587980>

e a realização de novos investimentos de maneira sustentável. No entanto, apesar de todos os esforços empreendidos, as negociações não vêm sendo bem-sucedidas.

- 2.3.9. O endividamento da **Renova**, sujeito à Recuperação Judicial soma cerca de R\$ 2,5 bilhões totais, sendo R\$ 11,7 milhões no âmbito trabalhista e R\$ 2,5 bilhões para bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequena empresas. Deste total, R\$ 406 milhões correspondem a débitos *intercompany*, e expressivos R\$ 552 milhões a débitos com seus atuais acionistas. Cumpre esclarecer também que o endividamento extraconcursal da **Renova** é bastante significativo, aproximando-se de R\$ 614 milhões, dos quais R\$ 434 milhões com seus atuais acionistas e R\$ 35 milhões no âmbito fiscal.

### 3. ATIVOS.

- 3.1. A **Renova**, por meio de suas participações e subsidiárias, atua em três dos principais ramos da geração de energia: hidrelétrica, eólica e solar.
- 3.2. Por meio do projeto ESPRA, a **Renova** possui três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) operantes desde 2008 e que formam o Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, no extremo sul da Bahia. As três PCHs geram 41,8 MW . Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.

CACHOEIRA DA LIXA

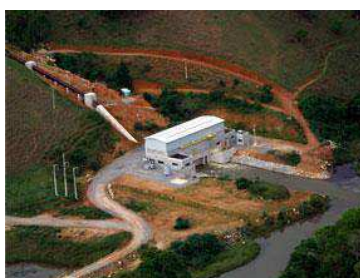


Localização: Itamaraju/BA e Jucuruçu/BA



Potência Instalada: 14,8MW

COLINO I



Localização: Vereda/BA e Jucuruçu/BA



Potência Instalada: 11,0MW

COLINO II



Localização: Vereda/BA e Jucuruçu/BA



Potência Instalada: 16,0MW

- 3.3. O projeto Brasil PCH, empresa da qual a Renova detém 51% de participação, tem 13 PCHs (localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás e Minas Gerais) que, em conjunto, geram uma energia de 291,0 MW e 194 MW médios de energia assegurada. Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.



- 3.4. O projeto Alto Sertão III, atualmente em implantação e aproximadamente 85% concluído, apresentará 26 parques eólicos (155 turbinas) e 1 parque solar (19.200 PV Painéis Solares), localizados no Estado da Bahia, com capacidades de geração de 432,6 MW e 4,8 MWp, respectivamente. São 159 MW negociado no 05º LER de 2013, 43,2 MW negociado no 06º LER de 2014 e 231,3 MW negociados no Mercado Livre.



- 3.5. Além dos ativos acima, a **Renova** é pioneira no desenvolvimento de projetos inovadores de energia renovável, principalmente eólica. Possui atualmente vários projetos em desenvolvimento (*pipeline*) com localização estratégica. O *pipeline* da Renova é composto por 17 (dezessete) projetos que totalizam 6.494,4 MW além do da fase B do projeto Alto Sertão III, com 408,0 MW, totalizando 6.902,0 MW em desenvolvimento. Dos projetos, destacam-se os projetos Mina de Ouro e o Alto Sertão III Fase B, que estão em estágio avançado de desenvolvimento.

PROJETO			AEROGERADOR		PROJETO	POTÊNCIA *
ID	Nome	UF	Marca / Modelo	Qtde	UF	MW
01	ARPOTI	PE/PB	Vestas 150-4.2MW	135	PE/PB	567,0
02	BARRA	BA	GE 158-4.8MW	136	BA	816,0
03	BELAMADRE	PE	Vestas 150-4.2MW	53	PE	222,6
04	BETANIA	PE/PI	GE 158-4.8MW	94	PE/PI	451,2
05	CACIMBAS	PB	GE 158-4.8MW	69	PB	331,2
06	CHAPECARI	RN	Vestas 150-4.2MW	88	RN	369,6
07	CROARANGA	CE	GE 158-4.8MW	64	CE	307,2
08	FACHEIRO II	RN	GE 158-4.8MW	115	RN	552,0
09	FACHEIRO III	RN	GE 158-4.8MW	53	RN	254,4
10	GRAUNA	BA	GE 158-4.8MW	138	BA	662,4
11	LABOCÓ	RN	GE 158-4.8MW	19	RN	91,2
12	MINA DE OURO EXPANSÃO	BA	GE 158-4.8MW	42	BA	201,6
13	MINA DE OURO FASE B	BA	GE 158-4.8MW	85	BA	408,0
14	MINA DE OURO PORTFÓLIO	BA	GE 158-4.8MW	75	BA	273,6
15	MULATO	BA	Vestas 150-4.2MW	100	BA	420,0
16	SANTAPAPE II	RN/PB	GE 158-4.8MW	45	RN/PB	216,0
17	SANTAPAPE IV	RN/PB	GE 158-4.8MW	62	RN/PB	297,6
18	TUPAMAMA	PE	GE 158-4.8MW	96	PE	460,8
Total				1.469		6.902,4

\*Potência certificação AWS Mar/19 com atualização das potências dos Projetos 02 & 14 segundo estimativas da companhia

#### 4. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL.

- 4.1. Diante da intrincada interligação financeira e operacional entre as sociedades que compõem o grupo econômico, a reestruturação da **Renova** ocorrerá mediante a consolidação substancial de todas as **Recuperandas**, o que implica o estabelecimento de solidariedade entre todas as **Recuperandas** em relação a todos os **Créditos Concursais**, bem como na utilização do patrimônio de todas as **Recuperandas** para o pagamento de todos os **Credores Concursais**.
- 4.2. A consolidação substancial, além de representar benefício jurídico aos **Credores Concursais** (na medida em que todas as **Recuperandas** passam a ser solidariamente responsáveis por todos os pagamentos), se apresenta como requisito indispensável para a preservação das atividades da **Renova**, com todos os benefícios sociais e econômicos que advirão desta preservação.
- 4.3. De fato, a estrutura societária e organizacional da **Renova** apresenta diversos elementos que evidenciam a imprescindibilidade da consolidação substancial,

ressaltando a impossibilidade/ineficiência de eventuais tentativas de soerguimento de cada **Recuperanda** de forma isolada.

- 4.4. Primeiramente, destaca-se a existência de óbvio controle comum entre as Recuperandas, bem como a identidade dos quadros societários da grande maioria das Recuperandas. Como se observa do organograma apresentado acima, a Renova Energia é controladora, direta ou indireta, de todas as demais **Recuperandas**. O mesmo se aplica à Renovapar S.A., que é acionista direta de 59 (cinqüenta e nove) das outras 60 (sessenta) **Recuperandas**.
- 4.5. Além da já demonstrada unidade de controle sob o ponto de vista formal, cabe ressaltar ainda que existe no presente caso uma efetiva unidade de comando e direção, dado que os diretores são os mesmos em todas as **Recuperandas**.
- 4.6. Destaca-se, também, a existência de garantias cruzadas entre diversas empresas do grupo. Conforme já mencionado acima, o endividamento da **Renova** soma cerca de R\$ 2,5 bilhões totais, sendo que, deste valor, aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) possui garantias cruzadas entre as diversas **Recuperandas** – notadamente a Renova Energia, que é garantidora de 90% (noventa por cento) das dívidas do grupo.
- 4.7. Além disso, cabe destacar que todos os funcionários do grupo, que prestam serviços a todas as Recuperandas, tem sua contratação viabilizada pela holding Renova Energia – sendo esta empresa a detentora de 100% (cem por cento) do débito trabalhista do grupo. Além disso, a holding Renova Energia também é responsável pela administração do caixa único de todas as empresas do grupo, sendo que todos os pagamentos devidos por todas as sociedades integrantes do grupo são realizados pela Renova Energia, ficando óbvia a estrita relação de interdependência entre todas as sociedades que compõem o grupo.
- 4.8. Por fim, mas não menos importante, cabe ressaltar a efetiva interdependência operacional entre as diferentes sociedades que compõem a **Renova**. Como já se observou acima, além da holding (Renova Energia), cada uma das demais Recuperandas têm uma função específica dentro do grupo empresarial, função esta que não faz nenhum sentido sem as demais sociedades.
- 4.9. A Renova Comercializadora, por exemplo, tem por função comercializar a energia produzida pelas demais sociedades (não possuindo produção de energia própria). A Renova Participações, por sua vez, tem a única função de compor a participação societária nas demais sociedades que compõem o grupo econômico, não possuindo atividades operacionais independentes. As SPEs que compõem cada

um dos projetos, por sua vez, só fazem sentido quando consideradas de maneira conjunta, na medida em que seu desmembramento implicaria o desmembramento do próprio projeto que integram.

- 4.10. Isso posto, resta evidente que, por todas as razões acima, a consolidação substancial se faz imprescindível no presente caso, razão pela qual a **Renova** apresenta um plano único a todos os seus credores, o qual deverá ser votado e decidido de forma consolidada e igualitária por todos os **Credores Concursais** da **Renova**.

## 5. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

- 5.1. **Objetivo do Plano de Recuperação Judicial.** Este **Plano** tem o objetivo de permitir à **Renova** superar sua crise econômico-financeira, retomar seu crescimento de forma sustentada, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, e atender aos interesses dos **Credores**, retomando fontes de recursos e formas viáveis de pagamento de seus **Créditos**.
- 5.2. **Síntese das Medidas de Recuperação.** O **Plano** prevê que a **Renova** poderá utilizar os seguintes meios de recuperação: (i) reestruturação de seu endividamento, com alterações no prazo, nos encargos e na forma de pagamento dos **Créditos Concursais**; (ii) reorganização societária e de ativos da **Renova**, inclusive com eventual aumento de capital social ou alienação de ativos ou de **UPIs** via **Procedimento Competitivo**; e (iii) outras medidas previstas no artigo 50 da **LFRJ** que sejam previstas no **Plano** e que venham a ser aprovadas pela **Assembleia de Credores**.
- 5.3. **Viabilidade Econômica do Plano.** A viabilidade econômico-financeira do **Plano** foi atestada pela APSIS Consultoria Empresarial LTDA, por meio de laudo protocolado junto com o **Plano** e que deste constitui parte integrante.
- 5.4. **Observância da Capacidade de Pagamento.** O pagamento dos **Créditos** pela forma estabelecida no **Plano** observa a geração de caixa oriunda das operações da **Renova**, bem como da alienação de ativos, e está em consonância com a sua capacidade de pagamento.

## 6. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E DE ATIVOS

- 6.1. Com o objetivo de permitir uma adequada implementação das medidas operacionais e financeiras previstas neste **Plano**, sobretudo com relação às propostas de pagamento, no melhor interesse dos **Credores**, a **Renova** poderá adotar medidas de reorganização societária e de ativos, estando autorizada, desde já, a (i) realizar operações de reorganização societária, dentre elas, fusão, cisão, aquisição, encerramento de filiais, incorporação, incorporação de ações e/ou ativos, ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo as **Recuperandas**, desde que observadas todas as disposições legais aplicáveis e desde que tais operações não impliquem em perdas para os **Credores**; e (ii) adquirir novos ativos ou estabelecer parcerias estratégicas.
- 6.2. As sociedades ENERBRÁS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A., e BAHIA HOLDING S.A., poderão ser incorporadas à Renova Energia S.A. com o objetivo de simplificar a atual estrutura da **Renova**, permitindo maior eficiência administrativa, financeira e fiscal, respeitadas em qualquer caso as disposições constantes dos instrumentos de garantia real ou fiduciária que estiverem vigentes em relação a cada uma destas sociedades.
- 6.3. As empresas que compõem a Fase A do **Projeto Alto Sertão III**, exceto suas holdings Alto Sertão Participações S.A. e Diamantina Eólica Participações S.A., poderão ser incorporadas em uma ou mais empresas, de forma a simplificar a atual estrutura do projeto, permitindo maior eficiência administrativa, financeira e fiscal. Tal consolidação não afetará as garantias reais dos **Credores com Garantia Real** sobre essas sociedades, uma vez que as sociedades às quais serão incorporadas já têm suas próprias ações oneradas em favor de tais credores.
- 6.4. As incorporações e/ou consolidações mencionadas nos itens anteriores deverão ser precedidas de todas as autorizações regulatórias e legais que eventualmente se façam necessárias.

## 7. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS À REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

- 7.1. **Âmbito de aplicação do Plano.** O **Plano** se aplica a todos os **Créditos Concursais**, sem distinção, independentemente da classe de credores em que os **Créditos Concursais** se enquadrem, e governa todas as relações entre o a **Renova** e os **Credores Concursais**, substituindo todos os contratos e outros instrumentos que deram origem ou que regem os **Créditos Concursais**.

- 7.2. **Reestruturação dos Créditos Concursais.** O **Plano**, observado o disposto no art. 61 da Lei de Recuperação de Empresas, assim que homologado, implica em imediata novação de todos os **Créditos Concursais**, que serão pagos pela **Renova** exclusivamente nos prazos e formas estabelecidos no **Plano**. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, juros de mora, bem como quaisquer outras obrigações que sejam incompatíveis com as condições deste **Plano**, deixam de ser aplicáveis.
- 7.3. **Classificação dos Créditos Concursais.** Os **Credores Concursais** estão divididos, nos termos do art. 41 da **LFRJ**, entre as classes de credores indicadas a seguir. O pagamento dos **Credores Concursais** em cada classe de credores seguirá o disposto neste **Plano**.
- 7.3.1. **Forma de Pagamento.** Os valores devidos aos **Credores Concursais** nos termos deste **Plano** serão pagos por meio da transferência direta de recursos, mediante documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou outro meio equivalente, à conta bancária do respectivo **Credor** que consta atualmente dos registros internos da **Renova**. Caso a **Renova** não possua tais dados bancários ou caso o **Credor** precise atualizá-los, ou caso queira receber os pagamentos previstos neste **Plano** em conta bancária de terceiros, o **Credor** deverá enviar tais dados exclusivamente por e-mail à **Renova**, em até 30 (trinta) dias contados da **Data de Homologação**, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 18.11. Os eventuais pagamentos que não forem realizados ou que forem realizados de forma incorreta ou tardia em razão da falta de informação dos dados referentes às contas bancárias pelos **Credores** no prazo e na forma prevista nesta Cláusula não serão considerados descumprimento ao **Plano**, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio das quantias aqui previstas.
- 7.4. **Início dos prazos para pagamento.** Salvo se houver disposição legal ou previsão contrária no **Plano**, os prazos previstos para pagamento dos **Créditos Concursais**, bem como eventuais períodos de carência previstos no **Plano**, somente terão início a partir da **Data de Homologação**.
- 7.5. **Data do pagamento.** Os pagamentos dos **Créditos Concursais** serão realizados nas datas dos seus respectivos vencimentos previstos no **Plano**. Salvo se houver previsão em contrário no **Plano**, os pagamentos devidos em um determinado mês

- deverão se realizar até o ultimo dia útil do referido mês. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação previstos no **Plano** cair em um dia que não seja um **Dia Útil**, sua data de vencimento será prorrogada para o **Dia Útil** seguinte.
- 7.6. **Compensação.** Os pagamentos devidos aos **Credores Concursais** em função do **Plano**, quando se tornarem exigíveis, poderão ser compensados com outros créditos eventualmente devidos à **Renova** pelo respectivo **Credor Concursal**, devendo tal compensação respeitar os demais requisitos legais para tanto.
- 7.7. **Antecipação de pagamentos.** Além das hipóteses específicas previstas no **Plano**, a **Renova** poderá antecipar o pagamento de quaisquer **Credores Concursais**, com abatimento proporcional dos juros e encargos incidentes nos termos do **Plano**, desde que tais antecipações de pagamento sejam oferecidas em igualdade de condições a todos os **Credores Concursais** pertencentes à classe de credores cujo pagamento se pretende antecipar.
- 7.8. **Ausência do quadro geral de credores.** Considerando que ainda não foi consolidado o quadro geral de credores, os **Créditos Concursais** que sejam reconhecidos ou tornados líquidos por decisão judicial ou arbitral posterior à **Data do Pedido** ou à **Data de Homologação** serão pagos exclusivamente nos termos do **Plano**. Sem prejuízo de as **Recuperandas** envidarem seus melhores esforços para habilitação de tais créditos, caberá aos **Credores Concursais** tomar todas as medidas necessárias para a devida inclusão do seu **Crédito Concursal** na **Lista de Credores**, conforme previsto na **LFRJ**. Os pagamentos que não forem realizados ou forem realizados tardiamente em razão de os **Credores** não terem realizado a inclusão do seu **Crédito Concursal** na **Lista de Credores** não serão considerados como descumprimento do **Plano**, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio.
- 7.9. **Alterações da Lista de Credores até a consolidação do quadro geral de credores.** As alterações da **Lista de Credores** que resultem na inclusão, majoração ou reclassificação de **Créditos Concursais**, inclusive decorrentes do julgamento de processos judiciais ou arbitrais em curso, serão regidas pelas disposições constantes das Cláusulas abaixo.
- 7.9.1. **Inclusão, Majoração ou Liquidação de novos Créditos Concursais.** Na hipótese de inclusão, majoração ou liquidação de novos **Créditos Concursais**, constantes ou não da **Lista de Credores**, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de acordo entre as partes homologado judicialmente, estes serão pagos na forma prevista no **Plano**. Os prazos de carência e pagamento dos **Créditos Concursais** que

vierem a ser incluídos ou majorados começarão a contar a partir da data em que forem reconhecidos pelo **Juízo da Recuperação** e incluídos na **Lista de Credores**, ou, se a **Recuperação Judicial** já estiver encerrada, a partir do momento em que se tornarem líquidos, e seus titulares não terão direito aos pagamentos que já tiverem sido realizados em data anterior.

- 7.9.2. Reclassificação de Créditos Concurais. Na hipótese da reclassificação, total ou parcial, de **Créditos Concurais** constantes da **Lista de Credores** após o início dos pagamentos previstos no **Plano**, inclusive no âmbito de impugnação de crédito, o **Credor** cujo **Crédito Concursal** tenha sido reclassificado não fará jus aos pagamentos e às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior à sua reclassificação, e continuará a receber o saldo do seu **Crédito Concursal** na forma prevista pelo **Plano** para a classe de credores à qual foi reclassificado.
- 7.9.3. Alterações na Lista de Credores. Na hipótese de reclassificação, majoração ou inclusão de novos **Créditos Concurais** que ocasionem a alteração substancial do valor total dos **Créditos** de qualquer das classes de credores constantes da **Lista de Credores**, cada **Credor** integrante da respectiva classe de credores passará a fazer jus a um percentual do valor total a ser pago ou distribuído, conforme o caso, entre os **Credores Concurais** da mesma classe de credores, os quais terão seus percentuais de pagamento ou distribuição, conforme o caso, ajustados para comportar o pagamento ou distribuição, conforme o caso, proporcional do novo **Crédito Concursal**.

## 8. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

- 8.1. O pagamento dos **Créditos Concurais** será realizado a partir da **Data de Homologação**, com base na **Lista de Credores**, a ser ajustada conforme houver julgamento de impugnações ou habilitações de crédito pelo **Juízo da Recuperação**, e será realizado na forma das cláusulas abaixo.
- 8.2. **Credores Trabalhistas – Classe I:**
- 8.2.1. O pagamento dos **Créditos Trabalhistas** observará o disposto nas cláusulas abaixo:

- 8.2.1.1. A **Renova** pagará em até 30 (trinta) dias da **Data de Homologação** os **Créditos** de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à **Data do Pedido**, limitado ao valor de 5 (cinco) salários-mínimos, conforme previsto no artigo 54, parágrafo único, da **LFRJ**.
- 8.2.1.2. O pagamento integral dos **Créditos Trabalhistas**, deduzido o pagamento de verbas de natureza estritamente salarial já realizado na forma da Cláusula 8.2.1 acima, será realizado em até 12 (doze) meses contados da **Data de Homologação**.
- 8.2.1.3. **Pagamento inicial.** O montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será pago a cada **Credor Trabalhista**, limitado ao valor do respectivo **Crédito**, deduzido o pagamento de verbas de natureza estritamente salarial já realizado na forma da Cláusula 8.2.1 acima, em parcela única, em até 60 (sessenta) dias a contar da **Data de Homologação**.
- 8.2.1.4. O saldo remanescente, quando existente, será apurado através da dedução, do **Crédito Trabalhista** original, do pagamento de verbas de natureza estritamente salarial já realizado na forma da Cláusula 8.2.1 acima, e do pagamento inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) já realizado na forma da Cláusula 8.2.1.3 acima, e será pago em até 12 (doze) meses contados da **Data de Homologação**, reajustado pela variação do IPCA desde a **Data de Homologação**.

8.3. **Credores com Garantia Real – Classe II:**

- 8.3.1. O pagamento dos **Créditos com Garantia Real** observará o disposto nas cláusulas abaixo:

8.3.1.1. **Juros e Correção Monetária:**

- 8.3.1.1.1. **Carência de Juros:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**, com juros capitalizados ao principal durante o período.
- 8.3.1.1.2. **Correção Monetária: IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme divulgação pelo IBGE em seu site, na **Data de Homologação**, que será fixada até a quitação dos **Credores Classe II**.

8.3.1.1.3. **Pagamentos durante a Carência de Juros:** a cada 6 (seis) meses contados da **Data de Homologação**, sendo que, até o término do período da carência de juros, serão realizados pagamentos uniformes de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos entre os **Credores Classe II** pro-rata conforme seus respectivos **Créditos**.

8.3.1.1.4. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor capitalizado serão pagos em parcelas semestrais após o término do período de carência de juros.

8.3.1.2. **Principal:**

8.3.1.2.1. **Carência de Principal:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

8.3.1.2.2. **Amortização:** o principal capitalizado será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada seis meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,25%	2,25%
Ano 4	2,25%	2,25%
Ano 5	2,25%	2,25%
Ano 6	2,25%	2,25%
Ano 7	2,25%	2,25%
Ano 8	2,25%	2,25%
Ano 9	2,25%	2,25%
Ano 10	2,25%	2,25%
Ano 11	2,25%	2,25%
Ano 12	9,85%	9,85%
Ano 13	9,85%	9,85%
Ano 14	9,85%	9,85%

#### 8.4. Credores Quirografários – Classe III:

8.4.1. O pagamento dos **Créditos Quirografários** observará o disposto nas cláusulas abaixo:

8.4.1.1. **Pagamento inicial 1.** O montante de até R\$ 1.000,00 (mil reais) será pago integralmente, a cada **Credor Quirografário**, limitado ao valor do respectivo **Crédito Quirografário**, em até 90 (noventa) dias a contar da **Data de Homologação**, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.4.1.2. **Pagamento inicial 2.** O montante de até R\$ 1.000,00 (mil reais) será pago integralmente, a cada **Credor Quirografário**, limitado ao valor do respectivo **Crédito Quirografário** após o pagamento inicial descrito na Cláusula 8.4.1.1 acima, em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da **Data de Homologação**, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.4.1.3. O saldo remanescente, quando existente, será apurado através da dedução, do **Crédito Quirografário** original, dos dois pagamentos iniciais já realizados nos termos das Cláusulas 8.4.1.1 e 8.4.1.2 acima, e será pago nos seguintes termos:

##### 8.4.1.3.1. Juros e Correção Monetária:

8.4.1.3.1.1. **Carência de Juros:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**, com juros capitalizados ao principal durante o período.

8.4.1.3.1.2. **Taxa:** 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano).

8.4.1.3.1.3. **Correção Monetária:** TR.

8.4.1.3.1.4. **Pagamentos durante a Carência de Juros:** a cada 6 (seis) meses contados da **Data de Homologação**, até o término do período da carência de juros, serão realizados pagamentos uniformes de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos entre os **Credores Quirografários pro-rata** conforme seus respectivos **Créditos Quirografários**.

8.4.1.3.1.5. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor capitalizado serão pagos em parcelas trimestrais após o término do período de carência de juros.

8.4.1.3.2. **Principal:**

8.4.1.3.2.1. **Carência de Principal:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

8.4.1.3.2.2. **Amortização:** o principal capitalizado será pago em 48 (quarenta e oito) parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

8.5. **Credores Micro e Pequenas Empresas – Classe IV:**

8.5.1. O pagamento dos **Créditos de Micro e Pequenas Empresas** observará o disposto nas cláusulas abaixo:

8.5.1.1. **Pagamento inicial.** O montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será pago a cada **Credor** que detenha **Créditos de Micro e Pequenas Empresas**, limitado ao valor do respectivo **Crédito**, em parcela única, em até 90 (noventa) dias a contar da **Data de Homologação**.

8.5.1.2. O saldo remanescente, quando existente, será apurado através da dedução de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) do **Crédito** original de cada credor que detenha **Créditos Micro e Pequenas Empresas**, e será pago em até 6 (seis) meses contados da **Data de Homologação**, reajustado pela variação do **CDI** desde a **Data de Homologação**.

8.6. **Credores Essenciais Fundiários:**

8.6.1. O pagamento dos **Credores Essenciais Fundiários** observará o disposto nas cláusulas abaixo:

8.6.1.1. **Juros e Correção Monetária:**

8.6.1.1.1. **Carência de Juros:** 3 (três) meses a contar da **Data de Homologação**, com juros capitalizados ao principal durante o período.

8.6.1.1.2. **Taxa:** 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano)

8.6.1.1.3. **Correção Monetária:** TR.

8.6.1.1.4. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor capitalizado serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros.

8.6.1.2. **Principal:**

8.6.1.2.1. **Carência de Principal:** 3 (três) meses a contar da **Data de Homologação**.

8.6.1.2.2. **Amortização:** o principal capitalizado será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

8.7. **Credores Investidores DIP:**

8.7.1. Os **Credores Investidores DIP**, sem prejuízo de receberem o saldo de seus **Créditos Concursais** na forma prevista para a respectiva classe de credores em que se enquadrem, terão direito ao recebimento de parte de seus **Créditos Concursais** de forma acelerada, nas condições abaixo.

8.7.1.1. **Parcela a acelerar:**

8.7.1.1.1. A parcela dos **Créditos Concursais** a ser paga de forma acelerada será equivalente a 10% (dez por cento) do valor total que vier a ser desembolsado em favor da **Renova no Empréstimo DIP** realizado pelo respectivo **Credor Investidor DIP**, limitado a 10% (dez por cento) do valor total do seu **Crédito Concursal** do respectivo **Credor Investidor DIP**.

8.7.1.2. **Principal:**

8.7.1.2.1. **Amortização:** A parcela a ser acelerada será paga em 16 (dezesseis) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no 27º (vigésimo sétimo) mês contado da **Data de Homologação**, e as demais a cada três meses.

8.7.1.3. **Juros e Correção Monetária:** serão capitalizados junto ao principal durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses contados da **Data de Homologação**, e pagos em 16 (dezesseis) parcelas trimestrais junto com o pagamento do principal, devendo ser aplicadas as mesmas taxas de juros e correção monetárias previstas nesse **Plano** para a classe de credores em que se enquadrar o **Crédito Concursal** do respectivo **Credor Investidor DIP**.

#### 8.8. **Credores Investidor BPCH:**

8.8.1. Os **Credores Investidores BPCH**, sem prejuízo de receberem o saldo de seus **Créditos Concursais** na forma prevista para a respectiva classe de credores em que se enquadrem, terão direito ao recebimento de parte de seus **Créditos Concursais** de forma acelerada, nas condições abaixo.

##### 8.8.1.1. **Parcela a acelerar:**

8.8.1.1.1. A parcela dos **Créditos Concursais** a ser paga de forma acelerada será equivalente a 7% (sete por cento) do valor que venha a ser ofertado no **Procedimento Competitivo** pela **UPI Brasil PCH**, seja pelo próprio **Credor Investidor BPCH**, seja pelo investidor terceiro a quem este financie, limitado a 10% (dez por cento) do valor total do **Crédito Concursal** do respectivo **Credor Investidor BPCH**.

8.8.1.1.2. Caso o **Credor Investidor BPCH** que adquirir a **UPI Brasil PCH** seja financiado por um outro **Credor**, caberá a ambos os **Credores** (adquirente e financiador) definir conjuntamente qual deles deverá ser considerado **Credor Investidor BPCH** a fim de se valer da forma de pagamento descrita abaixo. Em nenhuma hipótese a **Renova** estenderá tal benefício, ao mesmo tempo, ao **Credor** adquirente e ao **Credor** financiador.

##### 8.8.1.2. **Principal:**

8.8.1.2.1.1. **Amortização:** A parcela a ser acelerada será paga em 16 (dezesseis) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no 27º (vigésimo sétimo) mês contado da **Data de Homologação**, e as demais a cada três meses.

8.8.1.3. **Juros e Correção Monetária:** serão capitalizados junto ao principal durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses e pagos em 16 (dezesseis) parcelas trimestrais junto com o pagamento do principal, devendo ser aplicadas as mesmas taxas de juros e correção monetárias previstas nesse **Plano** para a classe de credores em que se enquadrar o **Crédito Concursal** do respectivo **Credor Investidor BPCH**.

## 9. CREDITORES EXTRACONCURSAIS ADERENTES

9.1. Os seguintes **Credores Extraconcursais** poderão, a seu critério, receber seus **Créditos Extraconcursais** dentro do âmbito do **Plano**, ocasião em que serão pagos conforme as condições descritas nas cláusulas abaixo.

### 9.2. BTG.

9.2.1. O pagamento do **Crédito Extraconcursal BTG**, caso o **BTG** opte por aderir ao **Plano**, observará o disposto nas cláusulas abaixo:

#### 9.2.1.1. **Juros e Correção Monetária:**

9.2.1.1.1. **100% da variação do CDI.**

9.2.1.1.2. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor serão pagos com 100% (cem por cento) dos dividendos recebidos da ENERBRÁS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. pela **Renova**.

9.2.1.1.2.1. Caso o montante de dividendos recebidos seja superior aos juros incorridos no período, o excedente de caixa será utilizado para a amortização do saldo da dívida.

9.2.1.1.2.2. Caso o montante de dividendos recebidos seja inferior aos juros incorridos no período, o montante de juros não pagos será capitalizado ao saldo da dívida.

9.2.1.2. **Principal:**

9.2.1.2.1. **Carência de Principal:** não há.

9.2.1.2.2. **Amortização:** o principal será pago com base nos dividendos recebidos da ENERBRÁS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., com o montante que exceder os juros incorridos no período.

9.2.1.2.3. **Quitação:** no caso de alienação da **UPI Enerbrás**, 100,0% (cem por cento) dos recursos da alienação serão prioritariamente destinados à quitação do saldo do **Crédito Extraconcursal BTG**., ocasião em que serão deduzidos quaisquer pagamentos que a **Renova** eventualmente tenha realizado para o **BTG** a título de amortização do principal do **Crédito Extraconcursal BTG** entre a **Data de Homologação** e a data em que a UPI Enerbrás tiver sido arrematada no **Procedimento Competitivo**.

## 10. ALIENAÇÃO DE UPIS

10.1. **Criação e Alienação de UPIS.** A **Renova** poderá constituir e alienar uma ou mais de suas **UPIS**, descritas nas cláusulas a seguir, por meio de **Procedimento Competitivo**, sem prejuízo da possibilidade de tais alienações serem efetuadas por outras modalidades.

10.1.1. **Inexistência de sucessão de dívidas.** As **UPIS** alienadas nos termos deste **Plano** estarão livres de quaisquer ônus e os seus respectivos adquirentes não responderão por nenhuma dívida ou contingência das **Recuperandas**, incluindo, mas não se limitando, as de natureza tributária e trabalhista, nos termos dos art. 60 e 141 da **LFRJ**.

10.1.2. **Procedimento de alienação de UPIS.** Quaisquer alienações de **UPIS** realizadas por meio de **Procedimento Competitivo**, nos termos do art. 142 da **LFRJ**, serão realizadas em favor do proponente que ofertar as melhores condições para o cumprimento do **Plano**, respeitado o disposto nos respectivos editais e os termos da **LFRJ** e do **Plano**, além da devida prestação de contas ao **Juízo da Recuperação** e ao **Administrador Judicial**. Fica a critério da **Renova** optar por quaisquer modalidades de **Procedimento Competitivo** dentre as previstas na **LFRJ**.

- 10.1.3. As alienações de **UPIs** eventualmente criadas abrangerão bens móveis ou imóveis, corpóreos ou incorpóreos, a serem incluídos a critério da **Renova** de acordo com o quanto previsto no **Plano**, os quais serão descritos nos respectivos editais a serem publicados quando de sua alienação.
- 10.1.4. A **Renova** poderá realizar **Procedimento Competitivo** conjunto ou **Procedimentos Competitivos** separados para a alienação de suas **UPIs**, respeitadas as condições previstas no Plano e nos respectivos editais de alienação.
- 10.2. **UPI Brasil PCH.** A **UPI Brasil PCH**, constituída por 51% (cinquenta e um por cento) das ações representativas do capital da sociedade Brasil PCH S.A., a serem detidas pela Renova Energia S.A. após a incorporação da Chipley SP Participações S.A., será individualmente alienada através de **Procedimento Competitivo** nos termos do artigo 60 da **LFRJ**, sem que o adquirente suceda as **Recuperandas** em quaisquer dívidas, contingências ou obrigações das **Recuperandas**.
- 10.2.1. **Valor Mínimo:** R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).
- 10.2.2. **Forma de Pagamento:** à vista.
- 10.2.2.1. Caso o proponente possua qualquer **Crédito Extraconcursal** contra a **Renova** derivado de operações de **Empréstimo DIP**, poderá utilizar a totalidade dos seus **Créditos Extraconcursais** derivados do **Empréstimo DIP** para a composição total ou parcial do montante do lance.
- 10.2.3. **Realização do Procedimento Competitivo:** o **Procedimento Competitivo** para alienação da **UPI Brasil PCH** seguirá o seguinte cronograma:
- 10.2.3.1. A primeira praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar da **Data de Homologação**.
- 10.2.3.2. Caso não haja nenhum lance ou oferta vencedora, a segunda praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar data da primeira praça. Caso na segunda praça também não haja lances ou ofertas vencedoras, a **Renova** poderá realizar novas praças em até 6 (seis) meses após a convocação das praças anteriores.
- 10.2.4. **Condições Precedentes:** as seguintes condições precedentes deverão ser cumpridas para possibilitar a alienação da **UPI Brasil PCH**:

- 10.2.4.1. Respeito ao acordo de acionistas vigente no âmbito da Brasil PCH S.A.
  - 10.2.4.2. Anuência expressa dos debenturistas da Brasil PCH S.A.
  - 10.2.4.3. Liberação das cessões fiduciárias sobre os dividendos da Chipley SP Participações S.A. por parte dos **Credores com Garantia Real**, da **CEMIG** e do **CITI**, mediante a realização de **Procedimento Competitivo** com lance vencedor e anuência expressa dos credores com garantia.
  - 10.2.4.4. Autorizações de órgãos reguladores (ANEEL, CADE, entre outros).
- 10.3. **UPI Mina de Ouro:** A Mina de Ouro, constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da SF 120 Participações Societárias S.A., detidas pela Renova Energia S.A. e pela Renovapar S.A., será individualmente alienada através de **Procedimento Competitivo** nos termos do artigo 60 da **LFRJ**, sem que o adquirente suceda as **Recuperandas** em quaisquer dívidas, contingências e obrigações das **Recuperandas**.
- 10.3.1. **Valor Mínimo:** R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).
  - 10.3.2. **Forma de Pagamento:** à vista.
    - 10.3.2.1. Caso o proponente possua qualquer **Crédito Extraconcursal** contra a **Renova** derivado de operações de **Empréstimo DIP**, poderá utilizar a totalidade dos seus **Créditos Extraconcursais** derivados do **Empréstimo DIP** para a composição total ou parcial do montante do lance.
  - 10.3.3. **Realização do Procedimento Competitivo:** o **Procedimento Competitivo** para alienação da **UPI Mina de Ouro** seguirá o seguinte cronograma:
    - 10.3.3.1. A primeira praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar da **Data de Homologação**.
    - 10.3.3.2. Caso não haja nenhum lance ou oferta vencedora, a segunda praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar data da primeira praça. Caso na segunda praça também não haja lances ou ofertas vencedoras, a Renova poderá realizar novas praças em até 6 (seis) meses após a convocação das praças anteriores.

- 10.4. **UPI's Projetos em Desenvolvimento:** UPIs a serem criadas e compostas por projetos de energia renovável em desenvolvimento constantes do ANEXO I. As **UPIs Projetos em Desenvolvimento** poderão incluir um ou mais projetos em desenvolvimento, a critério da **Renova**, de acordo com as perspectivas de comercialização. As **UPIs Projetos em Desenvolvimento** serão formadas por SPEs a serem criadas especificamente para esse fim. Os ativos serão transferidos para as respectivas SPEs somente após a conclusão dos respectivos **Procedimentos Competitivos**.

10.4.1. **Valores Mínimos:** a serem definidos com base em laudos de avaliação a serem contratados pela **Renova** junto a empresas com notória experiência no setor e apresentados em **Juízo** 30 (trinta) dias antes da publicação do respectivo edital de **Procedimento Competitivo**.

10.4.2. **Preço:** Fechado, ou com entrada mínima de 20% (vinte por cento) do valor mínimo e diferença mediante vinculação aos eventos e/ou resultados futuros das SPEs representativas do projeto vendido (*earnout*).

10.4.3. **Forma de Pagamento:** Pagamento integral à vista, ou um pagamento inicial de no mínimo 20% (vinte por cento) e o saldo com base em participação de resultados do projeto.

10.4.3.1. Caso o proponente possua qualquer **Crédito Extraconcursal** contra a **Renova** derivado de operações de **Empréstimo DIP**, poderá utilizar a totalidade dos seus **Créditos Extraconcursais** derivados do **Empréstimo DIP** para a composição total ou parcial do montante do lance.

10.4.4. **Realização dos Procedimentos Competitivos:** os **Procedimentos Competitivos** para alienação das **UPIs Projetos em Desenvolvimento** poderão ser realizados em no máximo 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

10.4.4.1. A **Renova**, por este **Plano**, não se obriga a realizar **Procedimentos Competitivos** para a alienação de todos os projetos citados no ANEXO I, podendo optar por reservar e manter consigo parte ou a totalidade dos referidos projetos, para implantação futura.

- 10.5. **UPI Enerbrás:** A **UPI Enerbrás**, constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da sociedade ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A., a serem detidas pela **Renova Energia S.A.** após a incorporação da sociedade

ENERBRÁS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., será individualmente alienada através de **Procedimento Competitivo** nos termos do artigo 60 da **LFRJ**, sem que o adquirente suceda as **Recuperandas** em quaisquer dívidas, contingências e obrigações das **Recuperandas**.

10.5.1. **Valor Mínimo:** R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

10.5.2. **Forma de Pagamento:** à vista.

10.5.2.1. Caso o proponente possua qualquer **Crédito Extraconcursal** contra a **Renova** derivado de operações de **Empréstimo DIP**, poderá utilizar a totalidade dos seus **Créditos Extraconcursais** derivados do **Empréstimo DIP** para a composição total ou parcial do montante do lance.

10.5.3. **Realização do Procedimento Competitivo:** o **Procedimento Competitivo** para alienação da **UPI Enerbrás** seguirá o seguinte cronograma:

10.5.3.1. A primeira praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar da **Data de Homologação**.

10.5.3.2. Caso não haja nenhum lance ou oferta vencedora, a segunda praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar data da primeira praça. Caso na segunda praça também não haja lances ou ofertas vencedoras, a **Renova** poderá realizar novas praças em até 6 (seis) meses após a convocação da praça anterior.

10.5.3.3. O **BTG**, na qualidade de credor fiduciário, poderá a qualquer momento solicitar a realização de **Procedimento Competitivo** para a alienação da **UPI Enerbrás** e, caso o valor líquido do lance seja inferior ao valor de seu **Crédito**, poderá optar pela venda, hipótese em que se apropriará do valor obtido após dedução dos pagamentos mencionados na cláusula 11.4.1., restando integralmente quitado o **Crédito** do **BTG**.

10.5.3.4. Na hipótese de um determinado **Procedimento Competitivo** realizado pela **Renova** e que não tenha sido realizado por solicitação do **BTG** receber lances inferiores ao valor mínimo, o **BTG** poderá optar pela aceitação do respectivo lance, restando integralmente quitado o **Crédito** do **BTG**.

10.5.4. **Condições Precedentes:** as seguintes condições precedentes deverão ser cumpridas para possibilitar a alienação da **UPI ENERBRAS**:

10.5.4.1. Anuência prévia do **BNB**.

## **11. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS ALIENAÇÕES DAS UPIS:**

11.1. **UPI Brasil PCH:** Os recursos oriundos da alienação da **UPI Brasil PCH** serão utilizados na seguinte ordem:

11.1.1. R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) serão destinados ao aumento de capital da ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A., que fará aumento de capital equivalente na DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A., de acordo com a seguinte prioridade.

11.1.1.1. Quitação de saldos devedores de **Empréstimos DIP** cujos recursos tenham sido aplicados na finalização do **Projeto Alto Sertão III Fase A**.

11.1.1.2. Eventual saldo remanescente após a quitação dos **Empréstimos DIP** será mantido em uma conta *escrow*, e será aplicado para a finalização do **Projeto Alto Sertão III Fase A** conforme necessidade.

11.1.2. R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) terão a seguinte prioridade de pagamento:

11.1.2.1. Pagamento de despesas relacionadas à alienação da **UPI Brasil PCH** incluindo, mas não se limitando a: (i) impostos decorrentes da alienação, e (ii) assessores jurídicos e financeiros (incluindo eventual assessor de M&A).

11.1.2.2. Pagamento de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor do **Crédito CITI**, caso o **CITI** tenha aderido a liberação de sua garantia.fiduciária relacionada aos dividendos da Chipley.

11.1.2.3. Pagamento dos saldos devedores de **Empréstimos DIP** cujos recursos não tenham sido aplicados na finalizado do **Projeto Alto Sertão III Fase A**.

11.1.2.4. Pagamento de despesas operacionais da **Renova**, incluindo despesas de projetos em desenvolvimento e despesas do **Projeto Alto Sertão III**.

- 11.2. **UPI Mina de Ouro:** Os recursos oriundos da alienação da **UPI Mina de Ouro** serão utilizados na seguinte ordem:
- 11.2.1. Despesas relacionadas à alienação da **UPI Mina de Ouro**, incluindo mas não se limitando a: (i) impostos decorrentes da alienação, (ii) assessores jurídicos e financeiros (incluindo eventual assessor de M&A).
  - 11.2.2. Pagamento do saldo devedor de **Empréstimo DIP** realizado pela **CEMIG** que tenha como garantia ativos relacionados ao projeto Mina de Ouro.
  - 11.2.3. Eventual saldo remanescente será destinado ao pagamento de despesas operacionais da **Renova**, incluindo despesas de projetos em desenvolvimento.
- 11.3. **UPIs Projetos em Desenvolvimento:** Os recursos oriundos da venda das **UPIs Projetos em Desenvolvimento** serão utilizados na seguinte ordem:
- 11.3.1. Pagamento de despesas relacionadas à alienação das **UPIs Projetos em Desenvolvimento**, incluindo mas não se limitando a: (i) impostos decorrentes da alienação, (ii) assessores jurídicos e financeiros (incluindo assessor de M&A).
  - 11.3.2. Até 10% (dez por cento) do valor dos recursos restantes após a dedução dos pagamentos das despesas acima descritas deverão ser utilizados para o pagamento de **Créditos Extraconcursais** detidos por **Credores** que detiverem garantias fiduciárias relacionadas ao Projeto em Desenvolvimento alienado.
  - 11.3.3. Eventual saldo remanescente será destinado ao pagamento de despesas operacionais da **Renova**, incluindo despesas de projetos em desenvolvimento.
- 11.4. **UPI Enerbrás:** Os recursos oriundos da venda da **UPI Enerbrás** serão utilizados na seguinte ordem:
- 11.4.1. Pagamento de despesas relacionadas à alienação da **UPI Enerbrás**, incluindo mas não se limitando a: (i) impostos decorrentes da alienação, (ii) assessores jurídicos e financeiros (incluindo eventual assessor de M&A).
  - 11.4.2. Pagamento do saldo devedor do **Crédito Extraconcursal BTG**, caso o **BTG** tenha aderido ao **Plano**.
  - 11.4.3. Eventual saldo remanescente será destinado ao pagamento de despesas operacionais da **Renova**, incluindo despesas de projetos em desenvolvimento.

## 12. EMPRÉSTIMOS DIP

12.1. A fim de reforçar o seu caixa e financiar as suas operações, a **Renova** poderá contratar os seguintes **Empréstimos DIP**:

12.1.1. Um ou mais **Empréstimos DIP** no valor de até R\$ 50 Milhões.

12.1.2. Um ou mais **Empréstimos DIP** para o financiamento do **Projeto Alto Sertão III**, os quais deverão apresentar as seguintes características:

12.1.2.1. **Valor:** valor mínimo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e valor máximo de R\$ 351.000.000,00 (trezentos e cinquenta e um milhões de reais).

12.1.2.2. **Destinação de recursos:** CAPEX para finalização do projeto de Alto Sertão III – Fase A, despesas operacionais e OPEX.

12.1.2.3. **Premissas de Pagamento:**

12.1.2.3.1. **Juros e Correção Monetária:**

12.1.2.3.1.1. **Carência de Juros:** 7 (sete) meses a contar da **Data de Homologação**, sendo que durante tal período os juros serão capitalizados junto ao principal.

12.1.2.3.1.2. **Juros e Correção Monetária:** a serem negociados pela **Renova** dentro de parâmetros de mercado para operações similares com empresas em recuperação judicial.

12.1.2.3.1.3. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor serão pagos em parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte após o término da carência de juros.

12.1.2.3.2. **Principal:**

12.1.2.3.2.1. **Carência de Principal:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

12.1.2.3.2.2. **Amortização:** o principal será pago em uma única parcela após o término da carência de principal.

12.1.2.3.3. **Amortização Antecipada:**

12.1.2.3.3.1. **Venda da UPI Brasil PCH:** conforme Cláusula 11.1.1.1, os recursos provenientes da alienação da **UPI Brasil PCH** serão utilizados prioritariamente para a quitação do saldo devedor deste **Empréstimo DIP**.

### 13. CONDIÇÕES PRECEDENTES PARA A ALIENAÇÃO DE UPIS

13.1. Como condições precedentes para as alienações de **UPIs** e outras ações previstas no **Plano**, os seguintes **Credores** deverão aceitar liberar certas garantias, recebendo outras como contrapartida:

13.2. **Credores com Garantia Real:** os **Credores com Garantia Real** deverão expressamente concordar em substituir a cessão fiduciária de dividendos da CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. pela alienação fiduciária das ações resultantes do aumento de capital das empresas ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. e DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A., mediante a alienação da **UPI Brasil PCH**.

13.3. **CEMIG e CGI:** os **Credores Partes Relacionadas CEMIG e CGI** deverão liberar todas as suas garantias fiduciárias sobre ativos da **Renova**, as quais serão substituídas pela cessão fiduciária do sobejo dos dividendos das sociedades que compõem a Fase A do **Projeto Alto Sertão III**, após a quitação dos **Credores com Garantia Real**, e pelo sobejo da eventual venda da Fase A do **Projeto Alto Sertão III**, respeitando-se os direitos dos demais **Credores** sobre esse sobejo. Além disso, caso haja venda de qualquer das **UPIs Projetos em Desenvolvimento, CEMIG e CGI** deverão liberar as garantias que detenham sobre os ativos relacionados à **UPI** alienada, ocasião em que farão jus ao recebimento, para antecipação do pagamento de seus **Créditos**, de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos líquidos obtidos com a venda das **UPIs** sobre as quais tenham liberado garantias, nos termos da Cláusula 11.3.2.

13.4. **CITI:** o **CITI** deverá liberar sua garantia fiduciária sobre dividendos da CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. mediante pagamento de 50% do saldo de seu crédito na venda da **UPI Brasil PCH**.

13.5. Na hipótese da **Renova** receber recursos de **Empréstimo DIP** para o financiamento do Projeto **Alto Sertão III**, os **Credores** que detenham garantias relacionadas à CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. deverão subordiná-las ao investidor que conceder o referido **Empréstimo DIP**, até que ocorra a alienação da **UPI Brasil PCH**.

13.6. A concordância com as liberações de garantias e respectivas condições de liberação devem ser formalizadas por cada **Credor** que detenha garantias incidentes sobre ativos que compõem a **UPI Brasil PCH**, através do termo constante do ANEXO II.

#### **14. CRÉDITOS PARTES RELACIONADAS.**

14.1. Os **Créditos Concursais** detidos por **Partes Relacionadas** serão pagos em parcela única, a depender da capacidade de caixa da **Renova**, em até 30 (trinta) dias após a quitação integral de todos os outros **Créditos Concursais**.

14.1.1. Durante esse período, a contar da **Data de Homologação**, serão incorridos juros e correção monetária de acordo com 100% (cem por cento) da variação do **CDI**.

14.2. Os **Credores Extraconcursais** que sejam também **Partes Relacionadas**, se assim desejarem, poderão receber o saldo de seus **Créditos Extraconcursais** no âmbito do **Plano**, situação em que receberão o saldo de suas dívidas na forma da Cláusula 14.1 acima.

#### **15. CONVERSÃO DE DÍVIDAS EM CAPITAL.**

15.1. Todos os **Credores Concursais** e **Credores Extraconcursais** poderão converter parte ou a integralidade de seus **Créditos**, que tenham fato gerador anterior à **Data do Pedido**, em capital social da Renova S.A., nas seguintes condições:

15.1.1. A primeira opção pela conversão dos **Créditos** em capital social da Renova S.A. poderá ser feita em até 120 (cento e vinte) dias da **Data de Homologação**.

15.1.2. No 12º (décimo segundo), 24º (vigésimo quarto) e 36º (trigésimo sexto) meses contados da **Data de Homologação**, os **Credores** que tenham interesse poderão solicitar nova conversão parcial ou total do saldo de seus respectivos **Créditos** em capital da Renova S.A.

- 15.1.3. A conversão em ações deverá respeitar os direitos de preferência dos atuais acionistas, as demais condições previstas no estatuto da Renova S.A., e a legislação em vigor. O preço de conversão será definido posteriormente respeitados os ritos de governança da Renova Energia S.A.

## 16. PRÊMIO DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

- 16.1. Na hipótese da **Renova** liquidar antecipadamente total ou parcialmente obrigações previstas no **Plano**, os seguintes critérios de liquidação antecipada se aplicarão aos **Créditos com Garantia Real, Créditos Quirografários e Créditos de Micro e Pequenas Empresas**:

16.1.1. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente durante os primeiros 12 (doze) meses após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,30 (um real e trinta centavos).

16.1.2. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 13º (décimo terceiro) mês e 24º (vigésimo quarto) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos).

16.1.3. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 25º (vigésimo quinto) mês e 36º (trigésimo sexto) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,20 (um real e vinte centavos).

16.1.4. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 37º (trigésimo sétimo) mês e 48º (quadragésimo oitavo) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,15 (um real e quinze centavos).

16.1.5. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 49º (quadragésimo nono) mês e 60º (sexagésimo) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,10 (um real e dez centavos).

## 17. EFEITOS DO PLANO

- 17.1. **Vinculação do Plano.** As disposições do **Plano** vinculam a **Renova** e seus **Credores**, e os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da **Data de Homologação**.
- 17.2. **Extinção de processos judiciais ou arbitrais.** Exceto se previsto de forma diversa no **Plano**, os **Credores Concursais** não mais poderão, a partir da **Data de Homologação**, (i) ajuizar ou prosseguir qualquer ação judicial ou processo de

qualquer tipo relacionado a qualquer **Crédito Concursal** contra a **Renova**; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra a **Renova**, relacionada a qualquer **Crédito Concursal**; (iii) penhorar quaisquer bens da **Renova**, para satisfazer seus **Créditos Concurais**; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos da **Renova**, para assegurar o pagamento de seus **Créditos Concurais**, com exceção do quanto previsto no **Plano**; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido à **Renova**, com seus **Créditos Concurais**; e (vi) buscar a satisfação de seus **Créditos Concurais** por quaisquer outros meios. Todas as execuções judiciais em curso contra a **Renova**, relativas aos **Créditos Concurais** serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas, sendo que cada parte arcará com as respectivas custas e despesas processuais que tiver incorrido, e com os honorários advocatícios dos seus respectivos advogados.

- 17.3. **Cancelamento de protestos.** A **Homologação Judicial do Plano** acarretará o cancelamento de todo e qualquer protesto junto a Cartórios de Títulos e Documentos que tenha origem em Crédito Sujeito, bem como na exclusão definitiva do nome das **Recuperandas** nos registros de quaisquer órgãos de proteção ao crédito quando o apontamento se originar de Crédito Sujeito.
- 17.4. **Garantias, Coobrigados e Garantidores.** Com a Homologação Judicial do Plano, as garantias reais e fiduciárias serão mantidas. Serão suspensas, com autorização expressa do respectivo **Credor**, (i) a exigibilidade dos créditos contra coobrigados, garantidores, avalistas e fiadores; (ii) as eventuais demandas em curso; e (iii) o prazo prescricional relativo às demandas (não ajuizadas ou em curso), até a retomada da exigibilidade ou extinção.
- 17.5. Após a realização do pagamento dos **Créditos Concurais** nos termos previstos no **Plano**, ficarão automaticamente resolvidas as garantias, fianças, avais e obrigações solidárias anteriormente constituídas. Da mesma forma, todas as demandas eventualmente ajuizadas que versarem sobre obrigações quitadas nos termos desse **Plano** serão automaticamente extintas, sem ônus para as Partes.

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. **Créditos Ilíquidos, controversos e retardatários.** Todos os **Créditos** que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente ao pedido da **Recuperação Judicial**, ainda que não vencidos, não habilitados na **Lista de Credores** ou que sejam objeto de disputa judicial, incluindo a majoração

de valores decorrentes do trânsito em julgado de decisões proferidas nos incidentes de Impugnações ou Habilitações de Crédito ou procedimento arbitral em andamento, também são novados por este **Plano**, estando integralmente sujeitos aos efeitos deste **Plano** e da **Recuperação Judicial**, nos termos do artigo 49 da **LFRJ**, de forma que, se aplicável, o saldo credor a ser liquidado estará sujeito aos deságios, prazos, termos e condições previstos no presente **Plano**, devendo ser pago nas condições previstas neste **Plano** após a devida inclusão de tais créditos na **Lista de Credores**.

- 18.2. **Anuência dos Credores.** Os **Credores** têm plena ciência de que os prazos, termos e condições de satisfação de seus **Créditos** são alterados por este **Plano**. Os **Credores**, no exercício de sua autonomia da vontade, declaram que concordam expressamente com as referidas alterações, nos termos previstos neste **Plano**.
- 18.3. **Dividendos.** Enquanto as obrigações previstas neste **Plano** não forem cumpridas em sua integralidade, nenhum dividendo poderá ser distribuído por qualquer empresa da **Renova** a acionistas da **Renova** (Art. 52, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Renova S.A. e observado o disposto no art. 202, §§ 4º e 5º da Lei das S.A.), ficando permitida apenas a distribuição de dividendos entre **Recuperandas**.
- 18.4. **Quitação.** O integral pagamento realizado na forma estabelecida neste **Plano** acarretará a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os **Créditos Concursais** de qualquer tipo e natureza contra a **Renova**, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os **Credores** terão quitado, liberado e/ou renunciado a todos e quaisquer **Créditos Concursais**, e não mais poderão reclamá-los, contra a **Renova**.
- 18.5. **Pagamento Máximo.** Os **Credores** não receberão da **Renova**, em hipótese alguma, quaisquer valores que ultrapassem o valor estabelecido neste **Plano** para pagamento de seus **Créditos Concursais**.
- 18.6. **Credores Extraconcursais Relacionados à Recuperação Judicial.** Os créditos devidos ao Administrador Judicial, seu perito e os devidos aos assessores jurídicos e financeiros das **Recuperandas** são, conforme definido pela **LFRJ**, extraconcursais e não sujeitos à recuperação judicial, motivo pelo qual deverão ter prioridade em seus pagamentos, inclusive e principalmente no caso de venda de **UPIs** ou de qualquer outro ativo alienado por meio de **Procedimento Competitivo**.
- 18.7. **Disposições do Plano.** Na hipótese de qualquer termo, cláusula ou disposição deste **Plano** ser considerado inválido, nulo ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, todos os demais termos, cláusulas e disposições permanecerão válidos, eficazes e

exigíveis, desde que não alterem a estrutura de pagamento dos **Créditos** prevista neste **Plano** nem inviabilizem a capacidade de recuperação da **Renova**.

- 18.8. **Aditamentos, alterações ou modificações do Plano.** Aditamentos, alterações ou modificações ao **Plano** podem ser propostos a qualquer tempo após a **Data de Homologação**, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitas pelas **Recuperandas** e aprovadas pela **Assembleia de Credores**, nos termos da **LFRJ**.
- 18.9. **Equivalência econômica no cumprimento do Plano.** Na hipótese de qualquer das operações previstas no **Plano** que não envolva pagamento em dinheiro aos **Credores Concursais** não ser possível de ser implementada pela **Renova** para qualquer **Credor Concursal**, seja pelo transcurso dos prazos previstos para a implementação de tais operações ou por razões regulamentares, a **Renova** adotará, em prazo que não exceda mais de 15 (quinze) dias úteis do prazo de cumprimento da obrigação original prevista no **Plano**, as medidas necessárias com o objetivo de assegurar um resultado econômico equivalente para os **Credores Concursais**, ocasião em que não se considerará o **Plano** como descumprido, desde que haja concordância dos **Credores** afetados com a solução proposta.
- 18.10. **Anexos.** Todos os anexos a este **Plano** são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano.
- 18.11. **Comunicações.** Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações à **Renova** requeridas ou permitidas por este **Plano**, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma:

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

At.: Diretor Presidente

Endereço: Av. Roque Petroni Júnior, 850 - 14º andar, parte 1, Torre Jaceru

Jardim das Acacias

São Paulo - SP, 04707-000

E-mail: [rj@renovaenergia.com.br](mailto:rj@renovaenergia.com.br)

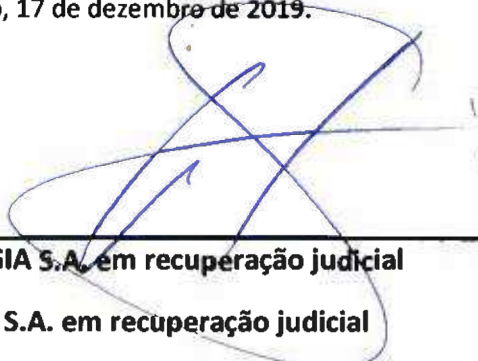
## 19. CESSÕES E SUB-ROGAÇÕES

- 19.1. **Cessão de Créditos.** Os **Credores** poderão ceder seus **Créditos** a outros **Credores** e a terceiros, e a cessão produzirá efeitos à **Renova**, desde que devidamente notificada.
- 19.2. **Sub-Rogações.** **Créditos** relativos ao direito de regresso contra a **Renova**, e que sejam decorrentes do pagamento, a qualquer tempo, por terceiros, de créditos e/ou obrigações de qualquer natureza existentes, na **Data do Pedido de Recuperação Judicial**, contra a **Renova**, serão pagos nos termos estabelecidos neste **Plano** para os referidos **Credores**.

## 20. LEI E FORO

- 20.1. **Lei Aplicável.** Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste **Plano** deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.
- 20.2. **Eleição de Foro.** Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este **Plano** e aos **Créditos** serão resolvidas (i) pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de **Recuperação Judicial**; e (ii) pelo Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, após o encerramento do processo de **Recuperação Judicial**.
- 20.3. O **Plano** é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos das **Recuperandas**.

São Paulo, 17 de dezembro de 2019.

RENOVA ENERGIA S.A. em recuperação judicial

RENOVAPAR S.A. em recuperação judicial

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. em recuperação judicial

Marcelo Jose Millet  
Diretor Presidente e  
Relações com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos  
Diretor Vice Presidente  
Jurídico e Regulação  
RG: 25.935.861-7 SSP/SP  
Renova Energia S/A

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial  
ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial  
EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial  
CE VAQUETA S.A. em recuperação judicial  
CE ABIL S.A. em recuperação judicial  
CE ACÁCIA S.A. em recuperação judicial  
CE ANGICO S.A. em recuperação judicial  
CE FOLHA DA SERRA S.A. em recuperação judicial  
CE JABUTICABA S.A. em recuperação judicial  
CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A. em recuperação judicial  
CE TABOQUINHA S.A. em recuperação judicial  
CE TABUA S.A. em recuperação judicial  
CE SÃO SALVADOR S.A. em recuperação judicial  
CE PAU D'ÁGUA S.A. em recuperação judicial  
CE MANINEIRO S.A. em recuperação judicial  
CE UMBUZEIRO S.A. em recuperação judicial  
CE CEDRO S.A. em recuperação judicial  
CE VELLOZIA S.A. em recuperação judicial  
CE ANGELIM S.A. em recuperação judicial  
CE FACHEIO S.A. em recuperação judicial  
CE SABIU S.A. em recuperação judicial  
CE BARBATIMÃO S.A. em recuperação judicial  
CE JUAZEIRO S.A. em recuperação judicial  
CE JATAÍ S.A. em recuperação judicial  
CE IMBURANA MACHO S.A. em recuperação judicial  
CE AMESCLA S.A. em recuperação judicial

CE ITAPARICA S.A. em recuperação judicial  
CE UNHA D'ANTA S.A. em recuperação judicial  
CE MACAMBIRA S.A. em recuperação judicial  
CE TAMBORIL S.A. em recuperação judicial  
CE CARRANCUDO S.A. em recuperação judicial  
CE IPÊ AMARELO S.A. em recuperação judicial  
CE CABEÇA DE FRADE S.A. em recuperação judicial  
CE CANJOÃO S.A. em recuperação judicial  
CE CONQUISTA S.A. em recuperação judicial  
CE COXILHA ALTA S.A. em recuperação judicial  
CE BOTUQUARA S.A. em recuperação judicial  
CE JEQUITIBA S.A. em recuperação judicial  
CE TINGUI S.A. em recuperação judicial  
CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. em recuperação judicial  
CE IMBURANA DE CABÃO S.A. em recuperação judicial  
CE EMBIRUÇU S.A. em recuperação judicial  
CE LENÇÓIS S.A. em recuperação judicial  
CE CALIANDRA S.A. em recuperação judicial  
CE ICO S.A., em recuperação judicial  
CE ALCAÇUZ S.A. em recuperação judicial  
CE PUTUMUJU S.A. em recuperação judicial  
CE CANSANÇÃO S.A. em recuperação judicial  
BAHIA HOLDING S.A. em recuperação judicial  
CE BELA VISTA XIV S.A. em recuperação judicial  
VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. em recuperação judicial  
RENOVA PCH LTDA. em recuperação judicial

**CE ITAPUÃ IV LTDA. em recuperação judicial**  
**CE ITAPUÃ V LTDA. em recuperação judicial**  
**CE ITAPUÃ VII LTDA. em recuperação judicial**  
**CE ITAPUÃ XV LTDA. em recuperação judicial**  
**CE ITAPUÃ XX LTDA. em recuperação judicial**  
**PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. em recuperação judicial**

## **ANEXO I**

### **Lista de Projetos em Desenvolvimento.**

- Projeto ARPOTI localizado no estado de PE/PB com potência estimada de 567 MW;
- Projeto BARRA localizado no estado de BA com potência estimada de 816 MW;
- Projeto BELAMADRE localizado no estado de PE com potência estimada de 222,6 MW;
- Projeto BETANIA localizado no estado de PE/PI com potência estimada de 451,2 MW;
- Projeto CACIMBAS localizado no estado de PB com potência estimada de 331,2 MW;
- Projeto CHAPECARI localizado no estado de RN com potência estimada de 369,6 MW;
- Projeto CROARANGA localizado no estado de CE com potência estimada de 307,2 MW;
- Projeto FACHEIRO II localizado no estado de RN com potência estimada de 552 MW;
- Projeto FACHEIRO III localizado no estado de RN com potência estimada de 254,4 MW;
- Projeto GRAUNA localizado no estado de BA com potência estimada de 662,4 MW;
- Projeto LABOCÓ localizado no estado de RN com potência estimada de 91,2 MW;
- Projeto MINA DE OURO FASE B (ASIII Fase B), localizado no estado da BA com potência estimada de 408 MW;
- Projeto MULATO localizado no estado de BA com potência estimada de 420 MW;
- Projeto SANTAPAPE II localizado no estado de RN/PB com potência estimada de 216 MW;
- Projeto SANTAPAPE IV localizado no estado de RN/PB com potência estimada de 297,6 MW;
- Projeto TUPAMAMA localizado no estado de PE com potência estimada de 460,8 MW

**ANEXO II****Termo de Liberação de Garantias**

[Local], [Data].

À

**RENOVA ENERGIA S.A.**

At.: [--]

[Endereço]

Email: [--]

**CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.**

At.: [--]

[Endereço]

Email: [--]

*Ref.: Liberação de Garantias Fiduciárias.*

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao [-----] ("Instrumento de Cessão Fiduciária"), firmado em [--], entre Renova Energia S.A. ("Renova Energia"), Chipley SP Participações S.A. ("Chipley") e [-----] ("Credor"), por meio do qual a Renova Energia cedeu fiduciariamente, em favor do Credor, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos quais a Renova Energia fizer jus em virtude de sua participação acionária na Chipley ("Dividendos").

A esse respeito, o Credor, na qualidade de credor fiduciário, vem, por meio deste Termo de Liberação de Garantia, de forma irrevogável e irretratável, liberar a garantia fiduciária constituída em seu favor pelo Instrumento de Cessão Fiduciária, de forma que os Dividendos se tornam, neste momento, livres e desembaraçados, podendo, a Renova Energia e a Chipley, dar a eles a destinação que melhor lhes convier, respeitadas as disposições do Plano de Recuperação

Judicial do Grupo Renova (“Plano”).

Este Termo de Liberação de Garantias será regido e interpretado de acordo com as regras constantes do Plano e com as leis da República Federativa do Brasil.

As Partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o competente para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Termo de Liberação de Garantias ou relacionadas a qualquer demanda ou inadimplemento de qualquer disposição deste Termo de Liberação de Garantias, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que este possa vir a ser

O presente instrumento é firmado em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Atenciosamente,

[-----]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

# ESTUDO DE VIABILIDADE AP-01188/19-02

## GRUPO RENOVA

ESTUDO DE VIABILIDADE:

AP-01188/19-02

**SOLICITANTES:**

**RENOVA ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, doravante denominada **RENOVA, COMPANHIA** ou **RECUPERANDA**.

Sociedade anônima aberta, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º Andar, Jardim das Acácias, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.534.605/0001-74.

**RENOVAPAR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º Andar, Jardim das Acácias, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.667.090/0001-71.

**RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º Andar, Jardim das Acácias, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.204.923/0001-68.

**CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º Andar, Jardim das Acácias, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34.

**ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º Andar, Jardim das Acácias, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.296.360/0001-52.

**DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º Andar, Jardim das Acácias, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.408.723/0001-02.

**CENTRAIS EÓLICAS VAQUETA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.684.356/0001-57.

**CENTRAIS EÓLICAS ABIL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.911.031/0001-60.

**CENTRAIS EÓLICAS ACÁCIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.919.425/0001-64.

**CENTRAIS EÓLICAS ANGICO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.073/0001-08.

**CENTRAIS EÓLICAS FOLHA DA SERRA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.910.740/0001-20.

**CENTRAIS EÓLICAS JABUTICABA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.194/0001-41.

**CENTRAIS EÓLICAS JACARANDÁ DO SERRADO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.265/0001-06.

**CENTRAIS EÓLICAS TABOQUINHA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.116/0001-47.

**CENTRAIS EÓLICAS TÁBUA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.007/0001-20.

**CENTRAIS EÓLICAS SÃO SALVADOR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Praça Manoel Joaquim de Azevedo, nº 82 (Parte), Centro, Cidade de Igaporã, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.197.380/0001-12.

**CENTRAIS EÓLICAS PAU D'ÁGUA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.513/0001-53.

**CENTRAIS EÓLICAS MANINEIRO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.162/0001-40.

**CENTRAIS EÓLICAS UMBUZEIRO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.273/0001-56.

**CENTRAIS EÓLICAS CEDRO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1.498, Pituba, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.330.840/0001-15.

**CENTRAIS EÓLICAS VELLOZIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.475/0001-06.

**CENTRAIS EÓLICAS ANGELIM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.690/0001-05.

**CENTRAIS EÓLICAS FACHEIO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.559.964/0001-30.

**CENTRAIS EÓLICAS SABIU S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.305.829/0001-03.

**CENTRAIS EÓLICAS BARBATIMÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.908/0001-21.

**CENTRAIS EÓLICAS JUAZEIRO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.341/0001-93.

**CENTRAIS EÓLICAS JATAÍ S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.347/0001-54.

**CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA MACHO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.538/0001-22.

**CENTRAIS EÓLICAS AMESCLA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.635/0001-15.

**CENTRAIS EÓLICAS ITAPARICA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.050.083/0001-02.

**CENTRAIS EÓLICAS UNHA D'ANTA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.214/0001-88.

**CENTRAIS EÓLICAS MACAMBIRA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.604/0001-64.

**CENTRAIS EÓLICAS TAMBORIL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.618/0001-95.

**CENTRAIS EÓLICAS CARRANCUDO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.119/0001-84.

**CENTRAIS EÓLICAS IPÊ AMARELO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.485/0001-57.

**CENTRAIS EÓLICAS CABEÇA DE FRADE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Paulo VI, nº 14.98, Pituba, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.257/0001-02.

**CENTRAIS EÓLICAS CANJOÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.454/0001-82.

**CENTRAIS EÓLICAS CONQUISTA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Paulo VI, nº 14.98, Pituba, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.972/0001-37.

**CENTRAIS EÓLICAS COXILHA ALTA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Paulo VI, nº 14.98, Pituba, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.544.421/0001-86.

**CENTRAIS EÓLICAS BOTUQUARA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Paulo VI, nº 14.98, Pituba, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.048.083/0001-78.

**CENTRAIS EÓLICAS JEQUITIBÁ S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.412/0001-41.

**CENTRAIS EÓLICAS TINGUI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.064/0001-02.

**CENTRAIS EÓLICAS ANÍSIO TEIXEIRA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.249.997/0001-10.

**CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA DE CABÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.245/0001-39.

**CENTRAIS EÓLICAS EMBIRUÇU S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.139/0001-55.

**CENTRAIS EÓLICAS LENÇÓIS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Paulo VI, nº 14.98, Pituba, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.552.917/0001-00.

**CENTRAIS EÓLICAS CALIANDRA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.361/0001-64.

**CENTRAIS EÓLICAS ICO S.A- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.841/0001-25.

**CENTRAIS EÓLICAS ALÇAÇUZ S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.393/0001-53.

**CENTRAIS EÓLICAS PUTUMUJU S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.435/0001-62.

**CENTRAIS EÓLICAS CANSANÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Paulo VI, nº 14.98, Pituba, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.737.877/0001-62.

**BAHIA HOLDING S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º Andar, Jardim das Acácias, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.863.676/0001-41.

**CENTRAIS EÓLICAS BELA VISTA XIV S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.281.218/0001-90.

**VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Sete de Setembro, nº 77 (Parte), Centro, Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.875.208/0001-57.

**RENOVA PCH LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade empresária limitada, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 450, 23º Andar, Salas 2.301 e 2.302 (Parte), Caminho das Árvores, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.044.208/0001-91.

**CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ IV LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade empresária limitada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.507/0001-65.

**CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ V LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade empresária limitada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.100/0001-38.

**CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ VII LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade empresária limitada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.032/0001-07.

**CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ XV LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade empresária limitada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.186/0001-07.

**CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ XX LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade empresária limitada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393 (Parte), Centro, Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.291/0001-38.

**PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade empresária limitada, com sede à Rua Sete de Setembro, nº 77 (Parte), Centro, Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.103.456/0001-01.

As sociedades descritas anteriormente serão conjuntamente denominadas **RECUPERANDAS**.

**OBJETOS:** **RECUPERANDAS**, anteriormente qualificadas.

**OBJETIVO:** Elaboração de um Estudo de Viabilidade do plano de recuperação judicial das **RECUPERANDAS**, para fins de atender o disposto no Inciso II do art. 53 da Lei nº 11.101/05.

**DEFINIÇÃO:** As **RECUPERANDAS** e Não Recuperandas do conglomerado corporativo serão denominadas **GRUPO RENOVA**.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A APSIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., doravante denominada APSIS, com sede à Rua do Passeio, nº 62, 6º Andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 27.281.922/0001-70, e filial na Avenida Angélica, nº 2.503, Conjuntos 101 a 104, 10º Andar, Consolação, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 27.281.922/0003-32, foi nomeada pelas RECUPERANDAS para elaborar um estudo de viabilidade técnica do plano de recuperação judicial das RECUPERANDAS, para fins de atender o disposto no Inciso II do art. 53 da Lei nº 11.101/05.

O Inciso II do artigo 53 da Lei nº 11.101/05 estabelece que as RECUPERANDAS devem demonstrar a viabilidade econômica das sociedades em recuperação judicial de forma a posicionar os credores sobre sua capacidade de liquidação de suas dívidas.

Conforme fato relevante divulgado, as RECUPERANDAS apresentaram, no dia 15 de outubro de 2019, seu pedido de Recuperação Judicial, com objetivo de superar o momento de crise e retomar a capacidade de pagamento das dívidas contraídas com credores públicos e privados. O pedido de recuperação judicial engloba as RECUPERANDAS listadas anteriormente. Além das RECUPERANDAS, a RENOVA possui participação em outras empresas não incluídas no processo de recuperação judicial.

Este Estudo de Viabilidade foi preparado pela APSIS com base em informações fornecidas pela administração do GRUPO RENOVA e por seus assessores financeiros, visando a fornecer um maior entendimento sobre o modelo de negócios e dos subsídios que atestem a sua viabilidade econômico-financeira. O presente Estudo não constitui, no todo ou em parte, material de *marketing* ou uma solicitação ou oferta para a compra de quaisquer valores mobiliários, e não deve ser considerado como um guia de investimentos, tendo sido elaborado unicamente com a finalidade de ser um material complementar para auxílio das RECUPERANDAS em seu processo de recuperação judicial.

As premissas e declarações futuras aqui contidas têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais e as tendências que afetam, ou que potencialmente possam afetar, os negócios operacionais das RECUPERANDAS, segundo informações da administração. Consideramos que essas premissas e declarações futuras baseiam-se em expectativas razoáveis e se apoiam nas informações disponíveis atualmente, muito embora estejam sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições. Tais premissas e declarações futuras podem ser influenciadas por vários fatores, incluindo, por exemplo:

- Intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil.
- Alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor.
- Fatores ou tendências que possam afetar negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados das operações das RECUPERANDAS e suas investidas.
- Eventual dificuldade das RECUPERANDAS e suas investidas em implementar seus projetos tempestivamente e sem incorrer em custos não previstos, o que pode retardar ou impedir a implementação de seu plano de negócios.
- Eventual dificuldade das RECUPERANDAS em realizar os investimentos previstos, devido à dificuldade de obtenção de financiamentos e/ou acesso ao mercado de capitais.

- A extinção das concessões e/ou licitações, reversão permanente dos ativos de controladas das RECUPERANDAS, bem como a intervenção do poder concedente com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, que possam afetar adversamente as condições financeiras e os resultados operacionais das companhias.

As informações contidas neste Estudo relacionadas ao Brasil e à economia brasileira são baseadas em dados publicados pelo Banco Central do Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e por outros órgãos públicos e outras fontes. Apesar de acreditarmos que essas informações provêm de fontes confiáveis, esses dados macroeconômicos, comerciais e estatísticos não foram objeto de verificação de forma independente.

Dessa forma, quaisquer informações financeiras incluídas neste Estudo não são e não devem ser consideradas demonstrações contábeis das RECUPERANDAS. Os potenciais impactos financeiros mencionados neste trabalho têm como base, exclusivamente, informações disponibilizadas pelas RECUPERANDAS e por seus assessores até sua data de elaboração.

O presente estudo baseia-se em informações públicas no que tange ao entendimento e ao conhecimento do setor por parte dos consultores da APSIS e por informações fornecidas pelas RECUPERANDAS e seus assessores.

Este Estudo não é e não deve ser utilizado como uma recomendação ou opinião para os credores das RECUPERANDAS quanto à transação ser aconselhável ou a justeza da transação (*fairness opinion*) do ponto de vista financeiro. Não estamos aconselhando tais credores em relação à recuperação judicial. Todos devem conduzir suas próprias análises sobre a recuperação judicial e, ao avaliar o processo, devem se basear nos seus próprios assessores financeiros, fiscais e legais, e não no Estudo.

A elaboração de análises econômico-financeiras como as realizadas no presente Estudo é um processo complexo que envolve julgamentos subjetivos e não é suscetível a uma análise parcial ou descrição resumida. Desse modo, a APSIS acredita que o Estudo de Viabilidade deve ser analisado como um todo, e a análise de partes selecionadas e outros fatores considerados na elaboração pode resultar em um entendimento incompleto e incorreto das conclusões. Os resultados aqui apresentados se inserem exclusivamente no contexto do plano de recuperação judicial e não se estendem a quaisquer outras questões ou transações, presentes ou futuras, relativas às RECUPERANDAS ou ao setor em que atua.

O documento é exclusivamente destinado às RECUPERANDAS e não avalia a decisão comercial inerente à de realizar a transação, tampouco constitui uma recomendação para as RECUPERANDAS e/ou seus credores (inclusive, sem limitações quanto à maneira pela qual eles devem exercer seu direito a voto ou quaisquer outros direitos no que tange à recuperação judicial).

No presente Estudo, foram adotadas algumas premissas-chave essenciais para o sucesso do plano de recuperação judicial, informadas pela administração das RECUPERANDAS. Caso essas premissas não se realizem, impactos relevantes no plano de recuperação judicial podem vir a ocorrer. Tais premissas são descritas em detalhes no Capítulo 7.

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	13
2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS .....	14
3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE .....	15
4. DESCRIÇÃO DA COMPANHIA .....	16
5. ANÁLISE DO SETOR .....	19
6. RAZÕES PARA A CRISE .....	22
7. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL DO GRUPO RENOVIA .....	23
8. REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA PROPOSTA .....	25
9. CONCLUSÃO .....	29
10. RELAÇÃO DE ANEXOS.....	30

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo de Viabilidade econômico-financeiro do plano de recuperação judicial do GRUPO RENOVA é apresentado para auxiliar as RECUPERANDAS em seu processo de recuperação judicial.

Na elaboração deste trabalho, foram utilizados dados e informações fornecidos por terceiros, na forma de documentos e entrevistas verbais com a administração do GRUPO RENOVA e seus assessores. As estimativas usadas estão baseadas em:

- Organograma completo do GRUPO RENOVA.
- Demonstrações financeiras de 2018 de todas as empresas do GRUPO RENOVA.
- Balancete de todas as empresas do GRUPO RENOVA na data-base do Estudo.
- Fluxo de caixa projetado das empresas operacionais ENERBRÁS, BRASIL PCH e ALTO SERTÃO III.
- Laudo de avaliação do *pipeline* elaborado por terceiros.
- Resumo do quadro geral de credores.
- Plano de recuperação judicial do GRUPO RENOVA.
- Pedido de recuperação judicial das RECUPERANDAS.
- Documento “FC Renova Holdings v26.xlsb”, com o estudo de viabilidade das RECUPERANDAS elaborado pela administração do GRUPO RENOVA e por seus assessores.

Também utilizamos bancos de dados de mercado, interno e de terceiros, para a obtenção de informações financeiras, incluindo:

- Bloomberg LP.
- Relatórios do setoriais.
- Banco de dados interno.

## 2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS

As informações a seguir são importantes e devem ser cuidadosamente lidas.

O Estudo de Viabilidade objeto do trabalho obedece criteriosamente aos princípios fundamentais descritos a seguir:

- Os consultores não têm interesse, direto ou indireto, nas companhias envolvidas ou na sua operação, bem como não há qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesses.
- Os honorários profissionais da APSIS não estão, de forma alguma, sujeitos às conclusões deste Estudo.
- No melhor conhecimento e crédito dos consultores, as análises, opiniões e conclusões expressas no presente Estudo são baseadas em dados, diligências, pesquisas e levantamentos verdadeiros e corretos.
- Assumem-se como corretas as informações recebidas de terceiros, sendo que suas fontes estão contidas e citadas no referido Estudo.
- Para efeito de projeção, partimos do pressuposto da inexistência de ônus ou gravames de qualquer natureza, judicial ou extrajudicial, atingindo as empresas em questão, que não os listados no presente Estudo.
- Este Estudo não deve ser interpretado de maneira individualizada, mas sim dentro do contexto geral da recuperação judicial das RECUPERANDAS, sem prejuízo, exemplificativamente, dos direitos, eventuais preferências legais, garantias, aplicáveis a cada crédito.
- O Estudo apresenta todas as condições limitativas impostas pelas metodologias adotadas, quando houver, que possam afetar as análises, opiniões e conclusões contidas nele.
- O Estudo foi elaborado pela APSIS, que preparou as análises e correspondentes conclusões. As RECUPERANDAS não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram qualquer ato que tenha ou possa ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das conclusões contidas neste trabalho.

### 3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE

- Para elaboração deste Estudo, a APSIS utilizou informações e dados de históricos auditados por terceiros ou não auditados, fornecidos por escrito pela Administração do GRUPO RENOVA ou obtidos das fontes mencionadas. Sendo assim, a APSIS assumiu como verdadeiros e coerentes os dados e informações obtidos para este Estudo e não tem qualquer responsabilidade com relação a sua veracidade.
- O escopo deste trabalho não incluiu auditoria das demonstrações financeiras ou revisão dos trabalhos realizados por seus auditores. Sendo assim, a APSIS não está expressando opinião sobre as demonstrações financeiras do GRUPO RENOVA.
- Não nos responsabilizamos por perdas ocasionais ao GRUPO RENOVA e suas controladas, a seus sócios, diretores, credores ou a outras partes como consequência da utilização dos dados e informações fornecidos pela empresa e constantes neste Estudo.
- As análises e as conclusões contidas neste Estudo baseiam-se em diversas premissas, realizadas na presente data, de projeções operacionais futuras, tais como: preços, volumes, participações de mercado, receitas, impostos, investimentos, margens operacionais etc. Assim, os resultados operacionais futuros do GRUPO RENOVA podem vir a ser diferentes de qualquer previsão ou estimativa contida neste Estudo.
- A APSIS não se responsabiliza por perdas diretas ou indiretas nem por lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso indevido deste Estudo.
- Destacamos que a compreensão da conclusão deste Estudo ocorrerá mediante a sua leitura integral e de seus Anexos, não devendo, portanto, serem extraídas conclusões de sua leitura parcial, que podem ser incorretas ou equivocadas.
- Este trabalho não tem por objetivo a auditoria dos dados recebidos ou a averiguação de situação dominial das propriedades. Sendo assim, a APSIS assumiu como verdadeiros os dados e informações recebidos e não tem qualquer responsabilidade com relação a sua veracidade assim como não está expressando opinião sobre tais informações.
- No presente Estudo, as demonstrações financeiras e os balanços patrimoniais das companhias de 30 de setembro de 2019 foram utilizados como referência para as análises e avaliações.
- Tendo em vista a defasagem entre a data de referência destes registros contábeis e a data de emissão do presente Estudo, ressaltamos que os leitores do presente Estudo devem se atentar para eventuais informações mais atualizadas que venham a se tornar publicamente disponíveis posteriormente à data de emissão como fonte adicional e complementar de informação para subsidiar suas decisões e análises.
- Cumpre-nos ressaltar que os leitores e usuários do presente Estudo devem considerar e avaliar eventuais informações adicionais atualizadas que, porventura, tornem-se disponíveis. A averiguação da existência de tais informações deve ser efetuada pelos leitores e usuários deste Estudo com o objetivo de obter fonte adicional para subsidiar suas decisões e análises.

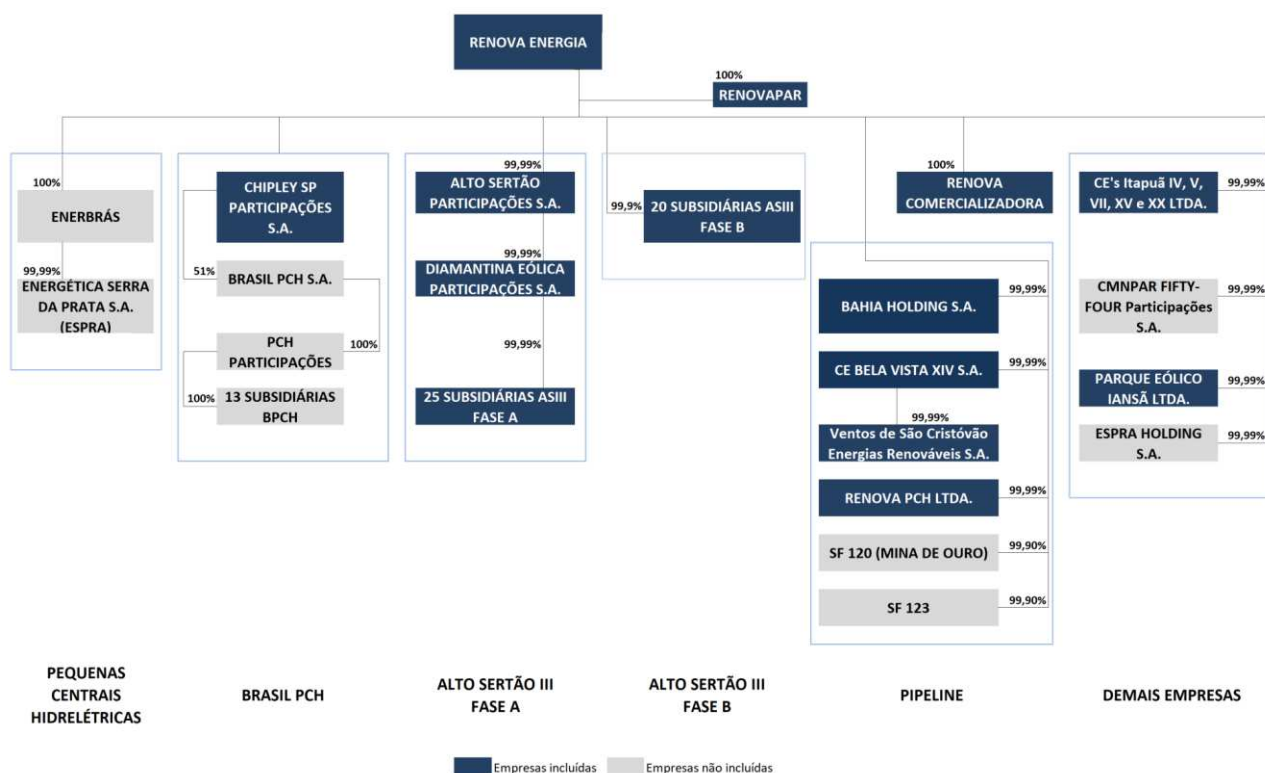
#### 4. DESCRIÇÃO DA COMPANHIA

Fundada em 2001, a RENOVA ENERGIA S.A. é uma companhia brasileira de geração de energia elétrica renovável com atuação em matrizes eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e solar. Desde 2009, sua atuação está fortemente concentrada em projetos de fonte eólica, mercado no qual é pioneira, tendo implantado, há época, o maior complexo eólico da América Latina, no sudoeste da Bahia. Como diferencial em sua atuação, está a qualificação para operar de modo integrado as várias etapas da cadeia de geração de energia, realizando a prospecção, implantação e operação dos empreendimentos.

Hoje a COMPANHIA tem projetos em três fases distintas:

- **Projetos em operação:** Hoje, a COMPANHIA tem em operação três pequenas centrais hidroelétricas (“PCHs”) da Espra (41,8 MW de capacidade instalada), e participação de 51% na Brasil PCH, que detém 13 PCHs (291 MW de capacidade instalada).
- **Projetos em implantação:** A partir da contratação de PPAs, os projetos passam à fase de implantação até que estejam operacionais. Atualmente, a RENOVA está implantando o complexo eólico Alto Sertão III, com 437,4 MW de capacidade instalada – Alto Sertão III Fase A - 390,3 MW; projeto híbrido (eólico) - 43,2 MW; e projeto híbrido (solar) - 4,8 MW, sem PPA – que, quando operacional, atenderá aos contratos dos mercados livre e regulado.
- **Projetos em desenvolvimento:** Projetos em estágio de desenvolvimento são aqueles que estão em fase de arrendamento de propriedades, licenciamento, estudos de impacto ambiental e estudos de viabilidade, sem que haja o compromisso em atender algum contrato de compra/venda de energia (*Power Purchase Agreement* - “PPA”). Dentre eles, destacam-se os projetos Alto Sertão III Fase B e os projetos denominados *pipeline*, da Bahia Holding.

A seguir, apresentamos o organograma completo do GRUPO RENOVA.



## ENERBRÁS

Constituída em fevereiro de 2001, a Enerbrás Centrais Elétricas S.A. é uma *holding* controladora da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), com período de autorização de 30 anos a partir de dezembro de 2003, e que opera três PCHs nos municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, todos no extremo sul do estado da Bahia. Ao todo, as centrais Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II possuem capacidade de 14,8 MW, 11,0 MW e 16,0 MW, respectivamente, totalizando 41,8 MW operando desde 2008. Antes de iniciar suas atividades, em 2004, a Espra celebrou contrato de venda da totalidade de sua produção passível de contratação para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), por 20 anos.

## BRASIL PCH

Através da sua subsidiária CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A., o GRUPO RENOVA possui participação acionária de 51% da Brasil PCH S.A., que, por sua vez, integraliza 100% do capital da PCH Participações, controladora de um total de 13 PCHs nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios - todas atreladas a contratos de longo prazo de 20 anos para venda de energia. Todas as PCHs de Bonfante, Carangola, Calheiros, Caparaó, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão têm comercialização de energia com prazos entre 2008 e 2009 até 2028 e 2029.

## ▪ ALTO SERTÃO

O GRUPO RENOVA também conta com projetos significativos em andamento no segmento de energia eólica nos municípios baianos de Caetité, Guanambi, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida e Urandi. Sua controlada, ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A., detém 99,99% da DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A., que, em sua Fase A, engloba 25 subsidiárias com 390,3 MW de capacidade instalada, representando 89% dos 437,4 MW totais. Segundo o plano da administração, os parques eólicos devem iniciar suas atividades em 2021. Suas subsidiárias são esperadas comercializarem energia tanto no mercado livre quanto regulado. No mercado de contratação regulado, as unidades de CENTRAIS EÓLICAS ABIL S.A., CENTRAIS EÓLICAS ACÁCIA S.A., CENTRAIS EÓLICAS ANGICO S.A., CENTRAIS EÓLICAS FOLHA DA SERRA S.A., CENTRAIS EÓLICAS JABUTICABA S.A., CENTRAIS EÓLICAS JACARANDA DO SERRADO S.A., CENTRAIS EÓLICAS TABOQUINHA S.A., CENTRAIS EÓLICAS TÁBUA S.A. e CENTRAIS EÓLICAS VAQUETA S.A. possuem prazo de autorização de 35 anos com previsão de operação comercial até outubro de 2049, e contratos de prazos variados até 2036. No ambiente livre, as subsidiárias de CENTRAIS EÓLICAS AMESCLA S.A., CENTRAIS EÓLICAS ANGELIM S.A., CENTRAIS EÓLICAS BARBATIMÃO S.A., CENTRAIS EÓLICAS FACHEIO S.A., CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA MAVACHO S.A., CENTRAIS EÓLICAS JATAÍ S.A., CENTRAIS EÓLICAS JUAZEIRO S.A., CENTRAIS EÓLICAS SABIU S.A., CENTRAIS EÓLICAS UMBUZEIRO S.A., CENTRAIS EÓLICAS VELLOZIA S.A., CENTRAIS EÓLICAS CEDRO S.A., CENTRAIS EÓLICAS MANINEIRO S.A., CENTRAIS EÓLICAS PAU D'ÁGUA S.A. e CENTRAIS EÓLICAS SÃO SALVADOR S.A. possuem prazo de autorização de 30 anos, firmando contratos de curto prazo para comercialização da energia gerada.

## ▪ PIPELINE

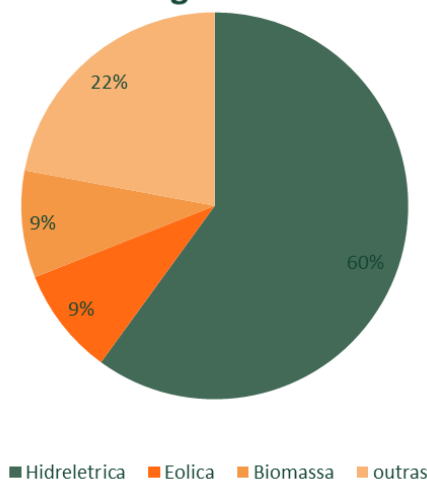
Concomitantemente aos projetos de Alto Sertão, abaixo de outra controlada, BAHIA HOLDING S.A., o GRUPO RENOVA possui uma série de outros projetos de energia tratados internamente como *pipeline* de investimentos. Combinados, os projetos de Mulato, Facheiro, Mina de Ouro (expansão), Chapecari, Facheiro, Santapape-II, Alto Sertão III - B, Graúna, Mina de Ouro (*ready to sell*), Barra, Cacimbas, Santapape, Arpoti, Betania, Tupamama, Croaranga, Belamadre e Labocó preveem potência instalada mínima de 6.864 MW e encontram-se em fase avançada de cronograma de investimentos.

## 5. ANÁLISE DO SETOR

O setor elétrico brasileiro é dividido em três grandes grupos: geração, transmissão e distribuição. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é encarregada por regular todo o sistema. O segmento de geração é responsável por produzir energia elétrica e por injetar essa energia nos sistemas de transporte (transmissão e distribuição), para que a energia chegue aos consumidores.

Segundo o Relatório de 2018 da ABE Eólica, o Brasil produz 152,8 GW de energia por ano, sendo 60% de energia provenientes de hidrelétricas, 9% de energia de biomassa, 9% de energia eólica e 22% estão alocados em outras fontes de energia.

**Matrizes Energéticas Brasil 2018**

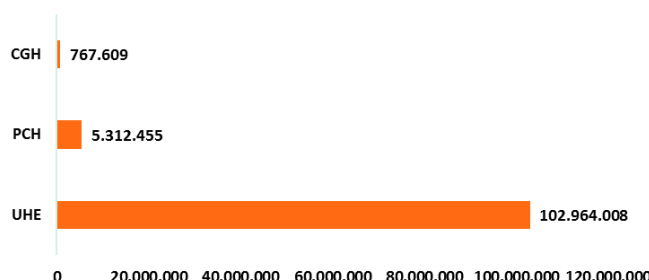


Segundo dados de 2019 do Climatescope da BNEF, o Brasil é o 3º país mais atrativo mundialmente e o 2º colocado no *ranking* da América Latina e Caribe para atratividade de investimentos em energias renováveis.

## ENERGIA HIDRELÉTRICA

O modelo brasileiro de geração de energia elétrica é predominantemente hidrelétrico. Grande parte da capacidade de geração nacional é composta por usinas hidrelétricas de grande e médio portes e PCHs. A predominância desse modelo se justifica pela existência de grandes rios de planalto, alimentados por chuvas tropicais abundantes que constituem uma das maiores reservas de água doce do mundo. Segundo dados da ANEEL, no Brasil existem atualmente 719 Centrais Geradora Hidrelétrica (CGH), 424 PCHs e 217 Usinas Hidrelétricas (UHE).

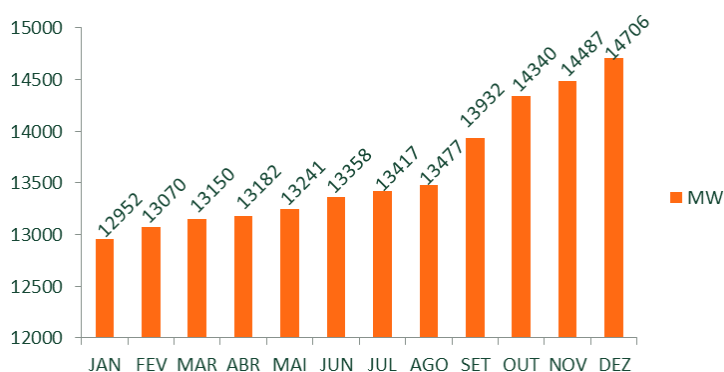
### Quantidade de KW produzido por categoria de energia hidrelétrica



## ENERGIA EÓLICA

O Brasil possui 14.706 MW de energia eólica distribuídos por 534 parques, sendo que os estados com maior números de parques estão localizado na região Nordeste. Segundo o relatório da Global Wind Energy Council (GWEC) de 2018 (elaborado em abril de 2019), o Brasil faz parte dos cinco maiores mercados *on shore* de energia eólica do mundo, com 1.9 GW de consumo, atrás da China (com 21.2 GW), dos Estados Unidos (com 7.6GW), da Alemanha (com 2.4 GW) e da Índia com (2.2 GW).

### Crescimento de Capacidade em 2018

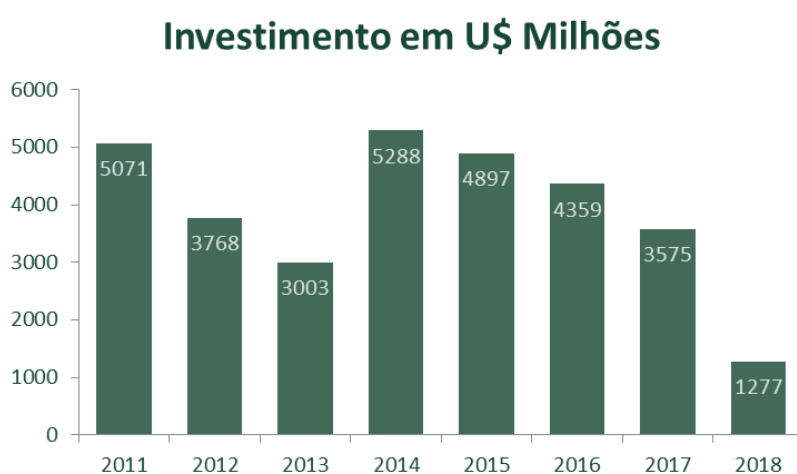


Para produzir energia eólica, são necessários bons ventos: estáveis, com a intensidade certa e sem mudanças bruscas de velocidade ou de direção. O Brasil tem a sorte de ter uma quantidade enorme desse tipo de vento, o que explica em grande medida o sucesso da energia eólica no Brasil nos últimos anos: saímos de menos de 1GW de capacidade instalada em 2010 para 14,7 GW em dezembro de 2018. As características dos bons ventos brasileiros resultam num fator de capacidade que é praticamente o dobro da média mundial. Enquanto a média mundial do fator de capacidade está ao redor de 25%, o Brasil, na média, tem um fator

de mais de 40%, atingindo valores próximos a 60% e 70% no Nordeste, segundo dados do relatório Energia Eólica - Brasil e Mundo do Ministério de Minas e Energia.

#### ▪ INVESTIMENTOS EM ENERGIA EÓLICA

O desenvolvimento da energia eólica no Brasil já acumula um investimento de mais de US\$ 32 bilhões nos últimos sete anos. Em 2017, por exemplo, o investimento foi de US\$ 3,57 bilhões, representando 58% do total investido em fontes renováveis (solar, eólica, biocombustíveis, biomassa etc.). Segundo o Boletim Anual de 2018 da ABE Eólica, em 2018 o Brasil teve um investimento de aproximadamente R\$ 4,67 bilhões, equivalente a 35% do investimento total em energia renovável, sendo um dos países que mais investe em energia eólica no mundo. O Brasil vem sendo classificado como uma potência eólica em diversos *rankings* mundiais.



#### COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA

No atual marco regulatório, a comercialização de energia pode ocorrer por duas vias distintas:

- Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em que compradores e vendedores participam de leilões e formalizam suas relações comerciais por meio de contratos registrados no âmbito do ACR, que têm regulação específica para aspectos, tais como preço de energia e vigência de suprimento não passível de alterações bilaterais; e
- Ambiente de Contratação Livre (ACL), em que os agentes têm liberdade para negociar a compra de energia estabelecendo volumes, preços e prazos de suprimento.

Ambos os contratos, tanto no ACR como no ACL, são registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos e consumidos pelos agentes. As diferenças negativas e positivas são apuradas e contabilizadas para liquidação financeira no mercado de curto prazo e precificadas pelo preço de liquidação de diferenças.

## 6. RAZÕES PARA A CRISE

Atualmente, o GRUPO RENOVA possui diversos projetos em desenvolvimento, em especial os Projetos Alto Sertão III e *pipeline*. O Complexo Alto Sertão III é um dos mais importantes projetos do GRUPO RENOVA, tendo 25 EOLs na fase A e 20 EOLs na fase B, e que, quando finalizado, terão a capacidade de gerar aproximadamente 400 MW.

Os esforços do GRUPO RENOVA estão hoje focados na conclusão do Projeto Alto Sertão III fase A, onde estão as EOLs que, quando operacionais, estarão dedicadas ao atendimento dos PPAs vigentes da COMPANHIA no ACR (LER13, LER14) e ACL (Light I e Cemig I).

Ocorre que, por diversas dificuldades de caixa enfrentadas pelo GRUPO RENOVA, e mesmo diante de sucessivos aportes e adiantamentos dos contratos de energia realizados por acionistas, ainda não foi possível concluir o projeto, que se encontra paralisado desde 2016 (encontrando-se, atualmente, 85% concluído), especialmente porque os recursos originalmente destinados à finalização do projeto acabaram sendo consumidos em grande maioria pelos juros e amortizações das dívidas.

Nada obstante, diante da estimativa de capacidade de geração do complexo eólico Alto Sertão III, após concluído, e para viabilizar a obtenção de contratos de financiamento, o GRUPO RENOVA havia celebrado PPAs que se mostravam adequados para a sua capacidade geradora.

Como consequência do atraso na conclusão de Alto Sertão III, as SPes que compõem a Fase A do projeto têm sido obrigadas a cumprir suas obrigações de fornecimento de energia elétrica por meio da compra no mercado *spot*, honrando assim os compromissos assumidos em tais PPAs. Tal necessidade de compra de energia no mercado *spot* tem contribuído definitivamente para o endividamento do GRUPO RENOVA, ressaltando-se que, apenas no ano de 2018, a despesa com tal compra de energia somou R\$ 815 milhões de reais.

Atualmente, tanto para propiciar a aquisição de energia no mercado *spot* quanto para financiar as tentativas de prosseguimento no projeto Alto Sertão III, o GRUPO RENOVA tem se socorrido de captação de recursos por meio de seus próprios acionistas, via antecipação de recursos futuros provenientes de tais PPAs do mercado livre. No entanto, apesar de ser o único meio de captação disponível por falta de capacidade de alavancagem e de obtenção de crédito com o mercado financeiro, o nível de recursos exigido tem sido proibitivamente alto, o que impede que o GRUPO RENOVA e seus acionistas sigam adotando tal modalidade de financiamento.

Além disso, em 2018, o preço de venda da energia elétrica renovável de matriz eólica - principal ativo produzido pelo GRUPO RENOVA - atingiu o seu menor patamar no Brasil.

A combinação desses fatores adversos chegou ao limite, tornando inviável que as RECUPERANDAS possam dar seguimento a suas atividades sem a necessária reestruturação de suas dívidas. Nesse cenário, visando viabilizar a superação da situação atual das RECUPERANDAS e permitir a manutenção das suas operações, do emprego de seus colaboradores e dos interesses dos seus credores, as RECUPERANDAS optaram por ajuizar o pedido de recuperação judicial. A viabilidade dessa recuperação será exposta no tópico seguinte.

## 7. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL DO GRUPO RENOVA

A reestruturação do GRUPO RENOVA tem como pilar as premissas descritas a seguir.

### 7.1. CAPTAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DIP

É premissa do plano de recuperação do GRUPO RENOVA a captação de um empréstimo no valor de R\$ 300 milhões, destinados ao término da construção de Alto Sertão (Fase A), às despesas administrativas e ao OPEX das empresas do GRUPO RENOVA. De acordo com premissas da administração da COMPANHIA e seus assessores financeiros, o pagamento do principal valor ocorrerá na concretização da venda de Brasil PCH e o DIP terá carência e taxa de juros de mercado.

### 7.2. VENDA DE BRASIL PCH

É premissa do plano de recuperação do GRUPO RENOVA a venda de BRASIL PCH pelo valor de R\$ 1 bilhão. A APSIS validou o valor econômico da COMPANHIA através da projeção de fluxo de caixa descontado, demonstrado no Relatório AP 01188/19-01, em atendimento ao Inciso III do art. 53 da Lei nº 11.101/05. O valor da venda de BRASIL PCH será destinado ao pagamento do DIP descrito anteriormente, bem como ao término da construção de Alto Sertão III (Fase A), às despesas administrativas e ao OPEX das empresas do GRUPO RENOVA.

### 7.3. VENDA DO PROJETO SF

Os ativos SF 120 (Mina de Ouro) e SF 123 foram objeto de alienação fiduciária para garantir mútuo a ser realizado com a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) ou quaisquer terceiros, sendo o valor comercial do projeto avaliado em R\$ 60 milhões. Esse valor foi sustentado por laudo de terceiros, conforme contrato de mútuo entre as partes. Dessa forma, é premissa do plano de recuperação do GRUPO RENOVA a entrada de caixa relativo à alienação desse ativo.

### 7.4. CRIAÇÃO DE UPIS

É premissa do plano de recuperação a criação de unidades produtivas isoladas (“UPI”) dos ativos BRASIL PCH, Mina de Ouro, *pipeline* e ENERBRÁS, de forma a facilitar eventual alienação desses ativos. Cada UPI terá suas premissas de valor mínimo, leilão, pagamento e destinação de recursos a serem descritas no plano de recuperação judicial do GRUPO RENOVA.

### 7.5. FINALIZAÇÃO DE ALTO SERTÃO III (FASE A)

É premissa chave do plano de recuperação judicial do GRUPO RENOVA a finalização da construção de Alto Sertão (Fase A). A operação desse ativo será um dos principais responsáveis para a geração de recursos a serem disponibilizadas para pagamento dos credores. O investimento estimado para o término da construção da desse ativo, estimado pela COMPANHIA, é de R\$ 487 milhões e o início das operações é estimado para meados de 2020. O fluxo de caixa desse ativo foi produzido pela COMPANHIA e seus assessores financeiros, assumindo o cenário de ventos P90. O endividamento desse ativo foi consolidado no fluxo da *holding* a ser demonstrado no Anexo 1, juntamente com os demais passivos do grupo.

## 7.6. FLUXO DE NEGÓCIOS

O plano de recuperação do GRUPO RENOVA considera o recebimento do fluxo de negócios dos ativos operacionais ENERBRÁS e BRASIL PCH, bem como Alto Sertão (Fase A), que entrará em operação em 2020. Como BRASIL PCH será alienado, considerou-se somente o recebimento de caixa desse ativo no ano de 2020. Com relação a ENERBRÁS, cabe ressaltar que, como o Banco BTG Pactual possui a alienação fiduciária das quotas desse ativo, todo o fluxo de recebimento de ENERBRÁS será destinado ao Banco até o ano de 2034. O fluxo de recebimento após 2034 voltará a ser destinado ao GRUPO RENOVA. Como mencionado anteriormente, o fluxo de negócios considera ainda o fluxo de Alto Sertão III (Fase A).

## 7.7. RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS

Neste Estudo, foram consideradas as propostas de renegociação do endividamento do passivo do GRUPO RENOVA contidas no plano de recuperação judicial das RECUPERANDAS, assim como seus prazos, taxas e demais condições.

## 8. REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA PROPOSTA

A tabela a seguir apresenta as dívidas listadas no pedido de recuperação judicial do GRUPO RENOVA dividido por classes:

Classe de credores	Saldo (R\$ mm)
<b>Trabalhista (classe I)</b>	<b>29,9</b>
Créditos lista credores	12,8
Contingências trabalhistas	17,1
<b>Garantia real (classe II)</b>	<b>1.013,9</b>
<b>Quirografários (classe III)</b>	<b>1.741,2</b>
Bancos e fornecedores	404,6
Partes relacionadas	552,4
Intercompany	406,3
Contingências cíveis	278,7
Contratos de energia	99,2
<b>Micro e pequenas empresas (classe IV)</b>	<b>1,6</b>
<b>Total - Recuperação judicial</b>	<b>2.786,6</b>
<b>Extraconcursais</b>	<b>820,4</b>
<b>Total</b>	<b>3.607,0</b>

O plano de recuperação judicial detalha a sua proposta de reestruturação dos créditos concursais. A exposição que se segue apresenta o resumo da proposta e os tópicos considerados na elaboração do fluxo de pagamentos da dívida utilizado no modelo apresentado pelo GRUPO RENOVA e seus assessores e analisado no presente Estudo.

A elaboração do fluxo de pagamentos da dívida previsto no Plano de Recuperação Judicial levou em consideração (i) os valores dos créditos constantes da Lista de Credores apresentada pelas RECUPERANDAS; e (ii) a capacidade de geração de caixa do GRUPO RENOVA.

Apresentamos, a seguir, o detalhamento da proposta por tipo de credor.

### CRÉDITOS TRABALHISTAS (CLASSE 1)

Os créditos trabalhistas, conforme relacionados na lista de credores, em cumprimento ao artigo 51, Inciso III da LFR, serão pagos da seguinte forma:

- Pagamento de até R\$ 10 mil em até 60 dias, contados da data de homologação; e
- Saldo remanescente será pago em até 12 meses, corrigidos pelo IPCA, contados da data de homologação.

## CRÉDITOS COM GARANTIA REAL (CLASSE II)

Os credores com garantia real serão pagos da seguinte forma:

- Carência de juros de 24 meses, contados da data de homologação, capitalizados ao principal durante o período.
- Pagamentos uniformes a cada 6 meses do valor fixo de R\$ 100 mil para todos os Credores Classe II, divididos pro rata conforme seus créditos, durante o período de carência de juros.
- Correção monetária pelo IPCA.
- Amortização em 144 meses (12 anos), pagos em parcelas semestrais a partir da data do término da carência de principal de acordo com porcentagem de amortização abaixo.

Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14
4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	19,7%	19,7%	19,7%

## CREDORES QUIROGRAFÁRIOS (CLASSE III)

Os credores quirografários serão pagos conforme demonstrado a seguir:

- Pagamento de até R\$ 2 mil por credor, sendo metade do montante em até 90 dias e a outra metade em até 180 dias, contados da data de homologação.
- Pagamento do saldo remanescente nos seguintes termos:
  - Carência de juros de 24 meses, contados da data de homologação, capitalizados no período;
  - Juros de TR mais 0,5% ao ano pagos em parcelas trimestrais a partir da data do término da carência de juros;
  - Pagamentos uniformes a cada 06 meses do valor fixo de R\$ 100 mil para todos os Credores Classe III, divididos pro rata conforme seus créditos, durante o período de carência de juros;
  - Carência de principal de 24 meses, contados da data de homologação; e
  - Amortização em 144 meses (12 anos), pagos em parcelas trimestrais a partir da data do término da carência de principal.

## CREDORES ME/EPP (CLASSE IV)

Os Credores ME/EPP serão pagos integralmente da seguinte forma:

- Pagamento de até R\$ 10 mil por credor, em parcela única, em até 90 dias, contados da data de homologação.
- Saldo remanescente será pago em até 6 meses da data de homologação reajustados pela variação do CDI desde a data de homologação.

## CREDORES ESSENCIAIS FUNDIÁRIOS

Os Credores Essenciais serão pagos integralmente da seguinte forma:

- Carência de juros de 03 meses, contados da data de homologação, capitalizados no período.
- Juros de TR mais 0,5% ao ano pagos em parcelas trimestrais a partir da data do término da carência de juros.
- Carência de principal de 03 meses, contados da data de homologação.

- Amortização em 36 meses, pagos em parcelas trimestrais a partir da data do término da carência de principal.

### CRÉDITOS PARTES RELACIONADAS

Os Créditos de Partes Relacionadas serão pagos integralmente da seguinte forma:

- Pagamento em parcela única, a depender do caixa da COMPANHIA, a partir de 30 dias após quitação dos créditos concursais.
- Juros de CDI no período.

### CREDORES EXTRACONCURSAIS

A seguir a forma de pagamento de cada Credor Extraconcursal:

- **Credor Extraconcursal Aderente BTG:**
  - Amortização do saldo devedor com 100% do montante de dividendos recebidos da Energética Serra da Prata S.A. até a sua quitação.
  - Correção monetária pelo CDI do período.
  - No caso de alienação da UPI ENERBRÁS, 100% dos recursos da alienação serão prioritariamente destinados à quitação do saldo do Crédito Extraconcursal BTG.
- **Outros Créditos Extraconcurais:**
  - Carência de juros de 180 meses a partir da data de homologação.
  - Correção monetária pelo CDI do período.
  - Os juros serão pagos em parcela única após o término da carência de juros.
  - Carência de principal de 180 meses a partir da data de homologação.
  - Amortização do principal será paga em parcela única após o término da carência do principal.
  - Amortização Antecipada:
    - i. Quitação de até 50% do saldo do crédito extraconcursal com os recursos da alienação de BRASIL PCH.
    - ii. Quitação antecipada por (i) eventual venda de Alto Sertão III ou (ii) após eventual quitação antecipada dos credores Classe II.

### CREADOR INVESTIDOR DIP

Caso o investidor DIP seja credor do GRUPO RENOVA, este terá seu crédito acelerado em até 10% do valor desembolsado via este DIP, limitado a 10% do valor do seu crédito. Os Créditos do investidor DIP serão pagos integralmente da seguinte forma:

- Amortização do principal em 16 parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no 27º mês após a homologação e as demais a cada três meses.
- Juros e Correção Monetária: serão aplicadas as mesmas taxas de juros e correção monetárias previstas no Plano de Recuperação Judicial para o crédito do Credor que aderir a essa condição.

### CREADOR INVESTIDOR BRASIL PCH

Caso o vencedor do leilão de BRASIL PCH seja credor do GRUPO RENOVA, este terá seu crédito acelerado em até 7% do valor desembolsado via este DIP, limitado a 10% do valor do seu crédito.

- Amortização do principal em 16 parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no 27º mês e as demais a cada três meses.
- Juros e Correção Monetária: serão aplicadas as mesmas taxas de juros e correção monetárias previstas no Plano de Recuperação Judicial para o crédito do Credor que aderir a essa condição.

Todos os credores terão a opção de converter uma parte ou a integralidade do crédito em ações da COMPANHIA, em até 120 dias da homologação do plano de recuperação judicial. Para fins da projeção de fluxo de caixa considerado neste Estudo, não foi considerada a conversão de quaisquer créditos em ações.

Por fim, ressalva-se que o resumo da proposta de pagamentos dos créditos descrita anteriormente não contempla todas as previsões estabelecidas no plano de recuperação judicial. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre a proposta aqui descrita e a forma descrita no plano, ao qual este Estudo está anexo, o plano prevalecerá.

## 9. CONCLUSÃO

A APSIS realizou o Estudo de Viabilidade do Plano de Recuperação Judicial do **GRUPO RENOVA**. Este estudo centrou-se na viabilidade econômica do Plano, evidenciando aos credores as premissas consideradas pela Administração do **GRUPO RENOVA** e seus assessores financeiros. Este Estudo não analisou a viabilidade sob os aspectos societários, tributários e legais.

O presente quadro de credores baseia-se em informações fornecidas pelas **RECUPERANDAS** e seus assessores legais até a data de elaboração deste Estudo. Sendo assim, este quadro estará sujeito a alterações.

Nossa análise assume que todas as premissas macroeconômicas e operacionais contidas neste Estudo, bem como todas as premissas de reestruturação de créditos, sujeitas ou não ao plano de recuperação, apresentadas no plano de recuperação judicial, serão verificadas e atingidas. A não verificação ou o não atingimento de qualquer uma das premissas adotadas poderá afetar os resultados projetados no presente Estudo, impactando a remuneração dos credores.

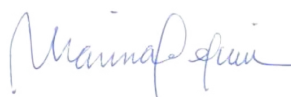
A APSIS entende que o plano de recuperação das companhias deveria ser revisto na ausência, atraso ou redução de qualquer uma das premissas-chave descritas no Capítulo 7, bem como no caso da não verificação ou atingimento de quaisquer premissas apresentadas nesse relatório e no Plano de Recuperação Judicial.

Estando o Estudo de Viabilidade **AP-01188/19-02** concluído, composto por 29 (vinte e nove) folhas digitadas de um lado e 02 (dois) anexos, a APSIS, CREA/RJ 82.2.00620-1 e CORECON/RJ RF/2.052-4, empresa especializada em avaliação, abaixo representada legalmente pelos seus diretores, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

São Paulo, 16 de dezembro de 2019.



**MARCIA APARECIDA DE LUCCA CALMON**  
Diretora



**MARINA RAGUCCI DA SILVA FREIRE**  
Projetos



**MIGUEL CÔRTEZ CARNEIRO MONTEIRO**  
Projetos

## 10. RELAÇÃO DE ANEXOS

1. FLUXO DE CAIXA PROJETADO DO GRUPO RENOVA
2. GLOSSÁRIO

RIO DE JANEIRO - RJ  
Rua do Passeio, nº 62, 6º Andar  
Centro, CEP 20021-280  
Tel.: + 55 (21) 2212-6850 Fax: + 55 (21) 2212-6851

SÃO PAULO - SP  
Av. Angélica, nº 2.503, Conj. 101  
Consolação, CEP 01227-200  
Tel.: + 55 (11) 4550-2701

## ANEXO 1

FC Anual (R\$MM)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
<b>Entradas</b>	<b>45,0</b>	<b>1.401,9</b>	<b>160,7</b>	<b>194,7</b>	<b>201,6</b>	<b>211,1</b>	<b>230,5</b>	<b>232,6</b>	<b>242,4</b>	<b>227,2</b>	<b>245,8</b>	<b>254,2</b>	<b>270,7</b>	<b>366,0</b>	<b>297,7</b>	<b>2.586,8</b>	<b>308,1</b>
Fonte de Recursos Projetos Renova	-	63,2	160,7	194,7	201,6	211,1	230,5	232,6	242,4	227,2	245,8	254,2	270,7	276,0	297,7	296,8	308,1
Alto Sertão III Fase A	-	2,2	150,3	179,7	186,0	191,1	209,7	211,0	219,9	224,9	245,8	246,6	254,3	258,8	281,3	282,0	292,9
Espra	-	10,0	10,4	15,0	15,6	20,0	20,8	21,6	22,5	2,3	-	7,6	16,4	17,1	16,4	14,8	15,1
Brasil PCH	-	51,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda de Ativos	-	995,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas relacionadas à Pipeline	45,0	43,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DIP Mina de Ouro	45,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda Outros Projetos	-	43,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novos Empréstimos	-	300,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90,0	-	2.290,0	-
DIP Financing	-	300,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90,0	-	2.290,0	-
<b>Saídas</b>	<b>(46,5)</b>	<b>(1.014,9)</b>	<b>(348,3)</b>	<b>(283,9)</b>	<b>(261,9)</b>	<b>(246,4)</b>	<b>(243,6)</b>	<b>(219,1)</b>	<b>(217,6)</b>	<b>(197,4)</b>	<b>(195,0)</b>	<b>(202,7)</b>	<b>(373,3)</b>	<b>(368,6)</b>	<b>(362,5)</b>	<b>(2.325,2)</b>	<b>(407,5)</b>
SG&A	(28,5)	(70,0)	(53,3)	(42,7)	(44,3)	(46,0)	(47,8)	(49,6)	(51,5)	(53,4)	(55,4)	(57,5)	(59,7)	(62,0)	(64,3)	(66,8)	(69,3)
Impostos	(5,1)	(149,6)	(3,2)	(3,4)	(3,5)	(2,1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos & Financiamentos	(0,1)	(480,6)	(29,6)	(209,3)	(208,4)	(198,3)	(195,8)	(169,5)	(166,1)	(144,0)	(139,6)	(145,2)	(313,6)	(306,7)	(298,2)	(2.258,4)	(338,2)
Reestruturação - BTG	-	(10,0)	(10,4)	(15,0)	(15,6)	(20,0)	(20,8)	(21,6)	(22,5)	(2,3)	-	(7,6)	(16,4)	(17,1)	(16,4)	(14,8)	(15,1)
Outros Créditos	-	(100,9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(191,2)	-
DIP Financing/Mina de Ouro	(0,1)	(41,4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DIP Financing 2	-	(319,3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(335,2)	(323,1)
Classe I	-	(0,5)	(12,8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe I - Contingências	-	-	-	(9,5)	(9,2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe II - AS3	-	(0,1)	(0,2)	(82,9)	(84,3)	(82,6)	(80,9)	(79,2)	(77,5)	(75,8)	(74,1)	(72,4)	(232,3)	(224,9)	(217,6)	-	-
Classe III - Fornecedores AS3	-	(1,8)	(0,1)	(22,9)	(22,9)	(22,8)	(22,7)	(22,6)	(22,5)	(22,4)	(22,3)	(22,2)	(22,1)	(22,0)	(21,9)	-	-
Classe III - Renova	-	(0,8)	(0,1)	(11,0)	(11,0)	(11,0)	(10,9)	(10,9)	(10,8)	(10,8)	(10,7)	(10,7)	(10,6)	(10,6)	(10,5)	-	-
Classe III - Essenciais Fundiários	-	(4,1)	(6,1)	(6,0)	(2,0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe III - Contingências	-	-	-	(24,7)	(24,7)	(24,6)	(24,4)	(24,3)	(24,2)	(24,1)	(24,0)	(23,9)	(23,7)	(23,6)	(23,5)	-	-
Classe III - Contratos Energia	-	-	-	(8,8)	(8,8)	(8,7)	(8,7)	(8,7)	(8,6)	(8,6)	(8,5)	(8,5)	(8,5)	(8,4)	(8,4)	-	-
Classe IV	-	(1,7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.717,3)	-
Credor Colaborador	-	-	-	(28,5)	(29,9)	(28,6)	(27,3)	(2,2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Multas LER 13 e LER 14	-	(4,8)	(27,9)	(18,0)	(1,5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAPEX/OPEX ASIII + Desenv. Pipe	(12,8)	(309,9)	(234,2)	(10,5)	(4,1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Fluxo de Caixa do Período</b>	<b>(1,5)</b>	<b>387,0</b>	<b>(187,6)</b>	<b>(89,2)</b>	<b>(60,3)</b>	<b>(35,4)</b>	<b>(13,1)</b>	<b>13,5</b>	<b>24,8</b>	<b>29,9</b>	<b>50,8</b>	<b>51,5</b>	<b>(102,6)</b>	<b>(2,6)</b>	<b>(64,8)</b>	<b>261,6</b>	<b>(99,5)</b>
<b>Saldo Final de Caixa</b>	<b>0,0</b>	<b>387,1</b>	<b>199,4</b>	<b>110,2</b>	<b>49,9</b>	<b>14,5</b>	<b>1,4</b>	<b>14,9</b>	<b>39,7</b>	<b>69,6</b>	<b>120,4</b>	<b>171,9</b>	<b>69,3</b>	<b>66,7</b>	<b>1,9</b>	<b>263,5</b>	<b>164,0</b>



## ANEXO 2

# Glossário

## A

### **ABL**

área bruta locável.

### **ABNT**

Associação Brasileira de Normas Técnicas

### **Abordagem da renda**

método de avaliação pela conversão a valor presente de benefícios econômicos esperados.

### **Abordagem de ativos**

método de avaliação de empresas onde todos os ativos e passivos (incluindo os não contabilizados) têm seus valores ajustados aos de mercado. Também conhecido como patrimônio líquido a mercado.

### **Abordagem de mercado**

método de avaliação no qual são adotados múltiplos comparativos derivados de preço de vendas de ativos similares.

### **Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill)**

benefícios econômicos futuros decorrentes de ativos não passíveis de serem individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.

### **Amortização**

alocação sistemática do valor amortizável de ativo ao longo de sua vida útil.

### **Amostra**

conjunto de dados de mercado representativos de uma população.

### **Aproveitamento eficiente**

aquele recomendável e tecnicamente possível para o local, em uma data de referência, observada a tendência mercadológica nas circunvizinhanças, entre os diversos usos permitidos pela legislação pertinente.

**Área equivalente de construção** área construída sobre a qual é aplicada a equivalência de custo unitário de construção correspondente, de acordo com os postulados da ABNT.

### **Área homogeneizada**

área útil, privativa ou construída com tratamentos matemáticos, para fins de avaliação, segundo critérios baseados no mercado imobiliário.

### **Área privativa**

área útil acrescida de elementos construtivos (tais como paredes, pilares etc.) e hall de elevadores (em casos particulares).

### **Área total de construção**

resultante do somatório da área real privativa e da área comum atribuídas a uma unidade autônoma, definidas conforme a ABNT.

### **Área útil**

área real privativa subtraída a área ocupada pelas paredes e outros elementos construtivos que impeçam ou dificultem sua utilização.

### **Arrendamento mercantil financeiro**

o que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios vinculados à posse do ativo, o qual pode ou não ser futuramente transferido. O arrendamento que não for financeiro é operacional.

### **Arrendamento mercantil operacional**

o que não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo. O arrendamento que não for operacional é financeiro.

### **Ativo**

recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados dos quais se esperam benefícios econômicos futuros para a entidade.

### **Ativo imobilizado**

ativos tangíveis disponibilizados para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, na locação por outros, investimento, ou fins administrativos, esperando-se que sejam usados por mais de um período contábil.

### **Ativo intangível**

ativo identificável não monetário sem substância física. Tal ativo é identificável quando: a) for separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, tanto individualmente quanto junto com contrato, ativo ou passivo relacionados; b) resulta de direitos contratuais ou outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

### **Ativos não operacionais**

aqueles não ligados diretamente às atividades de operação da empresa (podem ou não gerar receitas) e que podem ser alienados sem prejuízo do seu funcionamento.

### **Ativos operacionais**

bens fundamentais ao funcionamento da empresa.

**Ativo tangível**

ativo de existência física como terreno, construção, máquina, equipamento, móvel e utensílio.

**Avaliação**

ato ou processo de determinar o valor de um ativo.

**B****BDI (Budget Difference Income)**

Benefícios e Despesas Indiretas. Percentual que indica os benefícios e despesas indiretas incidentes sobre o custo direto da construção.

**Bem**

coisa que tem valor, suscetível de utilização ou que pode ser objeto de direito, que integra um patrimônio.

**Benefícios econômicos**

benefícios tais como receitas, lucro líquido, fluxo de caixa líquido etc.

**Beta**

medida de risco sistemático de uma ação; tendência do preço de determinada ação a estar correlacionado com mudanças em determinado índice.

**Beta alavancado**

valor de beta refletindo o endividamento na estrutura de capital.

**C****Campo de arbítrio**

intervalo de variação no entorno do estimador pontual adotado na avaliação, dentro do qual se pode arbitrar o valor do bem desde que justificado pela existência de características próprias não contempladas no modelo.

**CAPEX (Capital Expenditure)**

investimento em ativo permanente.

**CAPM (Capital Asset Pricing Model)**

modelo no qual o custo de capital para qualquer ação ou lote de ações equivale à taxa livre de risco acrescida de prêmio de risco proporcionado pelo risco sistemático da ação ou lote de ações em estudo. Geralmente utilizado para calcular o Custo de Capital Próprio ou Custo de Capital do Acionista.

**Capital investido**

somatório de capital próprio e de terceiros investidos em uma empresa. O capital de terceiros geralmente está relacionado a dívidas com juros (curto e longo prazo) devendo ser especificadas dentro do contexto da avaliação.

**Capitalização**

conversão de um período simples de benefícios econômicos em valor.

**Códigos alocados**

ordenação numeral (notas ou pesos) para diferenciar as características qualitativas dos imóveis.

**Combinação de negócios**

união de entidades ou negócios separados produzindo demonstrações contábeis de uma única entidade que reporta. Operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independente da forma jurídica da operação.

**Controlada**

entidade, incluindo aquela sem personalidade jurídica, tal como uma associação, controlada por outra entidade (conhecida como controladora).

**Controladora**

entidade que possui uma ou mais controladas.

**Controle**

poder de direcionar a gestão estratégica política e administrativa de uma empresa.

**CPC**

Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**Custo**

total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção, manutenção ou aquisição de um bem em uma determinada data e situação.

**Custo de capital**

taxa de retorno esperado requerida pelo mercado como atrativa de fundos para determinado investimento.

**Custo de reedição**

custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.

**Custo de reprodução**

gasto necessário para reproduzir um bem, sem considerar eventual depreciação.

**Custo de substituição**

custo de reedição de um bem, com a mesma função e características assemelhadas ao avaliando.

**Custo direto de produção**

gastos com insumos, inclusive mão de obra, na produção de um bem.

**Custo indireto de produção**

despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos necessários à produção de um bem.

**CVM**

Comissão de Valores Mobiliários.

# D

## Dado de mercado

conjunto de informações coletadas no mercado relacionadas a um determinado bem.

## Dano

prejuízo causado a outrem pela ocorrência de vícios, delitos, sinistros e delitos, entre outros.

## Data-base

data específica (dia, mês e ano) de aplicação do valor da avaliação.

## Data de emissão

data de encerramento do laudo de avaliação, quando as conclusões da avaliação são transmitidas ao cliente.

## DCF (Discounted Cash Flow)

fluxo de caixa descontado.

## D&A

Depreciação e Amortização.

## Depreciação

alocação sistemática do valor depreciável de ativo durante a sua vida útil.

## Desconto por falta de controle

valor ou percentual deduzido do valor pró-rata de 100% do valor de uma empresa, que reflete a ausência de parte ou da totalidade de controle.

## Desconto por falta de liquidez

valor ou percentual deduzido do valor pró-rata de 100% do valor de uma empresa, que reflete a ausência de liquidez.

## Dívida líquida

caixa e equivalentes, posição líquida em derivativos, dívidas financeiras de curto e longo prazo, dividendos a receber e a pagar, recebíveis e contas a pagar relacionadas a debêntures, déficits de curto e longo prazo com fundos de pensão, provisões, outros créditos e obrigações com pessoas vinculadas, incluindo bônus de subscrição.

## Documentação de suporte

documentação levantada e fornecida pelo cliente na qual estão baseadas as premissas do laudo.

## Drivers

direcionadores de valor ou variáveis-chave.

# E

## EBIT (Earnings Before Interests and Taxes)

lucro antes de juros e impostos.

## EBITDA (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization)

lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

## Empreendimento

conjunto de bens capaz de produzir receitas por meio de comercialização ou exploração econômica. Pode ser: imobiliário (ex.: loteamento, prédios comerciais/residenciais), de base imobiliária (ex.: hotel, shopping center, parques temáticos), industrial ou rural.

## Empresa

entidade comercial, industrial, prestadora de serviços ou de investimento detentora de atividade econômica.

## Enterprise value

valor econômico da empresa.

## Equity value

valor econômico do patrimônio líquido.

## Estado de conservação

situação física de um bem em decorrência de sua manutenção.

## Estrutura de capital

composição do capital investido de uma empresa entre capital próprio (patrimônio) e capital de terceiros (endividamento).

# F

## Fator de comercialização

razão entre o valor de mercado de um bem e seu custo de reedição ou substituição, que pode ser maior ou menor que 1 (um).

## FCFF (Free Cash Flow to Firm)

fluxo de caixa livre para a firma, ou fluxo de caixa livre desalavancado.

## Fluxo de caixa

caixa gerado por um ativo, grupo de ativos ou empresa durante determinado período de tempo. Geralmente o termo é complementado por uma qualificação referente ao contexto (operacional, não operacional etc.).

## Fluxo de caixa do capital investido

fluxo gerado pela empresa a ser revertido aos financiadores (juros e amortizações) e acionistas (dividendos) depois de considerados custo e despesas operacionais e investimentos de capital.

**Fração ideal**

percentual pertencente a cada um dos compradores (condôminos) no terreno e nas coisas comuns da edificação.

**Free float**

percentual de ações em circulação sobre o capital total da empresa.

**Frente real**

projeção horizontal da linha divisória do imóvel com a via de acesso.

**G****Gleba urbanizável**

terreno passível de receber obras de infraestrutura urbana, visando ao seu aproveitamento eficiente, por meio de loteamento, desmembramento ou implantação de empreendimento.

**Goodwill**

ver Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill).

**H****Hipótese nula em um modelo de regressão**

hipótese em que uma ou um conjunto de variáveis independentes envolvidas no modelo de regressão não é importante para explicar a variação do fenômeno em relação a um nível de significância pré-estabelecido.

**Homogeneização**

tratamento dos preços observados, mediante à aplicação de transformações matemáticas que expressem, em termos relativos, as diferenças entre os atributos dos dados de mercado e os do bem avaliando.

**I****IAS (International Accounting Standard)**

Normas Internacionais de Contabilidade.

**IASB (International Accounting Standards Board)**

Junta Internacional de Normas Contábeis.

**Idade aparente**

idade estimada de um bem em função de suas características e estado de conservação no momento da vistoria.

**IFRS (International Financial Reporting Standard)**

Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo IASB.

**Imóvel**

bem constituído de terreno e eventuais benfeitorias a ele incorporadas. Pode ser classificado como urbano ou rural, em função da sua localização, uso ou vocação.

**Imóvel de referência**

dado de mercado com características comparáveis às do imóvel avaliando.

**Impairment**

ver Perdas por desvalorização

**Inferência estatística**

parte da ciência estatística que permite extrair conclusões sobre a população a partir de amostra.

**Infraestrutura básica**

equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de acesso.

**Instalações**

conjunto de materiais, sistemas, redes, equipamentos e serviços para apoio operacional a uma máquina isolada, linha de produção ou unidade industrial, conforme grau de agregação.

**L****Liquidação forçada**

condição relativa à hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que a média de absorção pelo mercado.

**Liquidez**

capacidade de rápida conversão de determinado ativo em dinheiro ou em pagamento de determinada dívida.

**Loteamento**

subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes.

**Luvas**

quantia paga pelo futuro inquilino para assinatura ou transferência do contrato de locação, a título de remuneração do ponto comercial.

**M****Metodologia de avaliação**

uma ou mais abordagens utilizadas na elaboração de cálculos avaliatórios para a indicação de valor de um ativo.

**Modelo de regressão**

modelo utilizado para representar determinado fenômeno, com base em uma amostra, considerando-se as diversas características influenciadoras.

**Múltiplo**

valor de mercado de uma empresa, ação ou capital investido, dividido por uma medida da empresa (EBITDA, receita, volume de clientes etc.).

**N****Normas Internacionais de Contabilidade**

normas e interpretações adotadas pela IASB. Elas englobam: Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS); Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

**P****Padrão construtivo**

qualidade das benfeitorias em função das especificações dos projetos, de materiais, execução e mão de obra efetivamente utilizados na construção.

**Parecer técnico**

relatório circunstanciado ou esclarecimento técnico, emitido por um profissional capacitado e legalmente habilitado, sobre assunto de sua especificidade.

**Passivo**

obrigação presente que resulta de acontecimentos passados, em que se espera que a liquidação desta resulte em afluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios econômicos.

**Patrimônio líquido a mercado**

ver Abordagem de ativos.

**Perdas por desvalorização (impairment)**

valor contábil do ativo que excede, no caso de estoques, seu preço de venda menos o custo para completá-lo e despesa de vendê-lo; ou, no caso de outros ativos, seu valor justo menos a despesa para a venda.

**Perícia**

atividade técnica realizada por profissional com qualificação específica para averiguar e esclarecer fatos, verificar o estado de um bem, apurar as causas que motivaram determinado evento, avaliar bens, seus custos, frutos ou direitos.

**Pesquisa de mercado**

conjunto de atividades de identificação, investigação, coleta, seleção, processamento, análise e interpretação de resultados sobre dados de mercado.

**Planta de valores**

representação gráfica ou listagem dos valores genéricos de metro quadrado de terreno ou do imóvel em uma mesma data.

**Ponto comercial**

bem intangível que agrega valor ao imóvel comercial, decorrente de sua localização e expectativa de exploração comercial.

**Ponto influenciante**

ponto atípico que, quando retirado da amostra, altera significativamente os parâmetros estimados ou a estrutura linear do modelo.

**População**

totalidade de dados de mercado do segmento que se pretende analisar.

**Preço**

quantia pela qual se efetua uma transação envolvendo um bem, um fruto ou um direito sobre ele.

**Prêmio de controle**

valor ou percentual de um valor pró-rata de lote de ações controladoras sobre o valor pró-rata de ações sem controle, que refletem o poder do controle.

**Profundidade equivalente**

resultado numérico da divisão da área de um lote pela sua frente projetada principal.

**Propriedade para investimento**

imóvel (terreno, construção ou parte de construção, ou ambos) mantido pelo proprietário ou arrendatário sob arrendamento, tanto para receber pagamento de aluguel quanto para valorização de capital, ou ambos, que não seja para: uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, como também para fins administrativos.

**R****Rd (Custo da Dívida)**

medida do valor pago pelo capital provindo de terceiros, sob a forma de empréstimos, financiamentos, captações no mercado, entre outros.

**Re (Custo de Capital Próprio)**

retorno requerido pelo acionista pelo capital investido.

**Risco do negócio**

grau de incerteza de realização de retornos futuros esperados do negócio, resultantes de fatores que não alavancagem financeira.

**S****Seguro**

transferência de risco garantida por contrato, pelo qual uma das partes se obriga, mediante cobrança de prêmio, a indenizar a outra pela ocorrência de sinistro coberto pela apólice.

**Sinistro**

evento que causa perda financeira.

# T

## **Taxa de capitalização**

qualquer divisor usado para a conversão de benefícios econômicos em valor em um período simples.

## **Taxa de desconto**

qualquer divisor usado para a conversão de um fluxo de benefícios econômicos futuros em valor presente.

## **Taxa interna de retorno**

taxa de desconto onde o valor presente do fluxo de caixa futuro é equivalente ao custo do investimento.

## **Testada**

medida da frente de um imóvel.

## **Tratamento de dados**

aplicação de operações que expressem, em termos relativos, as diferenças de atributos entre os dados de mercado e os do bem avaliando.

# U

## **Unidade geradora de caixa**

menor grupo de ativos identificáveis gerador de entradas de caixa que são, em grande parte, independentes de entradas geradas por outros ativos ou grupos de ativos.

# V

## **Valor atual**

valor de reposição por novo depreciado em função do estado físico em que se encontra o bem.

## **Valor contábil**

valor em que um ativo ou passivo é reconhecido no balanço patrimonial.

## **Valor da perpetuidade**

valor ao final do período projetivo a ser adicionado no fluxo de caixa.

## **Valor de dano elétrico**

estimativa do custo do reparo ou reposição de peças, quando ocorre um dano elétrico no bem. Os valores são tabelados em percentuais do Valor de Reposição e foram calculados através de estudos dos manuais dos equipamentos e da experiência em manutenção corretiva dos técnicos da Apsis.

## **Valor de investimento**

valor para um investidor em particular, baseado em interesses particulares no bem em análise. No caso de avaliação de negócios, este valor pode ser analisado por diferentes situações, tais como sinergia com demais empresas de um investidor, percepções de risco, desempenhos futuros e planejamentos tributários.

## **Valor de liquidação**

valor de um bem colocado à venda no mercado fora do processo normal, ou seja, aquele que se apuraria caso o bem fosse colocado à venda separadamente, levando-se em consideração os custos envolvidos e o desconto necessário para uma venda em um prazo reduzido.

## **Valor de reposição por novo**

valor baseado no que o bem custaria (geralmente em relação a preços correntes de mercado) para ser reposto ou substituído por outro novo, igual ou similar.

## **Valor de seguro**

valor pelo qual uma companhia de seguros assume os riscos e não se aplica ao terreno e às fundações, exceto em casos especiais.

## **Valor de sucata**

valor de mercado dos materiais reaproveitáveis de um bem, na condição de desativação, sem que estes sejam utilizados para fins produtivos.

## **Valor depreciável**

custo do ativo, ou outra quantia substituta do custo (nas demonstrações contábeis), menos o seu valor residual.

## **Valor em risco**

valor representativo da parcela do bem que se deseja segurar e que pode corresponder ao valor máximo segurável.

## **Valor em uso**

valor de um bem em condições de operação no estado atual, como uma parte integrante útil de uma indústria, incluídas, quando pertinentes, as despesas de projeto, embalagem, impostos, fretes e montagem.

## **Valor (justo) de mercado**

valor pelo qual um ativo pode ser trocado de propriedade entre um potencial vendedor e um potencial comprador, quando ambas as partes têm conhecimento razoável dos fatos relevantes e nenhuma está sob pressão de fazê-lo.

## **Valor justo menos despesa para vender**

valor que pode ser obtido com a venda de ativo ou unidade geradora de caixa menos as despesas da venda, em uma transação entre partes conhecedoras, dispostas a tal e isentas de interesse.

## **Valor máximo de seguro**

valor máximo do bem pelo qual é recomendável que seja segurado. Este critério estabelece que o bem com depreciação maior que 50% deverá ter o Valor Máximo de Seguro igual a duas vezes o Valor Atual; e aquele com depreciação menor que 50% deverá ter o Valor Máximo de Seguro igual ao Valor de Reposição.

## **Valor presente**

estimativa do valor presente descontado de fluxos de caixa líquidos no curso normal dos negócios.

**Valor recuperável**

valor justo mais alto de ativo (ou unidade geradora de caixa) menos as despesas de venda comparado com seu valor em uso.

**Valor residual**

valor do bem novo ou usado projetado para uma data, limitada àquela em que o mesmo se torna sucata, considerando estar em operação durante o período.

**Valor residual de ativo**

valor estimado que a entidade obterá no presente com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas desta, se o ativo já estivesse com a idade e condição esperadas no fim de sua vida útil.

**Variáveis independentes**

variáveis que dão conteúdo lógico à formação do valor do imóvel, objeto da avaliação.

**Variáveis qualitativas**

variáveis que não podem ser medidas ou contadas, apenas ordenadas ou hierarquizadas, de acordo com atributos inerentes ao bem (por exemplo, padrão construtivo, estado de conservação e qualidade do solo).

**Variáveis quantitativas**

variáveis que podem ser medidas ou contadas (por exemplo, área privativa, número de quartos e vagas de garagem).

**Variáveis-chave**

variáveis que, a priori e tradicionalmente, são importantes para a formação do valor do imóvel.

**Variável dependente**

variável que se pretende explicar pelas independentes.

**Variável dicotômica**

variável que assume apenas dois valores.

**Vício**

anomalia que afeta o desempenho de produtos e serviços, ou os torna inadequados aos fins a que se destinam, causando transtorno ou prejuízo material ao consumidor.

**Vida remanescente**

vida útil que resta a um bem.

**Vida útil econômica**

período no qual se espera que um ativo esteja disponível para uso, ou o número de unidades de produção ou similares que se espera obter do ativo pela entidade.

**Vistoria**

constatação local de fatos, mediante observações criteriosas em um bem e nos elementos e condições que o constituem ou o influenciam.

**Vocação do imóvel**

uso economicamente mais adequado de determinado imóvel em função das características próprias e do entorno, respeitadas as limitações legais.

**WACC (Weighted Average Cost of Capital)**

modelo no qual o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).

# RELATÓRIO AP-01188/19-01

## GRUPO RENOVA



<b>RELATÓRIO:</b>	AP-01188/19-01	<b>DATA-BASE:</b>	30 de setembro de 2019
-------------------	----------------	-------------------	------------------------

**SOLICITANTES:**

**RENOVA ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, doravante denominada **RENOVA, COMPANHIA** ou **RECUPERANDA**.

Sociedade anônima, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 08.534.605 /0001-74.

**RENOVAPAR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.667.090/0001-71.

**RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.204.923/0001-68.

**CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34.

**ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.296.360/0001-52,

**DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.408.723/0001-02.

**CE VAQUETA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970 inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.684.356/0001-57.

**CE ABIL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.911.031/0001-60

**CE ACÁCIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.919.425/0001-64

**CE ANGICO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.073/0001-08.

**CE FOLHA DA SERRA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.910.740/0001-20.

**CE JABUTICABA S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.194/0001-41.

**CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.265/0001-06.

**CE TABOQUINHA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.116/0001-47

**CE TABUA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.007/0001-20.

**CE SÃO SALVADOR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Praça Manoel Joaquim de Azevedo, nº 82, Bairro Centro, Igaporã, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.197.380/0001-12.

**CE PAU D'ÁGUA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.513/0001-53

**CE MANINEIRO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.162/0001-40.

**CE UMBUZEIRO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.273/0001-56

**CE CEDRO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.330.840/0001-15.

**CE VELLOZIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.475/0001-06.

**CE ANGELIM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.690/0001-05.

**CE FACHEIO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.559.964/0001-30.

**CE SABIU S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.305.829/0001-03.

**CE BARBATIMÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.908/0001-21.

**CE JUAZEIRO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.341/0001-93.

**CE JATAÍ S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.347/0001-54.

**CE IMBURANA MACHO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.538/0001-22.

**CE AMESCLA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.635/0001-15.

**CE ITAPARICA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.050.083/0001-02

**CE UNHA D'ANTA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.214/0001-88.

**CE MACAMBIRA S.A. - COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.604/0001-64.

**CE TAMBORIL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.618/0001-95

**CE CARRANCUDO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.119/0001-84.

**CE IPÊ AMARELO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.485/0001-57.

**CE CABEÇA DE FRADE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.257/0001-02.

**CE CANJOÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.454/0001-82.

**CE CONQUISTA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.972/0001-37.

**CE COXILHA ALTA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

sociedade anônima, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.544.421/0001-86.

**CE BOTUQUARA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.048.083/0001-78.

**CE JEQUITIBA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.412/0001-41.

**CE TINGUI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.064/0001-02.

**CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.249.997/0001-10.

**CE IMBURANA DE CABÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.245/0001-39.

**CE EMBIRUÇU S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.139/0001-55.

**CE LENÇÓIS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

sociedade anônima, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.552.917/0001-00.

**CE CALIANDRA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.361/0001-64.

**CE ICO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.841/0001-25.

**CE ALCAÇUZ S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.393/0001-53.

**CE PUTUMUJU S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.435/0001-62.

**CE CANSANÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.737.877/0001-62.

**BAHIA HOLDING S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.863.676/0001-41.

**CE BELA VISTA XIV S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade anônima, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.281.218/0001-90.

**VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

sociedade anônima, com sede à Rua 7 de setembro, nº 77, parte, Centro, Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.875.208/0001-57.

**RENOVA PCH LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade limitada, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 450, 23º andar, salas 2301 e 2302, parte 4, Caminho das Árvores, Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.044.208/0001-91.

**CE ITAPUÃ IV LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade limitada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.507/0001-65.

**CE ITAPUÃ V LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade limitada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.100/0001-38.

**CE ITAPUÃ VII LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade limitada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.032/0001-07.

**CE ITAPUÃ XV LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade limitada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.186/0001-07.

**CE ITAPUÃ XX LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade limitada, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.291/0001-38.

**PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Sociedade limitada, com sede à Rua 7 de setembro, 77, Bairro Centro, Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.103.456/0001-01.

As sociedades descritas anteriormente serão conjuntamente denominadas “RECUPERANDAS”.



<b>OBJETO:</b>	<b>RECUPERANDAS</b> , anteriormente qualificado.
<b>OBJETIVO:</b>	Elaboração de laudo de avaliação econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das <b>RECUPERANDAS</b> , para fins de atender o disposto no Inciso III do art. 53 da Lei nº 11.101/05.
<b>DEFINIÇÃO:</b>	As <b>RECUPERANDAS</b> e Não Recuperandas do conglomerado corporativo serão denominadas <b>GRUPO RENOVA</b> .



## SUMÁRIO EXECUTIVO

A APSIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., doravante denominada APSIS, com sede à Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 27.281.922/0001-70, foi nomeada pela RENOVA para a elaboração de laudo de avaliação econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do GRUPO RENOVA, para fins de atender o disposto no Inciso III do art. 53 da Lei nº 11.101/05.

Conforme o Inciso III do art. 53 da Lei nº 11.101/05, as RECUPERANDAS devem apresentar aos credores laudo econômico-financeiro e de avaliação dos seus bens e ativos subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

O Inciso III do artigo 53 da Lei nº 11.101/2005, estabelece duas abordagens de avaliação, de forma a posicionar os credores sobre o valor das RECUPERANDAS nos contextos de continuidade operacional (*going concern*) e de uma eventual liquidação (valor de seus bens e ativos isoladamente).

Após discussões com a administração do GRUPO RENOVA e análise da sua estrutura organizacional, identificou-se que os principais ativos são representados por suas participações em sociedades operacionais e pré-operacionais (“*Greenfield*”) detentoras de pequenas centrais hidroelétricas (“PCHs”) e usinas eólicas (“EOLs”), em especial os seguintes ativos:

- ENERBRÁS S.A. (“ENERBRÁS”) - em operação.
- BRASIL PCH S.A. (“BRASIL PCH”) - em operação.
- ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (“ALTO SERTÃO III”) - pré-operacional, com 85% das obras concluídas, todas as autorizações concedidas e contratos de *Power Purchase Agreement* (“PPA”) já vendidos.

Estes ativos exercem a atividade de geração de energia via regime de autorização da ANEEL (Art. 25, Lei 9.427/1996), possuindo ativos intangíveis, tais como outorgas de autorização para a geração de energia e contratos de PPA, além de ativos tangíveis relacionados a sua operação. Entende-se que, pelas características desses ativos, em um eventual cenário de estresse, a melhor alternativa de realização desses ativos seria a venda das sociedades como um todo, incluindo seus ativos tangíveis e intangíveis, tendo em vista que os seguintes fatos:

- O mercado ativo e aquecido de compra e venda de PCHs e EOLs, tendo a própria RENOVA já realizado a venda de diversos ativos, tais como Alto Sertão I e II, ativos do Projeto Bahia, ativos do Projeto Salvador, além de manter negociações para a venda da Mina de Ouro e Brasil PCH S.A.
- Os ativos tangíveis (imobilizado existe) operam em conjunto com os ativos intangíveis, outorgas de autorização e PPAs, fazendo pouco sentido serem alienados de forma separada.
- Os ativos operacionais possuem margem operacional positiva e não se encontram em recuperação judicial, dessa forma suas operações não possuem risco de continuidade. Em um eventual cenário de estresse, a melhor alternativa de realização desses ativos seria a venda das empresas em funcionamento.



- Os ativos são localizados em regiões estratégicas, em regiões de alta incidência de vento testado por medições, no caso das EOLS e perto regiões fluviais, no caso das PCHs, e com facilidade de interligação na malha de distribuição elétrica. Desta forma, entende-se que os ativos tangíveis perderiam valor em outras regiões. Ainda considerando os custos de desmontagem e transporte, os ativos tangíveis não teriam mercado líquido, e consequentemente, teriam baixo valor de revenda.

Pelos fatos expostos acima, entende-se que o valor econômico destes ativos, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, é a metodologia que melhor reflete seu valor em um eventual cenário de liquidação. Para refletir o valor em um cenário de estresse, foi considerado um desconto de 30% (trinta por cento), padrão de mercado para liquidação forçada, admitindo que operações de venda dessa natureza demandam um prazo longo.

Além dos ativos descritos acima, o GRUPO RENOVA possui projetos *Greenfield*, demonstrados no Capítulo 5. Esses ativos são menores e ainda encontram-se em estágio incipiente, sendo difícil qualquer mensuração de valor. A utilização da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado é desaconselhada para avaliação de sociedades em estágio *Greenfield*, dado o alto grau de incerteza de seus fluxos de caixa futuros e a dificuldade de estimação dos retornos exigidos sobre o capital investido. Para fins deste Relatório, a APSIS considerou o valor patrimonial desses ativos na data-base.

Os ativos SF 120 (Mina de Ouro) e SF 123 foram objeto de alienação fiduciária para garantir mútuo a ser realizado junto a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) ou quaisquer terceiros, sendo o valor comercial do projeto avaliado em R\$ 60 milhões. Esse valor foi sustentado por laudo de terceiros, conforme contrato de mútuo entre as partes. Considerando o exposto acima, a APSIS considerou o valor desta negociação para o valor de SF 120 (Mina de Ouro) e SF 123.

## VALOR FINAL ENCONTRADO

O quadro a seguir apresenta o resumo do relatório econômico-financeiro e o valor dos bens e ativos do GRUPO RENOVA, na data-base de 30 de setembro de 2019:

GRUPO RENOVA (R\$ mil)	VALOR ECONÔMICO	VALOR LIQUIDAÇÃO	METODOLOGIA	ANEXO
100% @ ENERBRÁS *	217.602	98.248	RENTA	1
51% @ BRASIL PCH	996.847	697.793	RENTA	2
99,99% @ ALTO SERTÃO III (FASE A)	862.441	603.709	RENTA	3
99,99% @ ALTO SERTÃO III (FASE B)	-	-	PL CONTÁBIL	4
99,99% @ BAHIA HOLDING	27.854	19.498	PL CONTÁBIL	5
99,99% @ CE BELA VISTA XIV S.A.	-	-	PL CONTÁBIL	6
99,99% @ RENOVA PCH LTDA	-	-	PL CONTÁBIL	7
99,9% @ SF 120 (MINA DE OURO) e SF 123	60.000	60.000	OFERTA DE COMPRA	n/a
100% @ RENOVA COMERCIALIZADORA	-	-	PL CONTÁBIL	8
100% @ RENOVAPAR	-	-	PL CONTÁBIL	9
99,99% @ DEMAIS EMPRESAS	-	-	PL CONTÁBIL	10
100% @ CAIXA RENOVA ENERGIA	85	85	PL CONTÁBIL	n/a
<b>TOTAL</b>	<b>2.164.829</b>	<b>1.479.333</b>		

\* Para o cenário de liquidação forçada de ENERBRÁS, foi desconsiderado um mútuo intercompany no valor de R\$ 77 milhões. Além disso, sobre seu valor econômico, foi considerado um desconto de 30% para refletir um eventual cenário de liquidação deste ativo.



Tendo em vista que essa avaliação tem como objetivo servir como fonte adicional de informação aos credores na sua tomada de decisão para as empresas que estão dentro do perímetro da Recuperação Judicial, não foram consideradas as dívidas e demais passivos, já que estão sendo reestruturadas nesse âmbito. Entretanto, as empresas do GRUPO RENOVÁ que não estão dentro do perímetro da Recuperação Judicial tiveram suas dívidas consideradas, pois entendemos que, no caso de liquidação desses ativos, seu endividamento teria prioridade à geração de caixa líquido para as RECUPERANDAS.

Os valores de liquidação consideram o desconto de liquidez normalmente utilizado para avaliar ativos em cenários de venda ou liquidação forçadas ou estresse de ativos.



## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	15
2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS .....	16
3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE .....	17
4. DESCRIÇÃO DA COMPANHIA .....	19
5. ANÁLISE DO SETOR .....	22
6. ABORDAGENS DE AVALIAÇÃO.....	25
7. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO.....	27
7.1 ABORDAGEM DA RENDA: FLUXO DE CAIXA .....	27
7.2 MÉTODO DO CUSTO HISTÓRICO INCORRIDO .....	29
8. VALOR ECONOMICO FINANCEIRO E DOS BENS E ATIVOS.....	30
9. CONCLUSÃO .....	33
10. RELAÇÃO DE ANEXOS.....	34



## 1. INTRODUÇÃO

A APSIS foi nomeada pela RENOVA para a elaboração de laudo de avaliação econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do GRUPO RENOVA, para fins de atender o disposto no Inciso III do art. 53 da Lei nº 11.101/05.

Na elaboração deste trabalho, foram utilizados dados e informações fornecidos por terceiros, na forma de documentos e entrevistas verbais com o cliente. As estimativas utilizadas neste processo estão baseadas em documentos e informações que incluem os seguintes:

- Organograma completo do GRUPO RENOVA;
- Demonstrações financeiras de 2018 de todas as empresas do GRUPO RENOVA;
- Balancete de todas as empresas do GRUPO RENOVA em 30 de setembro de 2019;
- Fluxo de caixa projetado das empresas operacionais ENERBRÁS, BRASIL PCH e ALTO SERTÃO III;
- Resumo do Quadro Geral de Credores.
- Plano de recuperação judicial do GRUPO RENOVA.

Também utilizamos bancos de dados de mercado, interno e de terceiros, para a obtenção de informações financeiras, incluindo:

- Bloomberg LP;
- Relatórios do setoriais;
- Banco de dados interno.



## 2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS

As informações a seguir são importantes e devem ser cuidadosamente lidas.

O Relatório objeto do trabalho enumerado, calculado e particularizado obedece criteriosamente aos princípios fundamentais descritos a seguir:

- Os consultores não têm interesse, direto ou indireto, nas companhias envolvidas ou na operação, bem como não há qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesses.
- Os honorários profissionais da APSIS não estão, de forma alguma, sujeitos às conclusões deste Relatório.
- No melhor conhecimento e crédito dos consultores, as análises, opiniões e conclusões expressas no presente Relatório são baseadas em dados, diligências, pesquisas e levantamentos verdadeiros e corretos.
- Este Relatório não deve ser interpretado de maneira individualizada, mas sim dentro do contexto geral da recuperação judicial das RECUPERANDAS, sem prejuízo, exemplificativamente, dos direitos, eventuais preferências legais, garantias, aplicáveis a cada crédito.
- Assumem-se como corretas as informações recebidas de terceiros, sendo que suas fontes estão contidas e citadas no referido Relatório.
- Para efeito de projeção, partimos do pressuposto da inexistência de ônus ou gravames de qualquer natureza, judicial ou extrajudicial, atingindo as empresas em questão, que não os listados no presente Relatório.
- O Relatório apresenta todas as condições limitativas impostas pelas metodologias adotadas, que possam afetar as análises, opiniões e conclusões apresentadas.
- O Relatório foi elaborado pela APSIS que preparou as análises e correspondentes conclusões. As RECUPERANDAS não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram qualquer ato que tenha ou possa ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das conclusões contidas neste trabalho.



### 3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE

- Para elaboração deste Relatório, a APSIS utilizou informações e dados históricos auditados por terceiros ou não auditados, fornecidos por escrito pela administração do GRUPO RENOVA ou obtidos das fontes mencionadas. Sendo assim, a APSIS assumiu como verdadeiros e coerentes os dados e informações obtidos para este Relatório e não tem qualquer responsabilidade com relação a sua veracidade.
- O escopo deste trabalho não incluiu auditoria das demonstrações financeiras ou revisão dos trabalhos realizados por seus auditores. Sendo assim, a APSIS não está expressando opinião sobre as demonstrações financeiras do GRUPO RENOVA.
- Não nos responsabilizamos por perdas ocasionais à RECUPERANDA e suas controladas, a seus sócios, diretores, credores ou a outras partes como consequência da utilização dos dados e informações fornecidos pelo GRUPO RENOVA e constantes neste Relatório.
- As análises e as conclusões contidas neste Relatório baseiam-se em diversas premissas, realizadas na presente data, de projeções operacionais futuras, tais como: preços, volumes, participações de mercado, receitas, impostos, investimentos, margens operacionais etc. Assim, os resultados futuros do GRUPO RENOVA podem vir a ser diferentes de qualquer previsão ou estimativa contida neste Relatório, especialmente caso venha a ter conhecimento posterior de informações não disponíveis na ocasião da emissão do Relatório.
- Esta avaliação não reflete eventos e respectivos impactos nas demonstrações ocorridos após a data-base.
- A APSIS não se responsabiliza por perdas diretas ou indiretas nem por lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso indevido deste Relatório.
- Destacamos que a compreensão da conclusão deste Relatório ocorrerá mediante a sua leitura integral e de seus anexos, não devendo, portanto, serem extraídas conclusões de sua leitura parcial, que podem ser incorretas ou equivocadas.
- Este trabalho não tem por objetivo a auditoria dos dados recebidos ou a averiguação de situação dominial das propriedades. Sendo assim, a APSIS assumiu como verdadeiros os dados e informações recebidos e não tem qualquer responsabilidade com relação a sua veracidade assim como não está expressando opinião sobre eles.
- As análises e as conclusões contidas neste Relatório são conjunturais e temporais e baseiam-se em diversas premissas, realizadas na presente data, tais como: preços, participações de mercado, dimensões, entre outros. Assim, os resultados obtidos para as sociedades podem vir a ser diferentes de qualquer estimativa contida neste Relatório, seja por conhecimento posterior de informações não disponíveis por ocasião da emissão do Relatório ou alterações súbitas no mercado.



- Tendo em vista a data-base acordada, utilizamos os balanços patrimoniais das sociedades que compõem o GRUPO RENOVÁ (anteriormente citadas neste relatório) como referências para as análises e avaliações aqui apresentadas.
- Cumpre-nos ressaltar que os leitores e usuários do presente relatório devem considerar e avaliar eventuais informações adicionais atualizadas que, porventura, tornem-se disponíveis. A averiguação da existência de tais informações deve ser efetuada por tais leitores e usuários com o objetivo de obter fonte adicional para subsidiar suas decisões e análises.



#### 4. DESCRIÇÃO DA COMPANHIA

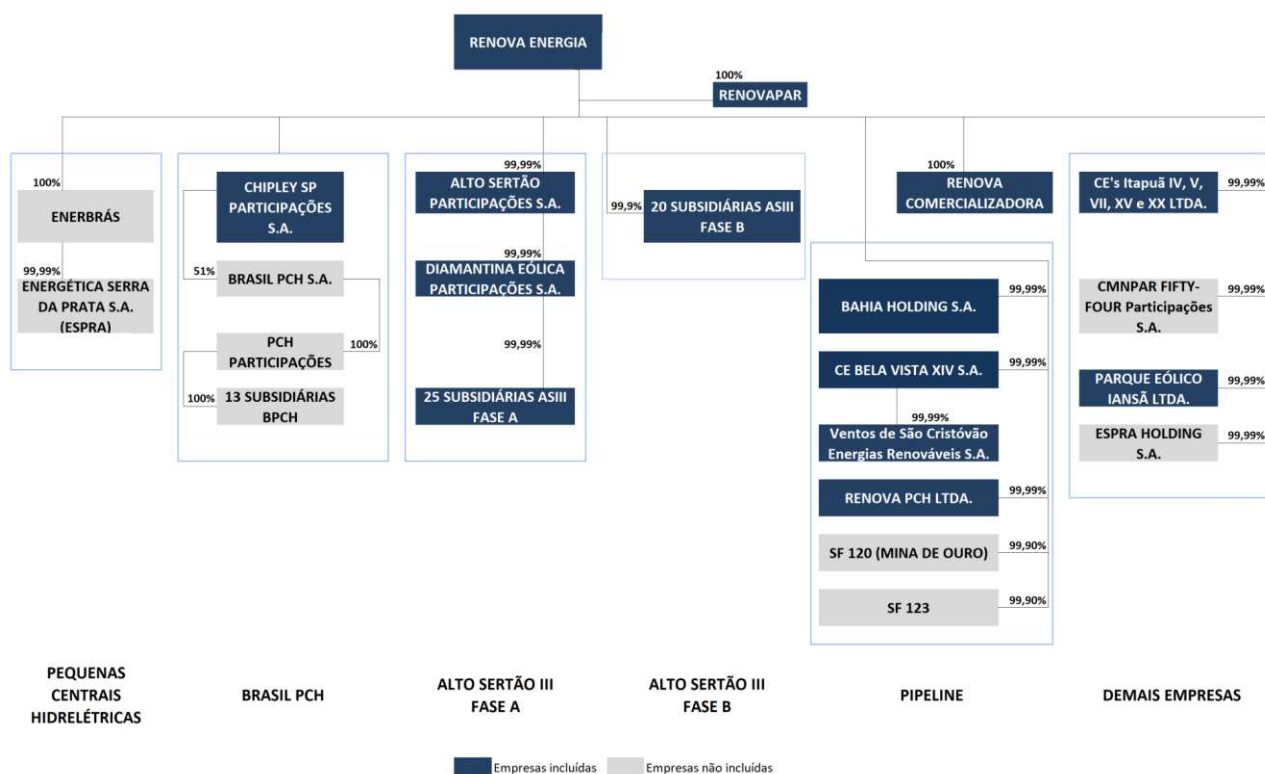
Fundada em 2001, a Renova Energia S.A. é uma companhia brasileira de geração de energia elétrica renovável com atuação em matrizes eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e solar. Desde 2009 sua atuação está fortemente concentrada em projetos de fonte eólica, mercado no qual é pioneira, tendo implantado, há época, o maior complexo eólico da América Latina, no sudoeste da Bahia. Como diferencial em sua atuação está a qualificação para operar de modo integrado as várias etapas da cadeia de geração de energia, realizando a prospecção, implantação e operação dos empreendimentos.

Hoje a Companhia tem projetos em três fases distintas, são elas:

- **Projetos em Operação:** Hoje, a Companhia tem em operação três Pequenas Centrais Hidroelétricas (“PCHs”) da Espra (41,8 MW de capacidade instalada), e participação de 51% na Brasil PCH que detém 13 PCHs (291 MW de capacidade instalada).
- **Projetos em Implantação:** A partir da contratação de PPAs, os projetos passam à fase de implantação até que estejam operacionais. Atualmente, a Renova está implantando o Complexo eólico Alto Sertão III com 437,4MW de capacidade instalada (Alto Sertão III Fase A - 390,3 MW; Projeto Híbrido (Eólico) - 43,2 MW; Projeto Híbrido (Solar) - 4,8 MW, sem PPA), que, quando operacional, atenderá contratos dos Mercados Livre e Regulado.
- **Projetos em Desenvolvimento:** Projetos em estágio de desenvolvimento são aqueles que estão em fase de arrendamento de propriedades, licenciamento, estudos de impacto ambiental e estudos de viabilidade, sem que haja o compromisso em atender algum contrato de compra/venda de energia (Power Purchase Agreement - “PPA”). Dentre eles destacam-se os projetos Alto Sertão III Fase B e os projetos denominados Pipeline, da Bahia Holding.



Abaixo, o organograma completo do GRUPO RENOVA.



#### ▪ ENERBRÁS

Constituída em fevereiro de 2001, a Enerbrás Centrais Elétricas S.A. é a holding controladora da Energética Serra da Prata S.A. (Espra), com período de autorização de 30 anos a partir de dezembro de 2003, que opera três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) nos municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, todos no extremo sul do estado da Bahia. Ao todo, as centrais Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II possuem capacidade de 14,8 MW, 11,0 MW e 16,0 MW, respectivamente, totalizando 41,8 MW operando desde 2008. Antes de iniciar suas atividades, em 2004, a Espra celebrou contrato de venda da totalidade de sua produção passível de contratação para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), por 20 anos.

#### ▪ BRASIL PCH

Através da sua subsidiária Chipley SP Participações S.A., o GRUPO RENOVA possui participação acionária de 51% da Brasil PCH S.A., que por sua vez integraliza 100% do capital da PCH Participações, controladora de um total de 13 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios - todas atreladas a contratos de longo prazo de 20 anos para venda de energia. Todas as PCHs de Bonfante, Carangola, Calheiros, Caparaó, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão têm comercialização de energia com prazos entre 2008 e 2009 até 2028 e 2029.



## ▪ ALTO SERTÃO

O GRUPO RENOVA também conta com projetos significativos em andamento no segmento de energia eólica nos municípios baianos de Caetité, Guanambi, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida e Urandi. Sua controlada, Alto Sertão Participações S.A. detém 99,99% da Diamantina Eólica Participações S.A., que em sua Fase A engloba 25 subsidiárias com 390,3 MW de capacidade instalada, representando 89% dos 437,4 MW totais. Segundo o plano da administração, os parques eólicos devem iniciar suas atividades em 2021. Suas subsidiárias são esperadas comercializarem energia tanto no mercado livre quanto regulado. No mercado de contratação regulado, as unidades de Centrais Eólicas Abil S.A., Centrais Eólicas Acácia S.A., Centrais Eólicas Angico S.A., Centrais Eólicas Folha da Serra S.A., Centrais Eólicas Jabuticaba S.A., Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A., Centrais Eólicas Taboquinha S.A., Centrais Eólicas Tabua S.A. e Centrais Eólicas Vaqueta S.A. possuem prazo de autorização de 35 anos com previsão de operação comercial até outubro de 2049, e contratos de prazos variados até 2036. No ambiente livre, as subsidiárias de Centrais Eólicas Amescla S.A., Centrais Eólicas Angelim S.A., Centrais Eólicas Barbatimão S.A., Centrais Eólicas Facheio S.A., Centrais Eólicas Imburana Macho S.A., Centrais Eólicas Jataí S.A., Centrais Eólicas Juazeiro S.A., Centrais Eólicas Sabiu S.A., Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A., Centrais Eólicas Vellozia S.A., Centrais Eólicas Cedro S.A., Centrais Eólicas Manineiro S.A., Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. e Centrais Eólicas São Salvador S.A. possuem prazo de autorização de 30 anos, firmando contratos de curto prazo para comercialização da energia gerada.

## ▪ PIPELINE

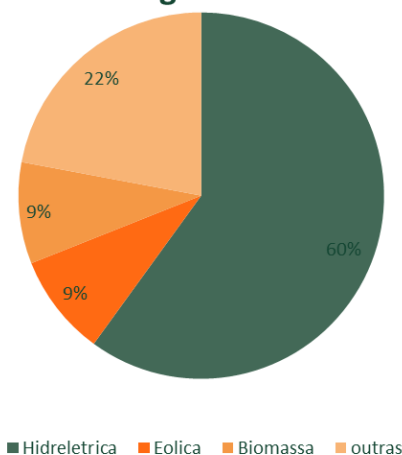
Concomitantemente aos projetos de Alto Sertão, abaixo de outra controlada, Bahia Holding S.A., o GRUPO RENOVA possui uma série de outros projetos de energia, tratados internamente como Pipeline de investimentos. Combinados, os projetos de Mulato, Facheiro, Mina de Ouro (expansão), Chapecari, Facheiro, Santapape-II, Alto Sertão III - B, Graúna, Mina de Ouro (ready to sell), Barra, Cacimbas, Santapape, Arpoti, Betania, Tupamama, Croaranga, Belamadre e Labocó preveem potência instalada mínima de 6.864 MW e encontram-se em fase avançada de cronograma de investimentos.

## 5. ANÁLISE DO SETOR

O setor elétrico brasileiro é dividido em três grandes grupos: geração, transmissão e distribuição. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é encarregada por regular todo o sistema. O segmento de geração é responsável por produzir energia elétrica e por injetar essa energia nos sistemas de transporte (transmissão e distribuição), para que a energia chegue aos consumidores.

Segundo o Relatório de 2018 da ABE Eólica o Brasil produz 152,8 GW de energia por ano, sendo 60% de energia provenientes de Hidrelétricas, 9% de energia de Biomassa, 9% de energia Eólica e 22% estão alocados em outras fontes de energia.

**Matrizes Energéticas Brasil 2018**

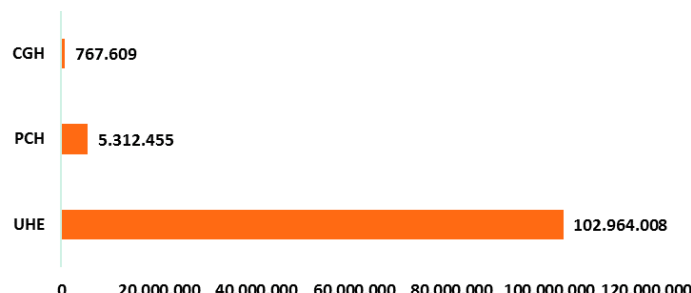


Segundo dados de 2019 do Climatescope da BNEF, o Brasil é o 3º país mais atrativo mundialmente e o 2º colocado neste ranking para a América Latina e Caribe para atratividade de investimentos em energias renováveis.

### ENERGIA HIDRELÉTRICA

O modelo brasileiro de geração de energia elétrica é predominantemente hidrelétrico. Grande parte da capacidade de geração nacional é composta por usinas hidrelétricas de grande e médio porte e Pequenas Centrais Hidrelétricas. A predominância deste modelo se justifica pela existência de grandes rios de planalto, alimentados por chuvas tropicais abundantes que constituem uma das maiores reservas de água doce do mundo. Segundo dados da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) existem atualmente no Brasil 719 CGH (Central Geradora Hidrelétrica), 424 PCH (Pequena Central Hidrelétrica) e 217 UHE (Usina Hidrelétrica).

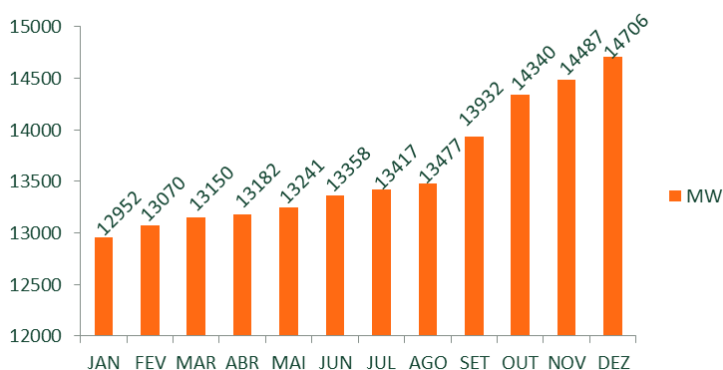
### Quantidade de KW produzido por categoria de energia hidrelétrica



### ENERGIA EÓLICA

O Brasil possui 14.706 MW de energia eólica distribuídos por 534 parques, sendo que os estados com maior números de parques estão localizado na região Nordeste. Segundo o relatório da GWEC (Global Wind Energy Council) de 2018, elaborado em abril de 2019, o Brasil faz parte dos cinco maiores mercados onshore de energia eólica do mundo com 1.9 GW, atrás da China com 21.2 GW, Estados Unidos com 7.6GW, Alemanha com 2.4 GW e Índia com 2.2 GW.

### Crescimento de Capacidade em 2018

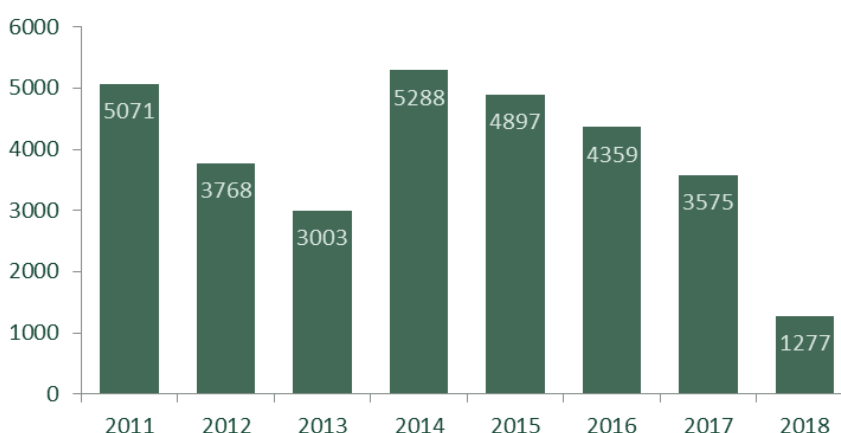


Para produzir energia eólica, são necessários bons ventos: estáveis, com a intensidade certa e sem mudanças bruscas de velocidade ou de direção. O Brasil tem a sorte de ter uma quantidade enorme deste tipo de vento, o que explica em grande medida o sucesso da energia eólica no Brasil nos últimos anos: saímos de menos de 1GW de capacidade instalada em 2010 para 14,7 GW em dezembro de 2018. As características dos bons ventos brasileiros resultam num fator de capacidade que é praticamente o dobro da média mundial. Enquanto a média mundial do fator de capacidade está ao redor de 25%, o Brasil, na média, tem um fator de mais de 40%, atingindo valores próximos a 60% e 70% no Nordeste, dados do relatório Energia Eólica - Brasil e Mundo do MME (Ministério de Minas e Energia).

## • INVESTIMENTOS EM ENERGIA EÓLICA

O desenvolvimento da energia eólica no Brasil já acumula um investimento de mais de US\$ 32 bilhões nos últimos sete anos. Em 2017, por exemplo, o investimento foi de US\$ 3,57 bilhões, representando 58% do total investido em fontes renováveis (solar, eólica, biocombustíveis, biomassa, etc.). Segundo o Boletim Anual de 2018 da ABE Eólica, o Brasil, em 2018, teve investimento de aproximadamente R\$ 4,67 bilhões equivalente a 35% do investimento total em energia renovável, sendo um dos países que mais investe em energia eólica no mundo. O Brasil vem sendo classificado como uma potência eólica em diversos rankings mundiais.

### Investimento em U\$ Milhões



## COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA

No atual marco regulatório, a comercialização de energia pode ocorrer por duas vias distintas:

- Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em que compradores e vendedores participam de leilões e formalizam suas relações comerciais por meio de contratos registrados no âmbito do ACR, que têm regulação específica para aspectos, tais como preço de energia e vigência de suprimento não passível de alterações bilaterais;
- Ambiente de Contratação Livre (ACL), em que os agentes têm liberdade para negociar a compra de energia estabelecendo volumes, preços e prazos de suprimento.

Ambos os contratos, tanto no ACR como no ACL, são registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos e consumidos pelos agentes. As diferenças negativas e positivas são apuradas e contabilizadas para liquidação financeira no mercado de curto prazo e precificadas pelo preço de liquidação de diferenças.

## 6. ABORDAGENS DE AVALIAÇÃO

Três tipos de abordagens podem ser utilizados para a determinação de valor de um ativo, seja ele tangível ou intangível. São elas:

**Abordagem de Mercado** - o valor justo do ativo é estimado através da comparação com ativos semelhantes ou comparáveis, que tenham sido vendidos ou listados para venda no mercado primário ou secundário. No caso de ativos intangíveis, os preços de venda ou de mercado são raramente disponíveis, devido a normalmente serem transferidos apenas como parte de um negócio, e não em uma transação isolada, o que resulta em esta abordagem ser raramente utilizada na avaliação de intangíveis.

**Abordagem de Custo** - mede o investimento necessário para reproduzir um ativo semelhante, que apresente uma capacidade idêntica de geração de benefícios. Esta abordagem parte do princípio da substituição, onde um investidor prudente não pagaria mais por um ativo do que o custo para substituir o mesmo por um substituto pronto/feito comparável.

**Abordagem da Renda** - define o valor do ativo como sendo o valor atual dos benefícios futuros que resultam do seu direito de propriedade. O valor justo dos fluxos de caixa futuros que o ativo irá gerar durante a sua vida útil é projetado com base em atuais expectativas e suposições sobre condições futuras. Vale ressaltar, entretanto, que os efeitos sinérgicos ou estratégicos diferentes daqueles realizados por participantes do mercado não devem ser incluídos nos fluxos de caixa projetados.

### ATIVOS AVALIADOS PELA RENDA (FLUXO DE CAIXA DESCONTADO)

- ENERBRÁS S.A. (“ENERBRÁS”) - em operação.
- BRASIL PCH S.A. (“BRASIL PCH”) - em operação.
- ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (“ALTO SERTÃO III”) - pré-operacional, com 85% das obras concluídas, todas as autorizações concedidas e contratos de *Power Purchase Agreement* (“PPA”) já vendidos.

Estes ativos exercem a atividade de geração de energia via regime de autorização da ANEEL (Art. 25, Lei 9.427/1996), possuindo ativos intangíveis, tais como outorgas de autorização para a geração de energia e contratos de PPA, além de ativos tangíveis relacionados a sua operação. Entende-se que, pelas características desses ativos, em um eventual cenário de estresse, a melhor alternativa de realização desses ativos seria a venda das sociedades como um todo, incluindo seus ativos tangíveis e intangíveis, tendo em vista que os seguintes fatos:

- O mercado ativo e aquecido de compra e venda de PCHs e EOLs, tendo a própria RENOVA já realizado a venda de diversos ativos, tais como Alto Sertão I e II, ativos do Projeto Bahia, ativos do Projeto Salvador, além de manter negociações para a venda da Mina de Ouro e Brasil PCH S.A.
- Os ativos tangíveis (imobilizado existe) operam em conjunto com os ativos intangíveis, outorgas de autorização e PPAs, fazendo pouco sentido serem alienados de forma separada.



- Os ativos operacionais possuem margem operacional positiva e não se encontram em recuperação judicial, dessa forma suas operações não possuem risco de continuidade. Em um eventual cenário de estresse, a melhor alternativa de realização desses ativos seria a venda das empresas em funcionamento.
- Os ativos são localizados em regiões estratégicas, em regiões de alta incidência de vento testado por medições, no caso das EOLS e perto regiões fluviais, no caso das PCHs, e com facilidade de interligação na malha de distribuição elétrica. Desta forma, entende-se que os ativos tangíveis perderiam valor em outras regiões. Ainda considerando os custos de desmontagem e transporte, os ativos tangíveis não teriam mercado líquido, e consequentemente, teriam baixo valor de revenda.

Pelos fatos expostos acima, entende-se que o valor econômico destes ativos, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, é a metodologia que melhor reflete seu valor em um eventual cenário de liquidação. Para refletir o valor em um cenário de estresse, foi considerado um desconto de 30% (trinta por cento), padrão de mercado para liquidação forçada, admitindo que operações de venda dessa natureza demandam um prazo longo.

#### ATIVOS AVALIADOS PELA ABORDAGEM DE CUSTO (PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL)

- Alto Sertão Fase B
- Bahia Holding
- CE Bela Vista Holding S.A.
- Renova PCH Ltda
- Renova Comercializadora
- Renovapar
- Demais Empresas

Esses ativos são menores e ainda se encontram em estágio incipiente, sendo difícil qualquer mensuração de valor. A utilização da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado é desaconselhada para avaliação de sociedades em estágio *Greenfield*, dado o alto grau de incerteza de seus fluxos de caixa futuros e a dificuldade de estimação dos retornos exigidos sobre o capital investido. Para fins deste Relatório, a APSIS considerou o valor patrimonial desses ativos na data-base.

#### ATIVOS AVALIADOS PELA ABORDAGEM DE MERCADO (VALOR DE NEGOCIAÇÃO)

- SF 120 (Mina de Ouro)
- SF 123

Os ativos SF 120 (Mina de Ouro) e SF 123 foram objeto de alienação fiduciária para garantir mútuo a ser realizado junto a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) ou quaisquer terceiros, sendo o valor comercial do projeto avaliado em R\$ 60 milhões. Esse valor foi sustentado por laudo de terceiros, conforme contrato de mútuo entre as partes. Considerando o exposto acima, a APSIS considerou o valor desta negociação para o valor de SF 120 (Mina de Ouro) e SF 123.

## 7. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO

### 7.1 ABORDAGEM DA RENDA: FLUXO DE CAIXA

Esta metodologia define a rentabilidade da empresa como sendo o seu valor operacional, equivalente ao valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro. Este fluxo é composto pelo lucro líquido após impostos, acrescidos dos itens não caixa (amortizações e depreciações) e deduzidos investimentos em ativos operacionais (capital de giro, plantas, capacidade instalada etc.).

O período projetivo do fluxo de caixa líquido é determinado levando-se em consideração o tempo que a empresa levará para apresentar uma atividade operacional estável, ou seja, sem variações operacionais julgadas relevantes. O fluxo é então trazido a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto, que irá refletir o risco associado ao mercado, empresa e estrutura de capital.

#### FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO

Para o cálculo do fluxo de caixa líquido, utilizamos como medida de renda o Capital Investido, conforme o quadro a seguir, baseado nas teorias e práticas econômicas mais comumente aceitas no mercado, especialmente das obras:

- DAMODARAN, Aswath. Avaliação: Princípios e Prática. In: \_\_\_\_\_ (Autor) Finanças Corporativas: teoria e prática. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 611-642.
- PRATT, Shannon P. Income Approach: Discounted Economic Income Methods. In: \_\_\_\_\_ (Autor) Valuing a Business: The Analysis and Appraisal of Closely Held Companies. 3ª Edição. EUA: Irwin Professional Publishing, 1996. p. 149-202.

<p><b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DO CAPITAL INVESTIDO</b></p> <p>Lucro antes de itens não caixa, juros e impostos (EBITDA)</p> <p>( - ) Itens não caixa (depreciação e amortização)</p> <p>( = ) Lucro líquido antes dos impostos (EBIT)</p> <p>( - ) Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSSL)</p> <p>( = ) Lucro líquido depois dos impostos</p> <p>( + ) Itens não caixa (depreciação e amortização)</p> <p>( = ) Fluxo de caixa bruto</p> <p>( - ) Investimentos de capital (CAPEX)</p> <p>( + ) Outras entradas</p> <p>( - ) Outras saídas</p> <p>( - ) Variação do capital de giro</p> <p>( = ) Fluxo de caixa líquido</p>
---

#### VALOR RESIDUAL

Após o término do período projetivo, é considerada a perpetuidade, que contempla todos os fluxos a serem gerados após o último ano da projeção e seus respectivos crescimentos. O valor residual da empresa (perpetuidade) geralmente é estimado pelo uso do modelo de crescimento constante. Este modelo assume que, após o fim do período projetivo, o saldo do período terá um crescimento perpétuo constante. O mesmo calcula o valor da perpetuidade no último ano do período projetivo, através do modelo de progressão geométrica, transportando-o, em seguida, para o primeiro ano de projeção.

## TAXA DE DESCONTO

A taxa de desconto a ser utilizada para cálculo do valor presente dos rendimentos determinados no fluxo de caixa projetado representa a rentabilidade mínima exigida pelos investidores. Deve-se considerar que uma parte da empresa será financiada por capital próprio — exigindo uma rentabilidade maior em relação à obtida em uma aplicação de risco padrão — e outra parte será financiada por capital de terceiros.

Essa taxa é calculada pela metodologia *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), na qual o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor econômico dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros), descrito nos quadros a seguir.

Normalmente, as taxas livres de risco são baseadas nas taxas de bônus do Tesouro Americano. Para o custo do capital próprio, utilizam-se os títulos com prazo de vinte anos, por ser um período que reflete mais proximamente o conceito de continuidade de uma empresa. Para o custo do capital de terceiros, consideram-se os títulos com prazo de dez anos, por refletirem mais adequadamente o tempo em que uma companhia pode captar recursos no mercado internacional.

<b>Custo do capital próprio</b>	<b><math>Re = Rf + \text{beta} \cdot (Rm - Rf) + Rp + Rs</math></b>
Rf	Taxa livre de risco: baseia-se na taxa de juros anual do Tesouro Americano para títulos de vinte anos, considerando a inflação americana de longo prazo.
Rm	Risco de mercado: mede a valorização de uma carteira totalmente diversificada de ações para um período de vinte anos.
Rp	Risco país: representa o risco de investimento em um ativo no país em questão, em comparação a um investimento similar em um país considerado seguro.
Rs	Prêmio de risco pelo tamanho: mede o quanto o tamanho da empresa a torna mais arriscada.
beta	Ajusta o risco de mercado para o risco de um setor específico.
beta alavancado	Ajusta o beta do setor para o risco da empresa.

<b>Custo do capital de terceiros</b>	<b><math>Rd = Rf (*) + \text{alfa} + Rp</math></b>
Rf (*)	Taxa livre de risco: baseia-se na taxa de juros anual do Tesouro Americano para títulos de dez anos, considerando a inflação americana.
Alfa	Risco específico: representa o risco de investimento na empresa em análise.

<b>Taxa de desconto</b>	<b><math>WACC = (Re \times We) + Rd (1 - t) \times Wd</math></b>
Re =	Custo do capital próprio.
Rd =	Custo do capital de terceiros.
We =	Percentual do capital próprio na estrutura de capital.
Wd =	Percentual do capital de terceiros na estrutura de capital.
T =	Taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social da cia.



## VALOR DA EMPRESA

O fluxo de caixa líquido do Capital Investido é gerado pela operação global da empresa, disponível para todos os financiadores de capital, acionistas e demais investidores. Sendo assim, para a determinação do valor dos acionistas, é necessária a dedução do endividamento geral com terceiros.

Outro ajuste necessário é a inclusão dos ativos não operacionais, ou seja, aqueles que não estão consolidados nas atividades de operação da empresa, sendo acrescidos ao valor operacional encontrado.

### 7.2 MÉTODO DO CUSTO HISTÓRICO INCORRIDO

Esta metodologia define o valor do ativo como sendo o valor incorrido na aquisição do mesmo adicionado os investimentos realizados, líquido da depreciação acumulada. Para estes casos, utilizou-se como documentação de suporte a abertura das contas contábeis referentes ao objeto da análise bem como informações gerenciais fornecidas pela administração da companhia.

## 8. VALOR ECONOMICO FINANCEIRO E DOS BENS E ATIVOS

Neste capítulo serão apresentados os principais bens e ativos analisados, a metodologia de avaliação aplicada para valoração de cada classe de ativos e os valores encontrados.

Apresentaremos os ativos de acordo com a metodologia de avaliação descrita no Capítulo 6:

### ATIVOS AVALIADOS PELA RENDA (FLUXO DE CAIXA DESCONTADO)

Os seguintes ativos foram avaliados por fluxo de caixa descontado:

- ENERBRÁS S.A. (“ENERBRÁS”)
- BRASIL PCH S.A. (“BRASIL PCH”)
- ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (“ALTO SERTÃO III”)

A modelagem econômico-financeira desses ativos foi conduzida de forma a demonstrar sua capacidade de geração de caixa no período de tempo considerado.

O valor econômico e dos bens e ativos avaliados por fluxo de caixa na data base de 30 de setembro de 2019, se dá conforme tabela abaixo:

ATIVOS AVALIADOS POR FLUXO DE CAIXA (R\$ mil)	VALOR ECONÔMICO	VALOR LIQUIDAÇÃO	METODOLOGIA	ANEXO
100% @ ENERBRÁS *	217.602	98.248	RENTA	1
51% @ BRASIL PCH	996.847	697.793	RENTA	2
99,99% @ ALTO SERTÃO III (FASE A)	862.441	603.709	RENTA	3
<b>TOTAL</b>	<b>2.076.890</b>	<b>1.399.750</b>		

\* Para o cenário de liquidação forçada de ENERBRÁS, foi desconsiderado um mútuo intercompany no valor de R\$ 77 milhões. Além disso, sobre seu valor econômico, foi considerado um desconto de 30% para refletir um eventual cenário de liquidação deste ativo.

As premissas de avaliação de cada ativo estão demonstradas nos Anexos 1, 2 e 3.

Os valores de liquidação consideram o desconto de liquidez normalmente utilizado para avaliar ativos em cenários de venda ou liquidação forçadas ou estresse de ativos.

Tendo em vista que essa avaliação tem como objetivo servir como fonte adicional de informação aos credores na sua tomada de decisão para as empresas que estão dentro do perímetro da Recuperação Judicial, não foram consideradas as dívidas e demais passivos, já que estão sendo reestruturadas nesse âmbito. Entretanto, as empresas do GRUPO RENOVA que não estão dentro do perímetro da Recuperação Judicial tiveram suas dívidas consideradas, pois entende-se que, no caso de liquidação desses ativos, seu endividamento teria prioridade à geração de caixa líquido para as RECUPERANDAS. Sendo assim, ENERBRÁS e BRASIL PCH, que não se encontram em recuperação judicial foram avaliadas considerando os passivos existentes nas companhias e Alto Sertão III Fase A, foi avaliada pelo valor operacional, não considerando o passivo da Companhia. As informações de endividamento líquido de cada ativo podem ser visualizadas nos anexos de cada ativo.



## ATIVOS AVALIADOS PELA ABORDAGEM DE CUSTO (PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL)

- Alto Sertão Fase B
- Bahia Holding
- CE Bela Vista Holding S.A.
- Renova PCH Ltda
- Renova Comercializadora
- Renovapar
- Demais Empresas

Esses ativos são projetos menores e ainda se encontram em estágio incipiente, sendo difícil qualquer mensuração de valor. A utilização da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado é desaconselhada para avaliação de sociedades em estágio *Greenfield*, dado o alto grau de incerteza de seus fluxos de caixa futuros e a dificuldade de estimação dos retornos exigidos sobre o capital investido. Para fins deste Relatório, a APSIS considerou o valor patrimonial desses ativos na data-base.

Os valores contábeis desses ativos são compostos majoritariamente por imobilizado em andamento no ativo e fornecedores, provisões e outras contas a pagar no passivo. Muitos dos patrimônios líquidos dessas sociedades são negativos, com a exceção de Bahia Holding, onde encontram-se os projetos Pipeline do GRUPO RENOVA.

O valor econômico e dos bens e ativos avaliados por fluxo de caixa na data base de 30 de setembro de 2019, se dá conforme tabela abaixo:

ATIVOS AVALIADOS POR PL CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR ECONÔMICO	VALOR LIQUIDAÇÃO	METODOLOGIA	ANEXO
99,99% @ ALTO SERTÃO III (FASE B)	-	-	PL CONTÁBIL	4
99,99% @ BAHIA HOLDING	27.854	19.498	PL CONTÁBIL	5
99,99% @ CE BELA VISTA XIV S.A.	-	-	PL CONTÁBIL	6
99,99% @ RENOVA PCH LTDA	-	-	PL CONTÁBIL	7
100% @ RENOVA COMERCIALIZADORA	-	-	PL CONTÁBIL	8
100% @ RENOVAPAR	-	-	PL CONTÁBIL	9
99,99% @ DEMAIS EMPRESAS	-	-	PL CONTÁBIL	10
100% @ CAIXA RENOVA ENERGIA	85	85	PL CONTÁBIL	n/a
<b>TOTAL</b>	<b>27.939</b>	<b>19.583</b>		



#### ATIVOS AVALIADOS PELA ABORDAGEM DE MERCADO (VALOR DE NEGOCIAÇÃO)

- SF 120 (Mina de Ouro)
- SF 123

Os ativos SF 120 (Mina de Ouro) e SF 123 foram objeto de alienação fiduciária para garantir mútuo a ser realizado junto a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) ou quaisquer terceiros, sendo o valor comercial do projeto avaliado em R\$ 60 milhões. Esse valor foi sustentado por laudo de terceiros, conforme contrato de mútuo entre as partes. Considerando o exposto acima, a APSIS considerou o valor desta negociação para o valor de SF 120 (Mina de Ouro) e SF 123.

## 9. CONCLUSÃO


De acordo com os estudos apresentados pela APSIS e levando em conta as limitações anteriormente listadas, com data-base em 30 de setembro de 2019, concluíram os peritos que o valor econômico financeiro e valor dos bens e ativos do **GRUPO RENOVA** para fins de subsidiar as **RECUPERANDAS** no tocante ao Inciso III do Art. 53 da Lei nº 11.101/05, se dá conforme a tabela abaixo:

GRUPO RENOVA (R\$ mil)	VALOR ECONÔMICO	VALOR LIQUIDAÇÃO	METODOLOGIA	ANEXO
100% @ ENERBRÁS *	217.602	98.248	RENTA	1
51% @ BRASIL PCH	996.847	697.793	RENTA	2
99,99% @ ALTO SERTÃO III (FASE A)	862.441	603.709	RENTA	3
99,99% @ ALTO SERTÃO III (FASE B)	-	-	PL CONTÁBIL	4
99,99% @ BAHIA HOLDING	27.854	19.498	PL CONTÁBIL	5
99,99% @ CE BELA VISTA XIV S.A.	-	-	PL CONTÁBIL	6
99,99% @ RENOVA PCH LTDA	-	-	PL CONTÁBIL	7
99,9% @ SF 120 (MINA DE OURO) e SF 123	60.000	60.000	OFERTA DE COMPRA	n/a
100% @ RENOVA COMERCIALIZADORA	-	-	PL CONTÁBIL	8
100% @ RENOVAPAR	-	-	PL CONTÁBIL	9
99,99% @ DEMAIS EMPRESAS	-	-	PL CONTÁBIL	10
100% @ CAIXA RENOVA ENERGIA	85	85	PL CONTÁBIL	n/a
<b>TOTAL</b>	<b>2.164.829</b>	<b>1.479.333</b>		

\* Para o cenário de liquidação forçada de ENERBRAS, foi desconsiderado um mútuo intercompany no valor de R\$ 77 milhões. Além disso, sobre seu valor econômico, foi considerado um desconto de 30% para refletir um eventual cenário de liquidação deste ativo.

O Relatório **AP-01188/19-01** foi elaborado sob a forma de Laudo Digital (documento eletrônico em *Portable Document Format* - PDF), com a certificação dos responsáveis técnicos, e impresso pela APSIS, sendo composto por 34 (trinta e quatro) folhas digitadas de um lado e 11 (onze) anexos. A APSIS, CREA/RJ 1982200620 e CORECON/RJ RF.02052, empresa especializada em avaliação de bens, abaixo representada legalmente pelos seus diretores, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

São Paulo, 13 de dezembro de 2019.



**MARCIA APARECIDA DE LUCCA CALMON**  
Diretora



**MARINA RAGUCCI DA SILVA FREIRE**  
Projetos



**MIGUEL CORTES CARNEIRO MONTEIRO**  
Projetos



## 10. RELAÇÃO DE ANEXOS

1. ENERBRÁS
2. BRASIL PCH
3. SERTÃO FASE A
4. ALTO SERTÃO FASE B
5. BAHIA HOLDING
6. CE BELA VISTA XIV S.A.
7. RENOVA PCH LTDA.
8. RENOVA COMERCIALIZADORA
9. RENOVAPAR
10. DEMAIS EMPRESAS
11. GLOSSÁRIO

RIO DE JANEIRO - RJ  
Rua do Passeio, nº 62, 6º andar  
Centro, CEP 20021-280  
Tel.: + 55 (21) 2212-6850 Fax: + 55 (21) 2212-6851

SÃO PAULO - SP  
Av. Angélica, nº 2.503, Conj. 101  
Consolação, CEP 01227-200  
Tel.: + 55 (11) 4550-2701



## ANEXO 1

DADOS ENERBRÁS	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
(R\$ mil)																
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)	11.315	60.609	66.761	69.214	71.661	74.321	76.765	79.452	82.233	43.318	34.802	36.020	37.280	38.691	39.936	41.333
(% crescimento ROB)	-66,7%	435,7%	10,2%	3,7%	3,5%	3,7%	3,3%	3,5%	3,5%	-47,3%	-19,7%	3,5%	3,5%	3,8%	3,2%	3,5%
PPA 1	11.315	47.927	49.851	51.712	53.547	55.573	57.361	59.368	61.446	20.371	-	-	-	-	-	-
Energia Contratada MWh	41.041	164.612	164.162	164.162	164.162	164.612	164.162	164.162	164.162	52.584	-	-	-	-	-	-
Tarifa Média Anual R\$/MWh	276	291	304	315	326	338	349	362	374	387	401	415	430	445	460	476
PPA 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.946	34.802	36.020	37.280	38.691	39.936	41.333
Energia Contratada MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112.028	164.162	164.162	164.162	164.612	164.162	164.162
Tarifa Média Anual R\$/MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205	212	219	227	235	243	252
Aumento de Garantia Física	-	12.682	16.910	17.502	18.114	18.748	19.404	20.084	20.786	-	-	-	-	-	-	-
IMPOSTOS E DEDUÇÕES	413	2.212	2.437	2.526	2.616	2.713	2.802	2.900	3.001	1.581	1.270	1.315	1.361	1.412	1.458	1.509
(% ROB)	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%
PIS	74	394	434	450	466	483	499	516	535	282	226	234	242	251	260	269
COFINS	339	1.818	2.003	2.076	2.150	2.230	2.303	2.384	2.467	1.300	1.044	1.081	1.118	1.161	1.198	1.240
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	10.902	58.397	64.324	66.688	69.046	71.608	73.963	76.552	79.231	41.736	33.531	34.705	35.920	37.279	38.478	39.825
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.085)	(14.467)	(16.066)	(16.788)	(17.394)	(18.022)	(18.673)	(19.347)	(20.046)	(20.771)	(18.750)	(17.614)	(18.256)	(18.922)	(19.612)	(23.368)
(% ROL)	-28,3%	-24,8%	-25,0%	-25,2%	-25,2%	-25,2%	-25,2%	-25,3%	-25,3%	-49,8%	-55,9%	-50,8%	-50,8%	-50,8%	-51,0%	-58,7%
TUST	(173)	(721)	(750)	(780)	(811)	(844)	(878)	(913)	(949)	(987)	(1.027)	(1.068)	(1.110)	(1.155)	(1.201)	(1.249)
TFSEE	(32)	(133)	(138)	(144)	(149)	(155)	(161)	(168)	(175)	(182)	(189)	(196)	(204)	(212)	(221)	(230)
CCEE	(5)	(22)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)	(27)	(28)	(29)	(28)	(29)	(30)	(31)	(32)	(33)
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.404)
ONS	(1)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(5)
UBP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.638)
Repactuação hidrológica	(123)	(1.266)	(2.099)	(2.177)	(2.253)	(2.332)	(2.413)	(2.498)	(2.585)	(2.675)	-	-	-	-	-	-
Custos administrativos	(219)	(914)	(951)	(989)	(1.028)	(1.069)	(1.112)	(1.156)	(1.203)	(1.251)	(1.301)	(1.353)	(1.407)	(1.463)	(1.522)	(1.583)
Custos ambientais	(960)	(4.880)	(5.327)	(5.651)	(5.849)	(6.053)	(6.265)	(6.485)	(6.711)	(6.946)	(7.189)	(5.624)	(5.821)	(6.025)	(6.236)	(6.454)
O&M	(1.171)	(4.856)	(5.035)	(5.212)	(5.394)	(5.583)	(5.778)	(5.981)	(6.190)	(6.406)	(6.631)	(6.863)	(7.103)	(7.352)	(7.609)	(7.875)
Land leasing	(337)	(1.403)	(1.459)	(1.518)	(1.578)	(1.642)	(1.707)	(1.776)	(1.847)	(1.920)	(1.997)	(2.077)	(2.160)	(2.247)	(2.336)	(2.430)
Seguro Operacional	(65)	(270)	(281)	(292)	(304)	(316)	(329)	(342)	(356)	(370)	(385)	(400)	(416)	(433)	(450)	(468)

IMOBILIZADO ENERBRÁS	Data-base	4° TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
(R\$ mil)	30/09/2019																
INVESTIMENTO EM MANUTENÇÃO		1.328	5.316	5.414	5.551	5.691	5.834	5.981	6.132	6.286	6.445	6.607	6.774	6.945	7.120	7.208	7.208
INVESTIMENTO EM EXPANSÃO																	
INVESTIMENTO TOTAL (MANUTENÇÃO + EXPANSÃO)	-	1.328	5.316	5.414	5.551	5.691	5.834	5.981	6.132	6.286	6.445	6.607	6.774	6.945	7.120	7.208	7.208
DEPRECIAÇÃO INVESTIMENTO	-	4	102	239	379	522	669	820	974	1.133	1.295	1.462	1.633	1.808	1.896	1.896	1.896
IMOBILIZADO CUSTO (ORIGINAL)	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145	208.145
VALOR RESIDUAL	145.286	143.958	138.646	133.334	128.022	122.710	117.398	112.086	106.774	101.462	96.150	90.838	85.526	80.214	74.902	69.590	64.278
DEPRECIAÇÃO IMOBILIZADO ORIGINAL	-	1.328	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312	5.312
DEPRECIAÇÃO TOTAL	3.984	1.332	5.414	5.551	5.691	5.834	5.981	6.132	6.286	6.445	6.607	6.774	6.945	7.120	7.208	7.208	7.208

DEPRECIAÇÃO DOS NOVOS IMOBILIZADOS	30/09/2019	4° TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
4° TRI 2019		4	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34
2020		-	68	136	136	136	136	136	136	136	136	136	136	136	136	136	136
2021		-	-	69	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138
2022		-	-	-	71	142	142	142	142	142	142	142	142	142	142	142	142
2023		-	-	-	-	73	145	145	145	145	145	145	145	145	145	145	145
2024		-	-	-	-	-	74	149	149	149	149	149	149	149	149	149	149
2025		-	-	-	-	-	-	76	153	153	153	153	153	153	153	153	153
2026		-	-	-	-	-	-	-	78	156	156	156	156	156	156	156	156
2027		-	-	-	-	-	-	-	-	80	160	160	160	160	160	160	160
2028		-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	164	164	164	164	164	164
2029		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84	169	169	169	169	169
2030		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86	173	173	173	173
2031		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89	177	177	177
2032		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91	184	184
2033		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	184
2034		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92

CAPITAL DE GIRO ENERBRÁS (R\$ mil)	SET 2019	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
ATIVO CIRCULANTE	3.607	5.029	6.734	7.418	7.690	7.962	8.258	8.529	8.828	9.137	4.813	3.867	4.002	4.142	4.299	4.437	4.593
Contas a receber de clientes	3.607	5.029	6.734	7.418	7.690	7.962	8.258	8.529	8.828	9.137	4.813	3.867	4.002	4.142	4.299	4.437	4.593
PASSIVO CIRCULANTE	3.077	1.028	1.206	1.339	1.399	1.449	1.502	1.556	1.612	1.671	1.731	1.563	1.468	1.521	1.577	1.634	1.947
Fornecedores	3.077	1.028	1.206	1.339	1.399	1.449	1.502	1.556	1.612	1.671	1.731	1.563	1.468	1.521	1.577	1.634	1.947
CAPITAL DE GIRO	530	4.000	5.529	6.079	6.291	6.513	6.756	6.973	7.216	7.466	3.082	2.304	2.534	2.621	2.722	2.803	2.645
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO		3.470	1.528	550	212	221	243	217	242	251	(4.384)	(778)	230	87	101	81	(158)

FLUXO ENERBRÁS (R\$ mil)	2017	2018	SET 2019	4 TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
(% crescimento)					435,7%	10,2%	3,7%	3,5%	3,7%	3,3%	3,5%	3,5%	-47,3%	-19,7%	3,5%	3,5%	3,8%	3,2%	3,5%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)	41.933	43.076	33.945	11.315	60.609	66.761	69.214	71.661	74.321	76.765	79.452	82.233	43.318	34.802	36.020	37.280	38.691	39.936	41.333
DEDUÇÕES/IMPOSTOS ( - )	(1.531)	(1.572)	(1.239)	(413)	(2.212)	(2.437)	(2.526)	(2.616)	(2.713)	(2.802)	(2.900)	(3.001)	(1.581)	(1.270)	(1.315)	(1.361)	(1.412)	(1.458)	(1.509)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	40.402	41.503	32.706	10.902	58.397	64.324	66.688	69.046	71.608	73.963	76.552	79.231	41.736	33.531	34.705	35.920	37.279	38.478	39.825
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS ( - )	(13.009)	(11.867)	(9.256)	(3.085)	(14.467)	(16.066)	(16.788)	(17.394)	(18.022)	(18.673)	(19.347)	(20.046)	(20.771)	(18.750)	(17.614)	(18.256)	(18.922)	(19.612)	(23.368)
LAJIDA/EBITDA ( = )	27.393	29.636	23.450	7.817	43.930	48.259	49.900	51.652	53.586	55.290	57.205	59.185	20.966	14.781	17.091	17.663	18.357	18.866	16.456
margem Ebitda (Ebitda/ROL)	67,8%	71,4%	71,7%	71,7%	75,2%	75,0%	74,8%	74,8%	74,8%	74,8%	74,7%	74,7%	50,2%	44,1%	49,2%	49,2%	49,2%	49,0%	41,3%
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO ( - )	(5.530)	(5.539)		(1.332)	(5.414)	(5.551)	(5.691)	(5.834)	(5.981)	(6.132)	(6.286)	(6.445)	(6.607)	(6.774)	(6.945)	(7.120)	(7.208)	(7.208)	(7.208)
LAIR/EBIT ( = )	21.863	24.097	23.450	6.484	38.516	42.708	44.209	45.818	47.605	49.158	50.918	52.740	14.358	8.007	10.146	10.544	11.149	11.658	9.248
IMPOSTO DE RENDA/CONTRIB. SOCIAL ( - )	-2.727	-3.209		(325)	(1.843)	(2.032)	(2.108)	(2.183)	(2.265)	(2.340)	(2.423)	(2.509)	(1.310)	(1.048)	(1.085)	(1.124)	(1.168)	(1.206)	(1.249)
Taxa de IRCS Efetiva (IRCS/EBIT)	-12,5%	-13,3%	0,0%	-5,0%	-4,8%	-4,8%	-4,8%	-4,8%	-4,8%	-4,8%	-4,8%	-4,8%	-9,1%	-13,1%	-10,7%	-10,7%	-10,5%	-10,3%	-13,5%
LUCRO LÍQUIDO ( = )	19.136	20.888	23.450	6.160	36.673	40.676	42.102	43.634	45.340	46.818	48.495	50.231	13.048	6.959	9.061	9.419	9.981	10.452	7.999
margem líquida (LL/ROL)	47,4%	50,3%	71,7%	56,5%	62,8%	63,2%	63,1%	63,2%	63,3%	63,3%	63,3%	63,4%	31,3%	20,8%	26,1%	26,2%	26,8%	27,2%	20,1%
FLUXO DE CAIXA LIVRE (R\$ mil)																			
ENTRADAS				7.492	42.087	46.226	47.792	49.468	51.321	52.950	54.781	56.676	19.656	13.733	16.005	16.539	17.189	17.660	15.207
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ( + )				6.160	36.673	40.676	42.102	43.634	45.340	46.818	48.495	50.231	13.048	6.959	9.061	9.419	9.981	10.452	7.999
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO ( + )				1.332	5.414	5.551	5.691	5.834	5.981	6.132	6.286	6.445	6.607	6.774	6.945	7.120	7.208	7.208	7.208
SAÍDAS				(1.328)	(5.316)	(5.414)	(5.551)	(5.691)	(5.834)	(5.981)	(6.132)	(6.286)	(6.445)	(6.607)	(6.774)	(6.945)	(7.120)	(7.208)	(7.208)
INVESTIMENTOS IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS ( - )				(1.328)	(5.316)	(5.414)	(5.551)	(5.691)	(5.834)	(5.981)	(6.132)	(6.286)	(6.445)	(6.607)	(6.774)	(6.945)	(7.120)	(7.208)	(7.208)
SALDO SIMPLES				6.164	36.771	40.813	42.242	43.778	45.487	46.969	48.650	50.390	13.211	7.126	9.231	9.594	10.070	10.452	7.999
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO ( - )				(3.470)	(1.528)	(550)	(212)	(221)	(243)	(217)	(242)	(251)	4.384	778	(230)	(87)	(101)	(81)	158
SALDO DO PERÍODO				2.694	35.242	40.262	42.029	43.556	45.244	46.752	48.407	50.139	17.595	7.904	9.001	9.508	9.968	10.371	8.157
Período Parcial				0,25	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Mid-Year Convention				0,13	0,75	1,75	2,75	3,75	4,75	5,75	6,75	7,75	8,75	9,75	10,75	11,75	12,75	13,75	14,75
Fator de Desconto @ 14,4%			14,4%	0,98	0,90	0,79	0,69	0,60	0,53	0,46	0,40	0,35	0,31	0,27	0,24	0,21	0,18	0,16	0,14
Fluxo de Caixa Descontado				2.649	31.863	31.824	29.043	26.314	23.896	21.587	19.541	17.695	5.429	2.132	2.123	1.960	1.797	1.634	1.124
Saldo a ser Perpetuado				1.124															
Perpetuidade @ 3,50%			3,5%	10.686															
VALOR OPERACIONAL (R\$ mil)				231.297															

ESTRUTURA DE CAPITAL	
EQUITY / PRÓPRIO	80%
DEBT / TERCEIROS	20%
EQUITY + DEBT	100%
INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%
INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	3,5%
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	
TAXA LIVRE DE RISCO (Rf)	1,9%
BETA d	0,72
BETA r	0,90
PRÊMIO DE RISCO (Rm - Rf)	6,1%
PRÊMIO DE TAMANHO (Rs)	3,4%
RISCO BRASIL	2,5%
Re Nominal em US\$ ( = )	13,3%
Re Nominal em R\$ ( = )	15,0%
CUSTO DA DÍVIDA	
Rd Nominal em R\$ ( = )	12,0%
Rd Nominal com Benefício Fiscal ( = )	12,0%
WACC	
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	15,0%
CUSTO DA DÍVIDA	12,0%
TAXA DE DESCONTO NOMINAL EM R\$ ( = )	14,4%

Taxa de retorno esperado	13,9%	14,4%	14,9%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,5%	3,5%	3,5%
VALOR ECONÔMICO DE ENERBRÁS			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	224.792	220.611	216.561
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	11.948	10.686	9.580
VALOR OPERACIONAL DE ENERBRÁS (R\$ mil)	236.739	231.297	226.141
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	(13.695)	(13.695)	(13.695)
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	-	-	-
VALOR ECONÔMICO DE ENERBRÁS (R\$ mil)	223.045	217.602	212.446



## PREMISSAS PARA PROJEÇÃO DO VALOR ECONÔMICO DE ENERBRÁS

### RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE ENERBRÁS

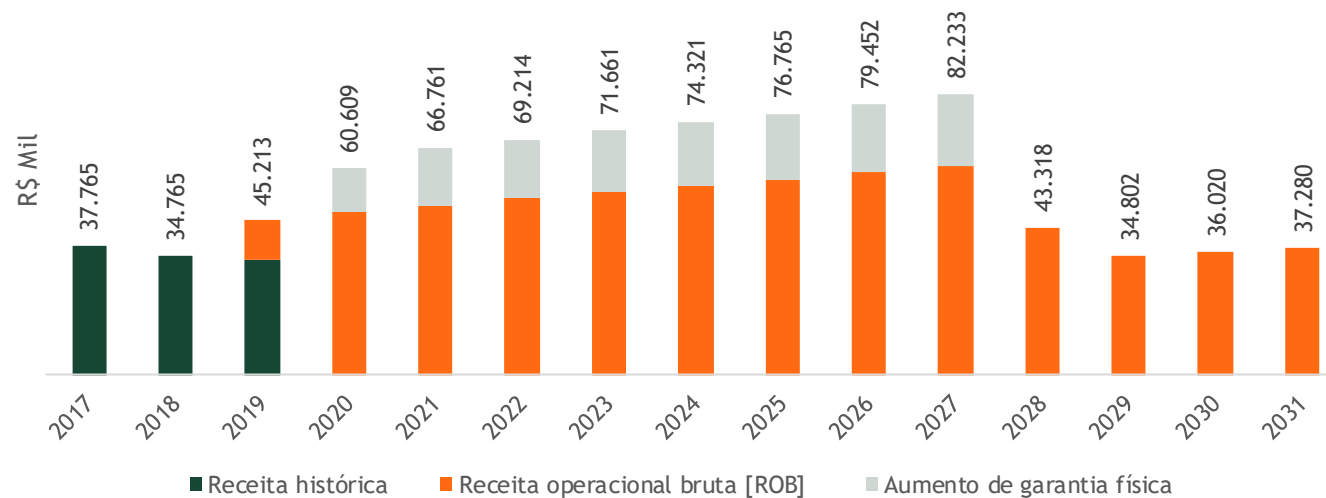
A receita operacional bruta (ROB) é composta pela consolidação de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II com produção atrelada a dois contratos de venda de energia (*Power Purchase Agreement - PPA*) descritos a seguir.

- **Contrato de PPA I:** O contrato de PPA I teve início em 26/04/2008, considera a energia vendida prevista em leilão de 18,7 MWm, finalizando em 25/04/2028. Na data do leilão, o preço acordado por MWh foi de B\$ 121,35, indexado ao IGP-M. A projeção considera um preço para 2019 de R\$ 275,70, corrigido de acordo com a inflação projetada de 3,5% de 2024 em diante.
- **Contrato de PPA II:** É premissa da Administração do GRUPO RENOVA firmar um novo contrato de PPA após o término do contrato anterior. Este segundo contrato de PPA tem vigência prevista entre 26/04/2028 e 22/12/2063, energia vendida prevista em leilão de 18,7 MWh com valor por MWh de R\$ 150,00 e data-base janeiro de 2019. O valor será indexado ao IPCA, já estabilizado em 3,5% quando o contrato entrar em vigor.

Além das receitas com os contratos de PPA, a administração da Companhia informou que A ENERGETICA SERRA DA PRATA S.A, controlada da ENERBRÁS, ingressou com ação ordinária com pedido de tutela de urgência em face da União Federal, em trâmite na Justiça Federal de Brasília/DF sob o n. 1006102-11.2018.4.01.3400 para que seja declarado o direito da Autora de compartilhar os riscos hidrológicos no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e, portanto, seu direito de não sofrerem revisões da garantia física a partir do procedimento “automático” previsto no art. 6º, incisos I e II da Portaria MME 463/2009, anulando-se as Portarias MME nº 20/2013, nº 118/2013, nº 63/2013, nº 31/2014, nº 187/2014 e nº 30/2015, bem como eventuais atos administrativos supervenientes praticados com base na Portaria MME nº 463/2009, retrocedendo seus efeitos desde a respectiva edição e restabelecendo a garantia física original dos empreendimentos da Autora.

A administração da Companhia espera que, assim como ocorreu com Brasil PCH, a liminar seja concedida, aumentando o valor da garantia física em seu contrato de PPA vigente, consequentemente aumentando a receita prevista para este contrato. Esta é uma premissa da administração da Companhia, que causará impacto na receita a partir de 2020 até o término da vigência do PPA 1. A Apsis não teve como validar a chance de êxito deste processo e consequentemente o aumento da receita gerada por este recurso. A receita proveniente deste processo está destacada no gráfico abaixo da receita bruta de ENERBRÁS.

## Receita Operacional Bruta



## DEDUÇÕES/TRIBUTOS SOBRE RECEITAS BRUTAS

Para a projeção, foram considerados os pagamentos de PIS e COFINS que somam um percentual total de 3,65% sobre a ROB por todo o período projetivo.



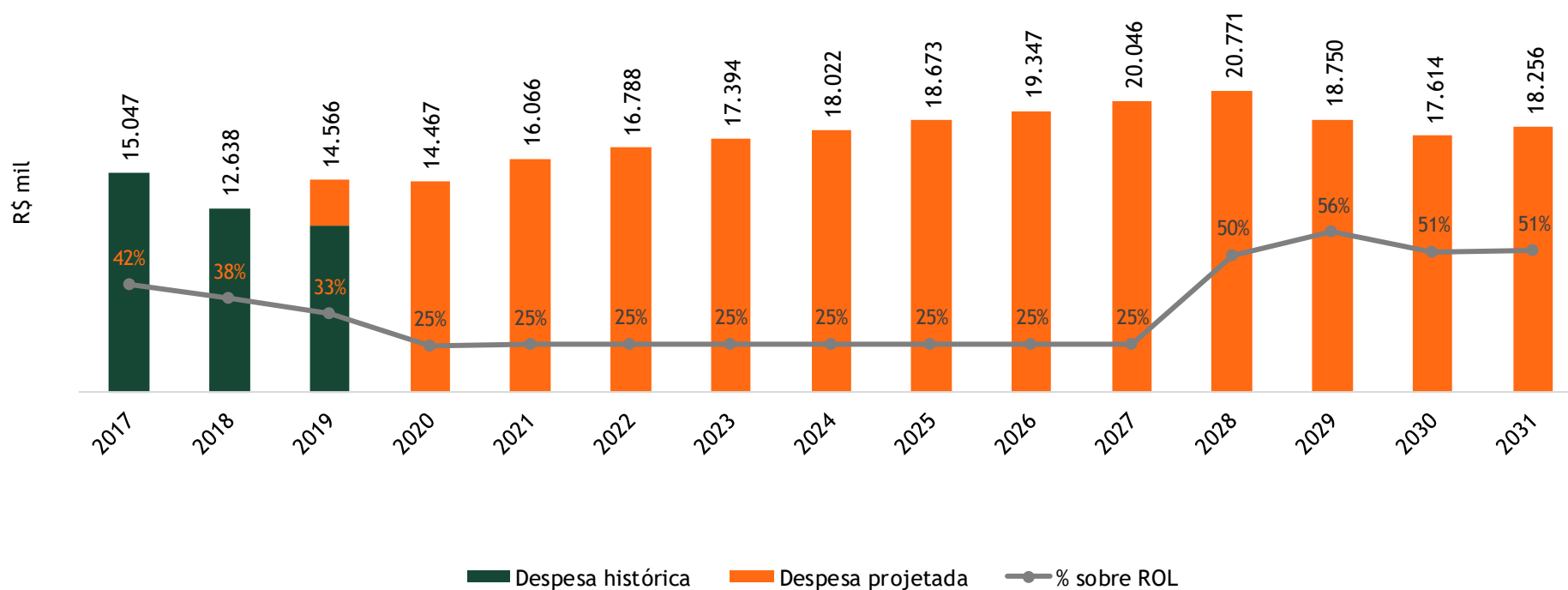
## CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos operacionais foram estimados conforme expectativa da companhia e foram separados entre custo de compra de energia, custos de operação e manutenção, custos de transmissão, tarifas do setor e outros custos.

- **Tarifas do setor e transmissão:** As tarifas do setor são referentes a Taxa de Uso dos Sistemas Elétricos e Transmissão (TUST), Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Uso do Bem Público (UBP). Todas essas tarifas partem de uma base fixa e são reajustadas pela inflação esperada para o período.
- **Repactuação do risco hidrológico:** Em janeiro de 2016, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico, optando pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor final. A transferência do risco ocorre mediante pagamento de um prêmio de risco fixo, ajustado anualmente pela inflação.
- **O&M - Operação e Manutenção:** Os custos e despesas projetados são compostos por gastos com serviços de terceiros e fornecedores diversos. Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.
- **Custos Administrativos:** Custos - predominantemente - com Pessoal, partindo de uma base fixa e ajustado anualmente pela inflação.
- **Custos Ambientais:** Custos incorridos para adequação à legislação ambiental vigente. Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.
- **Land Leasing:** Contratos de arrendamento mercantil de áreas (Terrenos) onde operam as PCHs. Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.
- **Seguro Operacional:** Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.

O gráfico a seguir mostra a projeção dos custos operacionais consolidados e sua proporção sobre a Receita Operacional Líquida.

## Despesas Operacionais (Opex)



### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO IR/CSLL

Conforme informado pela companhia, o IR e CSLL são calculados separadamente para cada uma das SPEs. Sendo assim, consideramos o regime tributário de lucro presumido e utilizamos uma alíquota 25% (15% padrão e 10% adicional) para o cálculo de IR sobre base de 8% da Receita Bruta, enquanto o CSLL possui uma alíquota de 9% que incide sobre 12% da receita bruta.



## CAPITAL DE GIRO

Os prazos foram projetados com base em informações gerenciais da empresa. A variação do capital de giro foi calculada considerando-se os parâmetros variáveis demonstrados no Anexo 1B, a partir de 2019.

ATIVO CIRCULANTE	DIAS	FONTE
Contas a receber de clientes	40	ROB
PASSIVO CIRCULANTE	DIAS	FONTE
Fornecedores	30	DESPESAS OPERACIONAIS

## DEPRECIÇÃO

Foi considerada uma taxa média ponderada de 2,55% a.a. de depreciação sobre os ativos imobilizados do balanço na data-base e sobre os novos investimentos.

## INVESTIMENTOS

Foi considerado um reinvestimento de R\$ 74.481 mil em imobilizado apenas para a manutenção das plantas de geração de energia. Foi considerado investimento ao longo de todos os anos de projeção, acompanhando níveis de depreciação.

## DETERMINAÇÃO DA TAXA DE DESCONTO

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC, em que o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).

Os valores dos parâmetros utilizados para o cálculo da taxa de desconto seguem no Anexo 1B deste Laudo; todavia, destacamos a seguir as principais referências:

- Taxa livre de risco (custo do patrimônio líquido) - Corresponde à rentabilidade (*yield*), em 30/09/2019, do *US T-Bond 20 anos (Federal Reserve)*. Fonte: *site* [http://www.treas.gov/offices/domestic-finance/debt-management/interest-rate/interest\\_rate\\_historical.html](http://www.treas.gov/offices/domestic-finance/debt-management/interest-rate/interest_rate_historical.html).
- Beta d - Equivalente ao beta médio da área, pesquisado no banco de dados Reuters, programa fornecido pela empresa de mesmo nome, com dados do mercado de ações e informações financeiras. Os dados fornecidos pelo Reuters são os betas alavancados de empresas diferentes, com estruturas de capital relativas a elas. Desalavancamos os betas referentes a cada uma das empresas, considerando as respectivas estruturas de capital. Assim, achamos os betas brutos.



Calculamos a média dos betas brutos encontrados, para daí a alavancarmos de acordo com a estrutura de capital setorial. Isso é necessário para a correção das possíveis distorções no cálculo do beta geradas pela diferença na estrutura de capital de cada empresa.

- Prêmio de risco - Corresponde ao *spread* entre SP500 e *US T-Bond* 20 anos, conforme o *Ibbotson 2019*, publicação com análises de mercado (ações, inflação etc.) de longo prazo. Fonte: *2019 Valuation Handbook: Guide to Cost of Capital*. Chicago: 2019. *Print*.
- Prêmio pelo tamanho - Corresponde ao prêmio de risco pelo tamanho da empresa, considerando-se o mercado de ações norte-americano. Fonte: *2018 Valuation Handbook: Guide to Cost of Capital*. Chicago: 2018. *Print*.
- Risco Brasil - Portal Brasil (30/09/2019). Fonte: *site* [http://www.portalbrasil.net/indices\\_dolar.htm](http://www.portalbrasil.net/indices_dolar.htm).
- Utilizou-se uma inflação americana projetada de 2,0% ao ano.

Por fim, com os parâmetros usados no cálculo, chegamos a uma taxa de desconto nominal de 14,4% a.a.

### CÁLCULO DO VALOR OPERACIONAL

A partir do fluxo de caixa operacional projetado para os próximos doze anos e três meses, descontamos os valores a valor presente, por meio da taxa de desconto nominal descrita no item anterior.

### ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Foi considerado um endividamento líquido de R\$ 13.695 mil, na data-base, conforme o quadro a seguir.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (R\$ mil)	
CAIXA ( + )	2.078
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENS ( + )	96
ESTOQUE ( + )	14
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES ( + )	11
DEPOSITOS JUDICIAIS E CAUCÕES ( + )	11.363
TRIBUTOS E CONTRIB.SOCIAIS DIFERIDO ( + )	1.157
OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES ( + )	77.247
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES ( - )	(7.855)
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ( - )	(488)
DIVIDENDOS DEC, JUROS S/ CAPITAL PRÓPRIO ( - )	(5.558)
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES ( - )	(11.606)
ARRENDAMENTOS A PAGAR ( - )	(8.206)
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES ( - )	(57.229)
OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES ( - )	(14.719)
<b>TOTAL</b>	<b>(13.695)</b>



Importante destacar que o montante de R\$ 77,2 milhões (OUTROS ATIVOS CIRCULANTES) diz respeito aos mútuos de R\$ 61 milhões junto a Renova e R\$ 15 milhões com a Renova Comercializadora. O Plano de Recuperação Judicial da Companhia, considera o pagamento de mútuos *intercompany*, após prioridades definidas no plano, corrigidas monetariamente. Portanto, esse mútuo foi considerado para cálculo do valor econômico financeiro.

Entretanto, no cenário de liquidação dos ativos consideramos uma baixa desse valor para refletir o cenário de liquidação do GRUPO RENOVA.

### VALOR FINAL ENCONTRADO

Com base nos estudos realizados pela APSIS, na data-base de 30 de setembro de 2019, concluímos o seguinte valor econômico para ENERBRÁS:

Taxa de retorno esperado	13,9%	14,4%	14,9%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,5%	3,5%	3,5%
<b>VALOR ECONÔMICO DE ENERBRÁS</b>			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	224.792	220.611	216.561
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	11.948	10.686	9.580
<b>VALOR OPERACIONAL DE ENERBRÁS (R\$ mil)</b>	<b>236.739</b>	<b>231.297</b>	<b>226.141</b>
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	(13.695)	(13.695)	(13.695)
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	-	-	-
<b>VALOR ECONÔMICO DE ENERBRÁS (R\$ mil)</b>	<b>223.045</b>	<b>217.602</b>	<b>212.446</b>

## ANEXO 2

DADOS BRASIL PCH S.A. (R\$ mil)	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)	138.929	473.859	484.014	500.626	517.997	535.051	551.571	570.584	590.115	551.790	496.180	488.786	505.893
(% crescimento ROB)	-66,7%	241,1%	2,1%	3,4%	3,5%	3,3%	3,1%	3,4%	3,4%	-6,5%	-10,1%	-1,5%	3,5%
ROB PPA1 [calculado]	112.931	464.823	482.322	500.168	517.673	537.260	550.526	569.795	589.737	373.351	94.761	-	-
Energia Contratada MWh	418.313	1.632.245	1.627.786	1.627.786	1.627.786	1.632.245	1.615.989	1.615.989	1.615.989	988.454	242.398	-	-
Tarifa Média Anual R\$/MWh	270	285	296	307	318	329	341	353	365	378	391	405	419
ROB PPA2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	178.439	401.418	488.786	505.893
Energia Contratada MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	629.792	1.368.873	1.610.438	1.610.438
Tarifa Média Anual R\$/MWh	207	214	222	230	239	247	256	264	274	283	293	304	314
Ajustes PROINFA	(2.853)	(6.960)	(5.434)	(5.102)	(4.894)	(7.214)	(6.334)	(5.688)	(5.439)	-	-	-	-
Ajustes PROINFA (anos anteriores)	28.850	15.997	7.126	5.560	5.218	5.005	7.379	6.478	5.817	-	-	-	-
IMPOSTOS E DEDUÇÕES	(4.122)	(16.966)	(17.605)	(18.256)	(18.895)	(19.610)	(20.094)	(20.797)	(21.525)	(20.140)	(18.111)	(17.841)	(18.465)
(% ROB)	-3,0%	-3,6%	-3,6%	-3,6%	-3,6%	-3,7%	-3,6%	-3,6%	-3,6%	-3,7%	-3,7%	-3,7%	-3,7%
PIS	(734)	(3.021)	(3.135)	(3.251)	(3.365)	(3.492)	(3.578)	(3.704)	(3.833)	(3.587)	(3.225)	(3.177)	(3.288)
COFINS	(3.388)	(13.945)	(14.470)	(15.005)	(15.530)	(16.118)	(16.516)	(17.094)	(17.692)	(16.554)	(14.885)	(14.664)	(15.177)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	134.807	456.893	466.409	482.370	499.102	515.441	531.477	549.787	568.590	531.650	478.069	470.945	487.428
DESPESAS OPERACIONAIS	(15.116)	(72.392)	(86.670)	(90.087)	(93.347)	(96.960)	(99.354)	(101.393)	(105.192)	(98.962)	(87.932)	(86.100)	(93.531)
(% ROL)	-11,2%	-15,8%	-18,6%	-18,7%	-18,7%	-18,8%	-18,7%	-18,4%	-18,5%	-18,6%	-18,4%	-18,3%	-19,2%
Repactuação Risco Hidrológico	-	(10.355)	(21.494)	(22.304)	(23.107)	(23.927)	(24.777)	(25.656)	(26.567)	(18.541)	(4.738)	-	-
Meio Ambiente	(1.513)	(7.456)	(7.951)	(7.876)	(8.268)	(8.259)	(8.046)	(6.985)	(6.787)	(4.063)	(4.205)	(4.352)	(4.505)
Operação & Manutenção	(7.661)	(28.992)	(30.592)	(32.213)	(33.200)	(34.879)	(35.470)	(37.103)	(38.955)	(30.820)	(31.898)	(33.015)	(34.170)
Taxas Setoriais	(1.818)	(7.664)	(7.977)	(8.294)	(8.618)	(8.954)	(9.303)	(9.043)	(9.395)	(19.737)	(20.385)	(21.094)	(21.832)
Seguro Operacional	(481)	(2.265)	(2.357)	(2.451)	(2.546)	(2.646)	(2.749)	(2.856)	(2.968)	(2.977)	(3.081)	(3.189)	(3.301)
Outros Custos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.418)
Adminstrativas e gerais	(3.644)	(15.660)	(16.300)	(16.948)	(17.609)	(18.295)	(19.009)	(19.750)	(20.521)	(22.824)	(23.623)	(24.450)	(25.306)

IMOBILIZADO BRASIL PCH S.A.	Data-base	4° TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
(R\$ mil)	30/09/2019													
INVESTIMENTO TOTAL (MANUTENÇÃO + EXPANSÃO)	-	8.621	34.511	35.153	36.055	36.977	37.923	38.893	39.887	40.907	41.954	43.026	44.127	46.428
DEPRECIAÇÃO INVESTIMENTO	-	28	670	1.572	2.494	3.440	4.410	5.405	6.425	7.471	8.544	9.644	10.773	11.945
IMOBILIZADO CUSTO (ORIGINAL)	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479	1.331.479
VALOR RESIDUAL	983.896	975.276	940.793	906.310	871.828	837.345	802.862	768.380	733.897	699.414	664.932	630.449	595.966	561.484
DEPRECIAÇÃO IMOBILIZADO ORIGINAL	-	8.621	34.483	34.483	34.483	34.483	34.483	34.483	34.483	34.483	34.483	34.483	34.483	34.483
DEPRECIAÇÃO TOTAL	25.862	8.649	35.153	36.055	36.977	37.923	38.893	39.887	40.907	41.954	43.026	44.127	45.255	46.428
DEPRECIAÇÃO DOS NOVOS IMOBILIZADOS	30/09/2019	4° TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
4° TRI 2019		28	223	223	223	223	223	223	223	223	223	223	223	223
2020		-	447	894	894	894	894	894	894	894	894	894	894	894
2021		-	-	455	910	910	910	910	910	910	910	910	910	910
2022		-	-	-	467	934	934	934	934	934	934	934	934	934
2023		-	-	-	-	479	958	958	958	958	958	958	958	958
2024		-	-	-	-	-	491	982	982	982	982	982	982	982
2025		-	-	-	-	-	-	504	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007
2026		-	-	-	-	-	-	-	516	1.033	1.033	1.033	1.033	1.033
2027		-	-	-	-	-	-	-	-	530	1.059	1.059	1.059	1.059
2028		-	-	-	-	-	-	-	-	-	543	1.087	1.087	1.087
2029		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	557	1.114	1.114
2030		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	571	1.143
2031		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	601

CAPITAL DE GIRO BRASIL PCH S.A. (R\$ mil)	SET 2019	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
ATIVO CIRCULANTE	36.664	54.028	46.070	47.057	48.672	50.361	52.019	53.625	55.473	57.372	53.646	48.240	47.521	49.184
Contas A Receber	36.664	54.028	46.070	47.057	48.672	50.361	52.019	53.625	55.473	57.372	53.646	48.240	47.521	49.184
PASSIVO CIRCULANTE	1.866	5.039	6.033	7.223	7.507	7.779	8.080	8.280	8.449	8.766	8.247	7.328	7.175	7.794
Fornecedores	1.866	5.039	6.033	7.223	7.507	7.779	8.080	8.280	8.449	8.766	8.247	7.328	7.175	7.794
CAPITAL DE GIRO	34.799	48.989	40.037	39.834	41.165	42.582	43.939	45.345	47.024	48.606	45.399	40.912	40.346	41.390
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO		14.191	(8.952)	(203)	1.330	1.417	1.357	1.407	1.679	1.582	(3.207)	(4.487)	(566)	1.044

fls. 10899

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIANA BRUNO SOLANO PEREIRA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 17/12/2019 às 18:09, sob o número WJMT19419817113. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 11033257-54.2019.8.26.0100 e código 85C6ADA.

ESTRUTURA DE CAPITAL	
EQUITY / PRÓPRIO	80%
DEBT / TERCEIROS	20%
EQUITY + DEBT	100%
INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%
INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	3,5%
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	
TAXA LIVRE DE RISCO (Rf)	1,9%
BETA d	0,72
BETA r	0,90
PRÊMIO DE RISCO (Rm - Rf)	6,1%
PRÊMIO DE TAMANHO (Rs)	3,4%
RISCO BRASIL	2,5%
Re Nominal em US\$ ( = )	13,3%
Re Nominal em R\$ ( = )	15,0%
CUSTO DA DÍVIDA	
Rd Nominal em R\$ ( = )	12,0%
Rd Nominal com Benefício Fiscal ( = )	12,0%
WACC	
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	15,0%
CUSTO DA DÍVIDA	12,0%
TAXA DE DESCONTO NOMINAL EM R\$ ( = )	14,4%

FLUXO BRASIL PCH S.A. (R\$ mil)	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
(% crescimento)		241,1%	2,1%	3,4%	3,5%	3,3%	3,1%	3,4%	3,4%	-6,5%	-10,1%	-1,5%	3,5%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)	138.929	473.859	484.014	500.626	517.997	535.051	551.571	570.584	590.115	551.790	496.180	488.786	505.893
DEDUÇÕES/IMPOSTOS ( - )	(4.122)	(16.966)	(17.605)	(18.256)	(18.895)	(19.610)	(20.094)	(20.797)	(21.525)	(20.140)	(18.111)	(17.841)	(18.465)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	134.807	456.893	466.409	482.370	499.102	515.441	531.477	549.787	568.590	531.650	478.069	470.945	487.428
OPEX ( - )	(15.116)	(72.392)	(86.670)	(90.087)	(93.347)	(96.960)	(99.354)	(101.393)	(105.192)	(98.962)	(87.932)	(86.100)	(93.531)
LAJIDA/EBITDA ( = )	119.691	384.501	379.738	392.283	405.755	418.480	432.123	448.393	463.398	432.688	390.137	384.845	393.897
margem Ebitda (Ebitda/ROL)	88,8%	84,2%	81,4%	81,3%	81,3%	81,2%	81,3%	81,6%	81,5%	81,4%	81,6%	81,7%	80,8%
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ( - )	(8.649)	(35.153)	(36.055)	(36.977)	(37.923)	(38.893)	(39.887)	(40.907)	(41.954)	(43.026)	(44.127)	(45.255)	(46.428)
LAIR/EBIT ( = )	111.042	349.348	343.684	355.306	367.832	379.588	392.235	407.486	421.444	389.662	346.010	339.590	347.469
IMPOSTO DE RENDA/CONTRIB. SOCIAL ( - )	(4.255)	(14.571)	(14.884)	(15.395)	(15.930)	(16.456)	(16.964)	(17.550)	(18.152)	(16.971)	(15.258)	(15.031)	(15.558)
Taxa de IRCS Efetiva (IRCS/EBIT)	-3,8%	-4,2%	-4,3%	-4,3%	-4,3%	-4,3%	-4,3%	-4,3%	-4,3%	-4,4%	-4,4%	-4,4%	-4,5%
LUCRO LÍQUIDO ( = )	106.787	334.777	328.800	339.911	351.902	363.132	375.271	389.936	403.293	372.691	330.752	324.559	331.911
margem líquida (LL/ROL)	79,2%	73,3%	70,5%	70,5%	70,5%	70,5%	70,6%	70,9%	70,9%	70,1%	69,2%	68,9%	68,1%
FLUXO DE CAIXA LIVRE (R\$ mil)													
ENTRADAS	115.436	369.930	364.855	376.888	389.824	402.025	415.158	430.843	445.246	415.717	374.879	369.815	378.339
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ( + )	106.787	334.777	328.800	339.911	351.902	363.132	375.271	389.936	403.293	372.691	330.752	324.559	331.911
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ( + )	8.649	35.153	36.055	36.977	37.923	38.893	39.887	40.907	41.954	43.026	44.127	45.255	46.428
SAÍDAS	(8.621)	(34.511)	(35.153)	(36.055)	(36.977)	(37.923)	(38.893)	(39.887)	(40.907)	(41.954)	(43.026)	(44.127)	(46.428)
INVESTIMENTOS IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS ( - )	(8.621)	(34.511)	(35.153)	(36.055)	(36.977)	(37.923)	(38.893)	(39.887)	(40.907)	(41.954)	(43.026)	(44.127)	(46.428)
SALDO SIMPLES	106.815	335.420	329.702	340.833	352.848	364.102	376.266	390.956	404.339	373.764	331.853	325.688	331.911
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO ( - )	(14.191)	8.952	203	(1.330)	(1.417)	(1.357)	(1.407)	(1.679)	(1.582)	3.207	4.487	566	(1.044)
SALDO DO PERÍODO	92.624	344.372	329.905	339.503	351.430	362.745	374.859	389.278	402.757	376.970	336.340	326.254	330.868
Período Parcial	0,25	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Mid-Year Convention	0,13	0,75	1,75	2,75	3,75	4,75	5,75	6,75	7,75	8,75	9,75	10,75	11,75
Fator de Desconto @ 14,4%	0,98	0,90	0,79	0,69	0,60	0,53	0,46	0,40	0,35	0,31	0,27	0,24	0,21
Fluxo de Caixa Descontado	91.082	311.354	260.765	234.606	212.310	191.588	173.089	157.143	142.139	116.309	90.723	76.936	68.213
Saldo a ser Perpetuado	68.213												
Perpetuidade @ 3,50%	648.661												
VALOR OPERACIONAL (R\$ mil)	2.774.916												

Taxa de retorno esperado	13,9%	14,4%	14,9%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,5%	3,5%	3,5%
VALOR ECONÔMICO DE BRASIL PCH S.A.			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	2.169.583	2.126.255	2.084.401
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	715.809	648.661	589.188
VALOR OPERACIONAL DE BRASIL PCH S.A. (R\$ mil)	2.885.391	2.774.916	2.673.589
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	(820.314)	(820.314)	(820.314)
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	-	-	-
VALOR ECONÔMICO DE BRASIL PCH S.A. (R\$ mil)	2.065.077	1.954.602	1.853.274
PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO	51,00%		
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (R\$ mil)	1.053.189	996.847	945.170



## PREMISSAS PARA PROJEÇÃO DO VALOR ECONÔMICO DE BRASIL PCH

### RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE BRASIL PCH

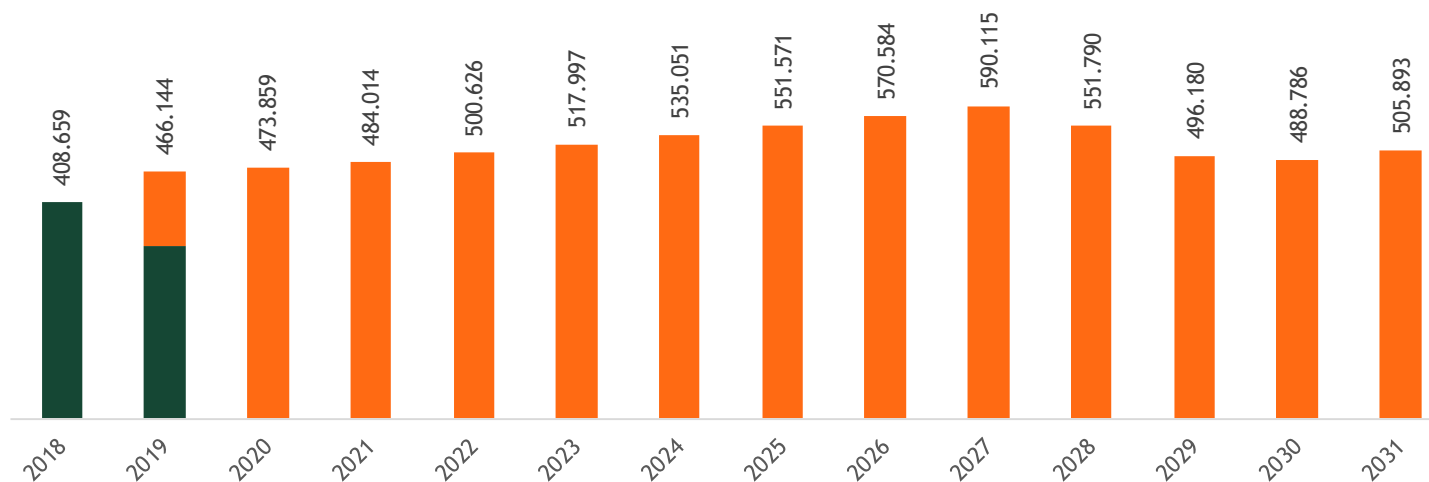
A receita operacional bruta (ROB) é composta pela consolidação de treze Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): Bonfante, Carangola, Calheiros, Caparaó, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão. Ao todo, as unidades somam 291 MW de capacidade instalada, com energia assegurada de 194 MWm e todas com produção atrelada a contratos de compra de energia de longo prazo (*Power Purchase Agreement - PPA*), conforme descritos a seguir

- **Contrato de PPA I:** O contrato de PPA I teve início em 25/10/2008, considera a energia vendida prevista em leilão de 191,1 MWm, finalizando em 24/10/2028. O preço acordado por MWh foi de B\$ 235,50, na data base de jan/16, indexado ao IGP-M. A projeção considera correção de acordo com a inflação projetada de 3,5% de 2024 em diante.
- **Contrato de PPA II:** É premissa da Administração do GRUPO RENOVA firmar um novo contrato de PPA após o término do contrato anterior. Este segundo contrato de PPA tem vigência prevista entre 25/10/2028 e 15/11/2061, energia vendida prevista em leilão de 183,8 MWh com valor por MWh de R\$ 200,00 e data-base janeiro de 2018. O valor será indexado ao IPCA, já estabilizado em 3,5% quando o contrato entrar em vigor.

Ademais, a receita operacional bruta também é impactada pelo saldo líquido dos ajustes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, o PROINFA, ou cotas de custeio.

O gráfico a seguir mostra a projeção de receita bruta.

## Receita Operacional Bruta Brasil PCH



### DEDUÇÕES/TRIBUTOS SOBRE RECEITAS BRUTAS

Para a projeção, foram considerados os pagamentos de PIS e COFINS que somam um percentual total de 3,65% sobre a ROB por todo o período projetivo.

### CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

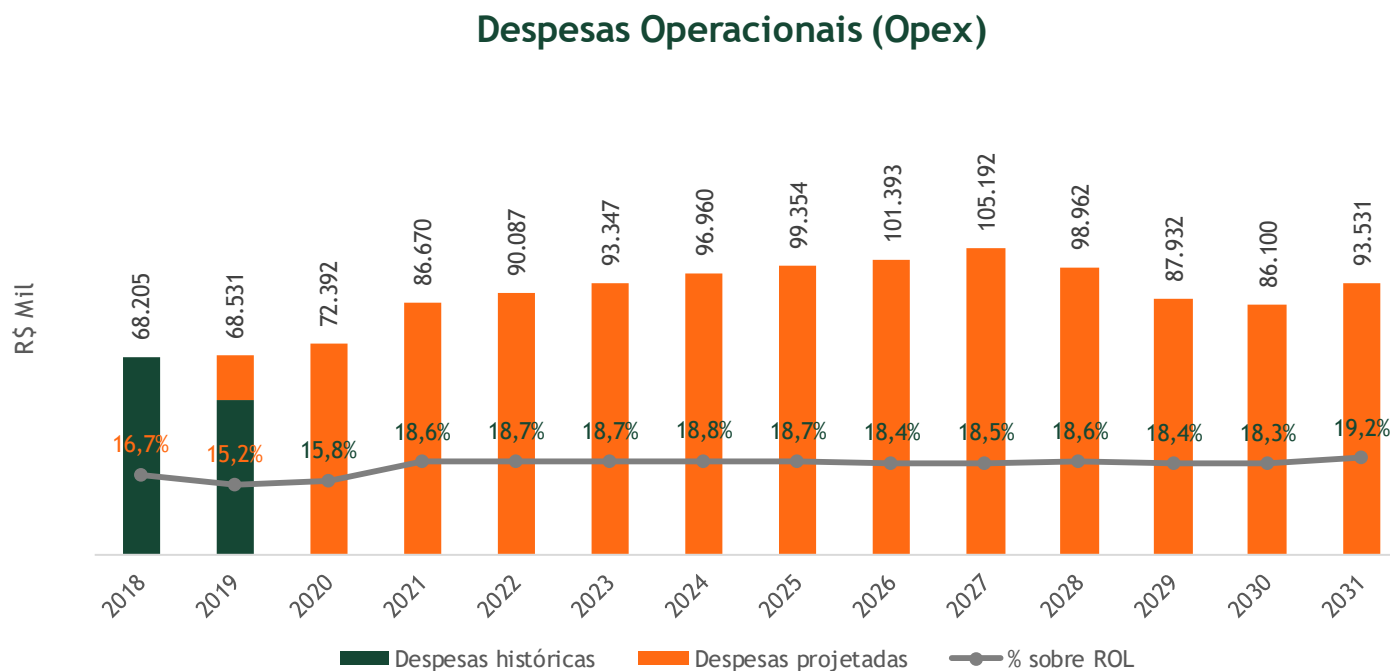
Os custos operacionais foram estimados conforme expectativa da companhia e foram separados entre tarifas do setor, repactuação do risco hidrológico, operação e manutenção, custos administrativos, custos ambientais, seguro operacional.

- **Tarifas do setor e transmissão:** As tarifas do setor são referentes a Taxa de Uso dos Sistemas Elétricos e Transmissão (TUST), Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Uso do Bem Público (UBP). Todas essas tarifas partem de uma base fixa e são reajustadas pela inflação esperada para o período.



- **Repactuação do risco hidrológico:** Em janeiro de 2016, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico, optando pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor final. A transferência do risco ocorre mediante pagamento de um prêmio de risco fixo, ajustado anualmente pela inflação.
- **O&M - Operação e Manutenção:** Os custos e despesas projetados são compostos por gastos com serviços de terceiros e fornecedores diversos. Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.
- **Custos Administrativos:** Custos - predominantemente - com Pessoal, partindo de uma base fixa e ajustado anualmente pela inflação.
- **Custos Ambientais:** Custos incorridos para adequação à legislação ambiental vigente. Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.
- **Seguro Operacional:** Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.

O gráfico a seguir mostra a projeção dos custos operacionais consolidados e sua proporção sobre a Receita Operacional Líquida.





## IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO IR/CSLL

Conforme informado pela companhia, o IR e CSLL são calculados separadamente para cada uma das SPEs. Sendo assim, consideramos o regime tributário de lucro presumido e utilizamos uma alíquota 25% (15% padrão e 10% adicional) para o cálculo de IR sobre base de 8% da Receita Bruta, enquanto o CSLL possui uma alíquota de 9% que incide sobre 12% da receita bruta.

## CAPITAL DE GIRO

Os prazos foram projetados com base em informações gerenciais da empresa. A variação do capital de giro foi calculada considerando-se os parâmetros variáveis demonstrados no Anexo 1B, a partir de 2019.

ATIVO CIRCULANTE	DIAS	FONTE
Contas a receber	35	ROB
PASSIVO CIRCULANTE	DIAS	FONTE
Fornecedores	30	DESPESAS OPERACIONAIS

## DEPRECIÇÃO

Foi considerada uma taxa média ponderada de 2,66% a.a. de depreciação sobre os ativos imobilizados do balanço na data-base e sobre os novos investimentos.

## INVESTIMENTOS

Foi considerado um reinvestimento de R\$ 498.441 mil em imobilizado apenas para a manutenção das plantas de geração de energia. Foi considerado investimento ao longo de todos os anos de projeção, acompanhando níveis de depreciação.

## DETERMINAÇÃO DA TAXA DE DESCONTO

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC, em que o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).



Os valores dos parâmetros utilizados para o cálculo da taxa de desconto seguem no Anexo 1B deste Laudo; todavia, destacamos a seguir as principais referências:

- Taxa livre de risco (custo do patrimônio líquido) - Corresponde à rentabilidade (*yield*), em 30/09/2019, do *US T-Bond 20 anos (Federal Reserve)*. Fonte: *site* [http://www.treas.gov/offices/domestic-finance/debt-management/interest-rate/yield\\_historical.shtml](http://www.treas.gov/offices/domestic-finance/debt-management/interest-rate/yield_historical.shtml).
- Beta d - Equivalente ao beta médio da área, pesquisado no banco de dados Reuters, programa fornecido pela empresa de mesmo nome, com dados do mercado de ações e informações financeiras. Os dados fornecidos pelo Reuters são os betas alavancados de empresas diferentes, com estruturas de capital relativas a elas. Desalavancamos os betas referentes a cada uma das empresas, considerando as respectivas estruturas de capital. Assim, achamos os betas brutos. Calculamos a média dos betas brutos encontrados, para daí alavancarmos de acordo com a estrutura de capital setorial. Isso é necessário para a correção das possíveis distorções no cálculo do beta geradas pela diferença na estrutura de capital de cada empresa.
- Prêmio de risco - Corresponde ao *spread* entre SP500 e *US T-Bond 20 anos*, conforme o *Ibbotson 2019*, publicação com análises de mercado (ações, inflação etc.) de longo prazo. Fonte: *2019 Valuation Handbook: Guide to Cost of Capital*. Chicago: 2019. *Print*.
- Prêmio pelo tamanho - Corresponde ao prêmio de risco pelo tamanho da empresa, considerando-se o mercado de ações norte-americano. Fonte: *2018 Valuation Handbook: Guide to Cost of Capital*. Chicago: 2018. *Print*.
- Risco Brasil - Portal Brasil (30/09/2019). Fonte: *site* [http://www.portalbrasil.net/indices\\_dolar.htm](http://www.portalbrasil.net/indices_dolar.htm).
- Utilizou-se uma inflação americana projetada de 2,0% ao ano.

Por fim, com os parâmetros usados no cálculo, chegamos a uma taxa de desconto nominal de 14,4% a.a.

### CÁLCULO DO VALOR OPERACIONAL

A partir do fluxo de caixa operacional projetado para os próximos doze anos e três meses, descontamos os valores a valor presente, por meio da taxa de desconto nominal descrita no item anterior.



## ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Foi considerado um endividamento líquido de R\$ 820.314 mil, na data-base, conforme os quadros a seguir.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	
Caixa / Banco C/Movimento ( + )	10
Contas Vinculadas ( + )	9.166
Aplicações Banco Do Brasil / Fidc ( + )	134.071
Adtos A Funcionários ( + )	168
Impostos A Recuperar ( + )	6.756
Adtos. Diversos ( + )	20
Despesas Antecipadas ( + )	1.455
Tributos Diferidos ( + )	4.799
Impostos A Recuperar ( + )	4.879
Depósitos Judiciais ( + )	14.092
Outros Ativos Não Circulantes ( + )	287
Debentures ( - )	(130.735)
Custos De Transacao A Amortizar ( - )	1.338
Sociais E Trabalhistas ( - )	(152)
Tributárias ( - )	(1.733)

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	
Operacoes De Swap ( - )	(13.556)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge ( - )	(11.152)
Outras Obrigações ( - )	(9)
Passivo De Arrendamento ( - )	(520)
Compromissos Futuros ( - )	(2.540)
Provisão Para Risco ( - )	(1.132)
Provisão Férias / 13º Salario ( - )	(2.799)
Debentures ( - )	(792.000)
(-) Custos De Transacao A Amortizar ( - )	8.143
Passivo De Arrendamento ( - )	(783)
Compromissos Futuros ( - )	(29.977)
Contingências ( - )	(1.978)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge ( - )	(16.433)
<b>TOTAL</b>	<b>(820.314)</b>

## VALOR FINAL ENCONTRADO

Com base nos estudos realizados pela APSIS, na data-base de 30 de setembro de 2019, concluímos o seguinte valor econômico para BRASIL PCH:

Taxa de retorno esperado	13,9%	14,4%	14,9%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,5%	3,5%	3,5%
<b>VALOR ECONÔMICO DE BRASIL PCH S.A.</b>			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	2.169.583	2.126.255	2.084.401
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	715.809	648.661	589.188
<b>VALOR OPERACIONAL DE BRASIL PCH S.A. (R\$ mil)</b>	<b>2.885.391</b>	<b>2.774.916</b>	<b>2.673.589</b>
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	(820.314)	(820.314)	(820.314)
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	-	-	-
<b>VALOR ECONÔMICO DE BRASIL PCH S.A. (R\$ mil)</b>	<b>2.065.077</b>	<b>1.954.602</b>	<b>1.853.274</b>
PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO		51,00%	
<b>EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (R\$ mil)</b>	<b>1.053.189</b>	<b>996.847</b>	<b>945.170</b>

## ANEXO 3

DADOS ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (R\$ mil)	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)	(5.833)	(16.302)	269.277	281.140	288.699	294.726	317.374	319.617	331.794	338.830	364.196
(% crescimento ROB)	n/a	n/a	n/a	4,4%	2,7%	2,1%	7,7%	0,7%	3,8%	2,1%	7,5%
Receita Light I	-	-	157.662	160.954	166.640	172.937	178.509	184.757	191.224	198.449	204.844
Light I	-	-	57.538	69.561	72.014	74.738	77.143	79.843	82.638	85.763	88.524
Receitas fixas Light I	-	-	57.132	68.737	71.162	73.853	76.230	78.898	81.660	84.748	87.476
Receitas variáveis Light I	-	-	406	824	853	885	913	945	978	1.015	1.048
Receitas extensão operação Light I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cemig	-	-	100.124	91.393	94.626	98.199	101.366	104.914	108.586	112.686	116.320
Receitas fixas Cemig	-	-	99.312	89.746	92.920	96.429	99.539	103.023	106.628	110.654	114.223
Receitas variáveis Cemig	-	-	812	1.648	1.706	1.770	1.827	1.891	1.957	2.031	2.097
Receitas extensão operação Cemig	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita LER/2014	(706)	(5.850)	22.225	29.714	34.120	32.009	31.385	30.974	39.160	36.744	36.020
Pau Santo (ex-Unha d'Anta)	(706)	(5.850)	22.225	29.714	34.120	32.009	31.385	30.974	39.160	36.744	36.020
Receitas fixas Pau Santo (ex-Unha d'Anta)	-	-	29.176	36.223	37.504	38.923	40.176	41.582	43.037	44.666	46.103
Receitas variáveis Pau Santo (ex-Unha d'Anta)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas extensão operação Pau Santo (ex-Unha d'Anta)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Pau Santo (ex-Unha d'Anta)	(706)	(5.850)	(6.950)	(6.509)	(3.385)	(6.915)	(8.791)	(10.608)	(3.877)	(7.922)	(10.082)
Receita LER/2013	(5.128)	(10.452)	89.391	90.471	87.939	89.781	107.479	103.886	101.410	103.638	123.332
Abil (ex-Jatobá)	(759)	(836)	13.309	11.854	11.167	11.443	14.101	13.225	12.811	13.125	16.180
Receitas fixas Abil (ex-Jatobá)	-	2.453	14.900	15.443	15.990	16.595	17.129	17.729	18.349	19.044	19.656
Receitas variáveis Abil (ex-Jatobá)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas extensão operação Abil (ex-Jatobá)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Abil (ex-Jatobá)	(759)	(3.289)	(1.591)	(3.588)	(4.824)	(5.153)	(3.029)	(4.504)	(5.538)	(5.919)	(3.476)
Acácia	(515)	(2.230)	8.618	9.966	10.226	10.238	11.613	12.019	12.167	12.363	13.326
Receitas fixas Acácia	-	-	9.273	10.469	10.841	11.251	11.613	12.019	12.440	12.911	13.326
Receitas variáveis Acácia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas extensão operação Acácia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Acácia	(515)	(2.230)	(655)	(503)	(615)	(1.013)	-	(273)	(548)	-	-
Angico	(285)	(1.234)	5.156	5.186	5.196	5.308	6.313	6.157	5.970	6.090	7.244
Receitas fixas Angico	-	-	5.589	5.793	5.998	6.225	6.425	6.650	6.883	7.143	7.373
Receitas variáveis Angico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas extensão operação Angico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Angico	(285)	(1.234)	(433)	(606)	(802)	(917)	(112)	(493)	(913)	(1.053)	(129)
Folha de Serra (ex-Mangabeira)	(659)	(726)	11.781	11.214	10.709	10.980	13.339	12.619	12.299	12.613	15.308
Receitas fixas Folha de Serra (ex-Mangabeira)	-	2.130	12.940	13.410	13.886	14.412	14.875	15.396	15.935	16.538	17.070
Receitas variáveis Folha de Serra (ex-Mangabeira)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas extensão operação Folha de Serra (ex-Mangabeira)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Folha de Serra (ex-Mangabeira)	(659)	(2.856)	(1.159)	(2.196)	(3.177)	(3.432)	(1.537)	(2.777)	(3.636)	(3.925)	(1.761)
Jabuticaba (ex-Bela Vista)	(308)	158	5.584	5.590	5.465	5.607	6.719	6.399	6.267	6.431	7.710
Receitas fixas Jabuticaba (ex-Bela Vista)	-	1.493	6.048	6.268	6.491	6.736	6.953	7.196	7.448	7.730	7.979
Receitas variáveis Jabuticaba (ex-Bela Vista)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas extensão operação Jabuticaba (ex-Bela Vista)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Jabuticaba (ex-Bela Vista)	(308)	(1.335)	(464)	(679)	(1.025)	(1.129)	(234)	(798)	(1.181)	(1.298)	(268)
Jacaranda do Cerrado	(648)	(2.808)	9.557	11.124	10.157	10.412	12.699	11.972	11.642	11.935	14.569
Receitas fixas Jacaranda do Cerrado	-	-	10.632	13.183	13.651	14.168	14.623	15.135	15.665	16.258	16.781
Receitas variáveis Jacaranda do Cerrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas extensão operação Jacaranda do Cerrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Jacaranda do Cerrado	(648)	(2.808)	(1.075)	(2.059)	(3.494)	(3.756)	(1.924)	(3.164)	(4.023)	(4.323)	(2.212)
Taboquinha	(703)	(3.043)	12.798	13.127	13.174	13.369	15.760	15.870	15.173	15.346	18.085
Receitas fixas Taboquinha	-	-	13.784	14.286	14.792	15.352	15.846	16.401	16.975	17.617	18.184
Receitas variáveis Taboquinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas extensão operação Taboquinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Taboquinha	(703)	(3.043)	(986)	(1.158)	(1.619)	(1.983)	(86)	(531)	(1.802)	(2.271)	(99)
Tábua	(509)	1.083	9.170	9.030	8.832	9.071	10.903	10.367	10.142	10.407	12.511
Receitas fixas Tábua	-	3.287	9.986	10.349	10.716	11.122	11.480	11.881	12.297	12.763	13.173
Receitas variáveis Tábua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas extensão operação Tábua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Tábua	(509)	(2.204)	(816)	(1.319)	(1.884)	(2.051)	(577)	(1.514)	(2.155)	(2.355)	(662)
Vaqueta	(741)	(816)	13.418	13.379	13.013	13.353	16.033	15.259	14.938	15.329	18.399
Receitas fixas Vaqueta	-	2.394	14.542	15.071	15.606	16.197	16.718	17.303	17.908	18.586	19.184
Receitas variáveis Vaqueta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas extensão operação Vaqueta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Vaqueta	(741)	(3.210)	(1.125)	(1.693)	(2.593)	(2.844)	(685)	(2.044)	(2.971)	(3.257)	(785)

DADOS ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (R\$ mil)	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
IMPOSTOS E DEDUÇÕES	-	(429)	(10.385)	(11.003)	(11.392)	(11.823)	(12.204)	(12.631)	(13.073)	(13.567)	(14.004)
(% ROB)	0,0%	2,6%	-3,9%	-3,9%	-3,9%	-4,0%	-3,8%	-4,0%	-3,9%	-4,0%	-3,8%
PIS/COFINS (3,65%)	-	(429)	(10.385)	(11.003)	(11.392)	(11.823)	(12.204)	(12.631)	(13.073)	(13.567)	(14.004)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	(5.833)	(16.731)	258.892	270.137	277.307	282.903	305.170	306.986	318.721	325.263	350.192
CUSTOS E DESPESAS (OPEX)	-	(12.931)	(61.157)	(80.734)	(82.615)	(82.905)	(84.613)	(86.737)	(88.387)	(90.094)	(91.862)
(% ROL)	n/a	n/a	-23,6%	-29,9%	-29,8%	-29,3%	-27,7%	-28,3%	-27,7%	-27,7%	-26,2%
Taxa ANEEL / ONS / CCEE	-	(63)	(1.082)	(1.580)	(1.635)	(1.692)	(1.752)	(1.813)	(1.876)	(1.942)	(2.010)
O&M Aerogeradores	-	(9.594)	(31.639)	(37.838)	(38.809)	(38.809)	(39.074)	(39.604)	(39.604)	(39.604)	(39.604)
O&M BoP	-	(1.135)	(3.953)	(5.236)	(5.675)	(5.874)	(6.080)	(6.292)	(6.513)	(6.741)	(6.977)
Despesas Gerais e Administrativas	-	(249)	(4.004)	(6.009)	(6.221)	(6.438)	(6.664)	(6.897)	(7.138)	(7.388)	(7.647)
Seguros	-	(248)	(4.115)	(6.052)	(6.267)	(6.486)	(6.713)	(6.948)	(7.191)	(7.443)	(7.703)
Arrendamentos de Terra	-	(75)	(1.330)	(1.954)	(2.023)	(2.094)	(2.167)	(2.243)	(2.321)	(2.402)	(2.486)
Ambiental	-	(888)	(3.509)	(5.125)	(4.445)	(3.357)	(3.375)	(3.493)	(3.615)	(3.741)	(3.872)
Encargo de Transmissão	-	(678)	(11.526)	(16.940)	(17.541)	(18.155)	(18.790)	(19.448)	(20.128)	(20.833)	(21.562)

IMOBILIZADO ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A.	Data-base	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
(R\$ mil)	30/09/2019																	
INVESTIMENTO EM MANUTENÇÃO		-	253.295	196.251														
INVESTIMENTO EM EXPANSÃO		-																
INVESTIMENTO TOTAL (MANUTENÇÃO + EXPANSÃO)	-	-	253.295	196.251	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEPRECIAÇÃO INVESTIMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO CUSTO (ORIGINAL)	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.237.788
VALOR RESIDUAL	2.237.788	2.237.788	2.237.788	2.175.119	2.063.230	1.951.341	1.839.451	1.727.562	1.615.672	1.503.783	1.391.894	1.280.004	1.168.115	1.056.225	944.336	832.447	720.557	608.668
DEPRECIAÇÃO IMOBILIZADO ORIGINAL	-			62.668	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889
DEPRECIAÇÃO TOTAL	83.917	-	-	62.668	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889
DEPRECIAÇÃO DOS NOVOS IMOBILIZADOS	30/09/2019	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
4º TRI 2019																		
2020																		
2021																		
2022		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2023		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2024		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2025		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2026		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2027		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2028		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2029		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2030		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2031		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2032		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2033		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2034		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2035		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CAPITAL DE GIRO ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (R\$ mil)	2017	2018	SET 2019	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
ATIVO CIRCULANTE	-	-	-	(1.944)	(1.358)	22.440	23.428	24.058	24.561	26.448	26.635	27.650	28.236	30.350
Contas a receber				(1.944)	(1.358)	22.440	23.428	24.058	24.561	26.448	26.635	27.650	28.236	30.350
PASSIVO CIRCULANTE	-	-	-	-	1.078	5.096	6.728	6.885	6.909	7.051	7.228	7.366	7.508	7.655
Contas a pagar				-	1.078	5.096	6.728	6.885	6.909	7.051	7.228	7.366	7.508	7.655
CAPITAL DE GIRO	-	-	-	(1.944)	(2.436)	17.343	16.700	17.174	17.652	19.397	19.407	20.284	20.728	22.695
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO				(1.944)	(492)	19.779	(643)	473	478	1.745	10	877	444	1.967

FLUXO ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A.	2017	2018	SET 2019	4º TRI 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
(R\$ mil)														
(% crescimento)					179,5%	-1751,8%	4,4%	2,7%	2,1%	7,7%	0,7%	3,8%	2,1%	7,5%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)		(15.675)		(5.833)	(16.302)	269.277	281.140	288.699	294.726	317.374	319.617	331.794	338.830	364.196
DEDUÇÕES/IMPOSTOS ( - )		-	-	-	(429)	(10.385)	(11.003)	(11.392)	(11.823)	(12.204)	(12.631)	(13.073)	(13.567)	(14.004)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)		(15.675)	-	(5.833)	(16.731)	258.892	270.137	277.307	282.903	305.170	306.986	318.721	325.263	350.192
OPEX ( - )		-	-	-	(12.931)	(61.157)	(80.734)	(82.615)	(82.905)	(84.613)	(86.737)	(88.387)	(90.094)	(91.862)
LAJIDA/EBITDA ( = )		(15.675)	-	(5.833)	(29.661)	197.734	189.403	194.692	199.998	220.557	220.249	230.334	235.169	258.330
margem Ebitda (Ebitda/ROL)		100,0%	n/a	100,0%	177,3%	76,4%	70,1%	70,2%	70,7%	72,3%	71,7%	72,3%	72,3%	73,8%
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO ( - )				-	-	(62.668)	(111.889)	(111.889)	(111.889)	(111.889)	(111.889)	(111.889)	(111.889)	(111.889)
LAIR/EBIT ( = )				(5.833)	(29.661)	135.066	77.514	82.803	88.109	108.667	108.359	118.445	123.279	146.441
IMPOSTO DE RENDA/CONTRIB. SOCIAL ( - )				-	-	(8.270)	(8.635)	(8.868)	(9.054)	(9.751)	(9.820)	(10.195)	(10.412)	(11.193)
Taxa de IRCS Efetiva (IRCS/EBIT)				0,0%	0,0%	-6,1%	-11,1%	-10,7%	-10,3%	-9,0%	-9,1%	-8,6%	-8,4%	-7,6%
LUCRO LÍQUIDO ( = )				(5.833)	(29.661)	126.796	68.878	73.935	79.055	98.916	98.539	108.250	112.868	135.248
margem líquida (LL/ROL)				100,0%	177,3%	49,0%	25,5%	26,7%	27,9%	32,4%	32,1%	34,0%	34,7%	38,6%
FLUXO DE CAIXA LIVRE														
(R\$ mil)														
ENTRADAS				(5.833)	(29.661)	189.465	180.768	185.824	190.945	210.806	210.428	220.139	224.757	247.137
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ( + )				(5.833)	(29.661)	126.796	68.878	73.935	79.055	98.916	98.539	108.250	112.868	135.248
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO ( + )				-	-	62.668	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889	111.889
SAÍDAS				-	(253.295)	(196.251)	-	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS ( - )				-	(253.295)	(196.251)	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO SIMPLES				(5.833)	(282.956)	(6.787)	180.768	185.824	190.945	210.806	210.428	220.139	224.757	247.137
VARIAÇÃO CAPITAL DE GIRO ( - )				1.944	492	(19.779)	643	(473)	(478)	(1.745)	(10)	(877)	(444)	(1.967)
SALDO DO PERÍODO				(3.889)	(282.464)	(26.566)	181.411	185.351	190.467	209.061	210.419	219.262	224.313	245.171
Período Parcial				0,25	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Mid-Year Convention				0,13	0,75	1,75	2,75	3,75	4,75	5,75	6,75	7,75	8,75	9,75
Fator de Desconto @ 16,1%			16,1%	0,98	0,89	0,77	0,66	0,57	0,49	0,42	0,36	0,31	0,27	0,23
Fluxo de Caixa Descontado				(3.817)	(252.503)	(20.450)	120.255	105.805	93.627	88.496	76.701	68.826	60.633	57.068
Saldo a ser Perpetuado				57.068										
Perpetuidade @ 3,50%			3,5%	467.800										
VALOR OPERACIONAL				862.441										
(R\$ mil)														

ESTRUTURA DE CAPITAL	
EQUITY / PRÓPRIO	61%
DEBT / TERCEIROS	39%
EQUITY + DEBT	100%
INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%
INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	3,5%
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	
TAXA LIVRE DE RISCO (Rf)	1,9%
BETA d	0,72
BETA r	1,18
PRÊMIO DE RISCO (Rm - Rf)	6,1%
PRÊMIO DE TAMANHO (Rs)	3,4%
RISCO BRASIL	2,5%
RISCO ESPECÍFICO	2,0%
Re Nominal em US\$ ( = )	17,0%
Re Nominal em R\$ ( = )	18,7%
CUSTO DA DÍVIDA	
Rd Nominal em R\$ ( = )	12,0%
Rd Nominal com Benefício Fiscal ( = )	12,0%
WACC	
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO	18,7%
CUSTO DA DÍVIDA	12,0%
TAXA DE DESCONTO NOMINAL EM R\$ ( = )	16,1%

71



## PREMISSAS PARA PROJEÇÃO DO VALOR ECONÔMICO DE ALTO SERTÃO III

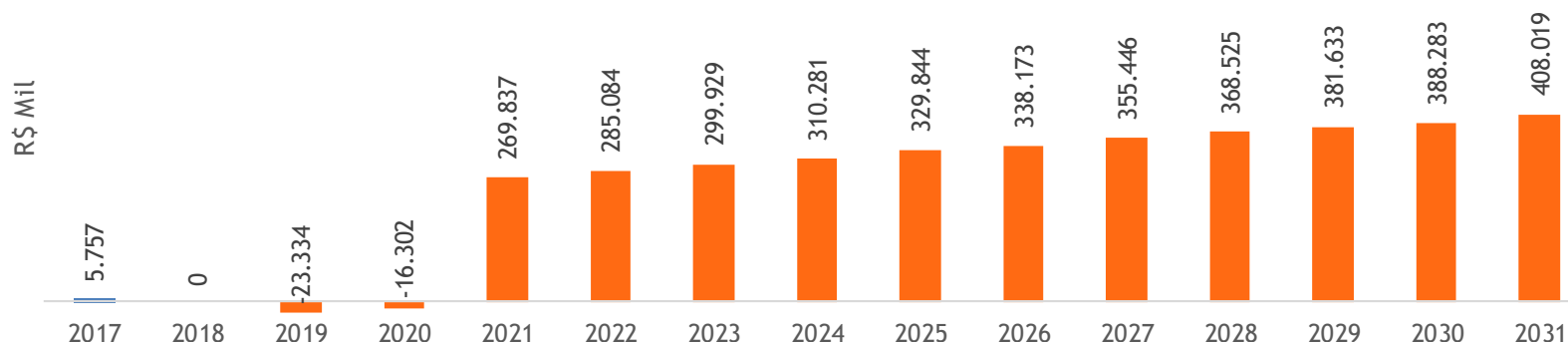
### RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE ALTO SERTÃO III

A Alto Sertão consolida as operações da Diamantina Eólica Participações S.A., que contém 25 SPEs, ainda não operacionais sendo elas: Centrais Eólicas São Salvador S.A., Centrais Eólicas Abil S.A., Centrais Eólicas Acácia S.A., Centrais Eólicas Angico S.A., Centrais Eólicas Folha da Serra S.A., Centrais Eólicas Jabuticaba S.A., Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A., Centrais Eólicas Taboquinha S.A., Centrais Eólicas Tabua S.A., Centrais Eólicas Vaqueta S.A., Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A., Centrais Eólicas Cedro S.A., Centrais Eólicas Vellozia S.A., Centrais Eólicas Angelim S.A., Centrais Eólicas Facheio S.A., Centrais Eólicas Sabiu S.A., Centrais Eólicas Barbatimão S.A., Centrais Eólicas Juazeiro S.A., Centrais Eólicas Jataí S.A., Centrais Eólicas Imburana Macho S.A., Centrais Eólicas Amescla S.A., Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A., Centrais Eólicas Pau d'Água S.A., Centrais Eólicas Manineiro S.A.

Do total, 9 possuem contratos no mercado regulado (atrelados a leilões ocorridos em 2013 e 2014) e 15 comercializam sua energia no mercado livre, negociados com a Light. Ao todo, são 432 MW de capacidade instalada. Os PPAs do leilão de 2013 (LER 13) são vigentes de setembro de 2015 até agosto de 2035, enquanto os leiloados em 2014 (LER 14) vão de janeiro 2017 a dezembro 2036, já as unidades focadas no ambiente de contratação livre, possuem contratos mais curtos, geralmente de doze meses. Cabe destacar que as SPEs têm previsão de início de suas atividades em 2021, incorrendo em despesas por ressarcimento de desvios de produção dentro e fora da faixa de tolerância estabelecidas pela CCEE.

A dinâmica da soma das receitas descritas está representada no gráfico a seguir.

## Receita Operacional Bruta Alto Sertão III



### DEDUÇÕES/TRIBUTOS SOBRE RECEITAS BRUTAS

Para a projeção, foram considerados os pagamentos de PIS e COFINS que somam um percentual total de 3,65% sobre a ROB por todo o período projetivo.

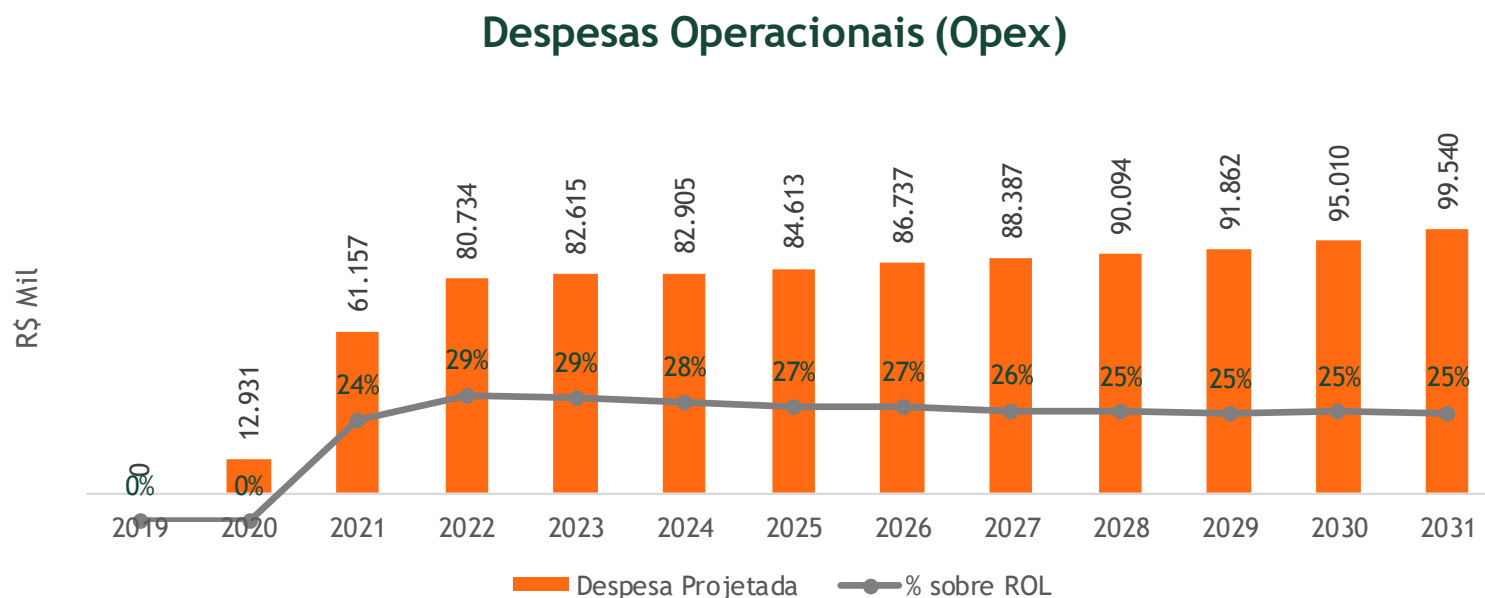
### CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos operacionais foram estimados conforme expectativa da companhia e foram separados entre tarifas do setor, operação e manutenção aerogeradores, operação e manutenção início de período, custos administrativos, *land leasing*, custos ambientais, seguro operacional.

- **Tarifas do setor e transmissão:** As tarifas do setor são referentes a Taxa de Uso dos Sistemas Elétricos e Transmissão (TUST), Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), Taxa de Fiscalização ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Mercado Atacadista de Energia (MAE) Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Uso do Bem Público (UBP). Todas essas tarifas partem de uma base fixa e são reajustadas pela inflação esperada para o período.

- **O&M - Aerogeradores:** Custo de operação e manutenção dos aerogeradores, função de quantidade de aerogeradores ativos no período e custo fixo estipulado para diferentes SPEs.
- **O&M - Início de período:** Os custos e despesas projetados são compostos por gastos com serviços de terceiros e fornecedores diversos. Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.
- **Land Leasing:** Contratos de arrendamento mercantil de áreas (Terrenos) onde operam as PCHs. Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.
- **Custos Administrativos:** Custos - predominantemente - com Pessoal, partindo de uma base fixa e ajustado anualmente pela inflação.
- **Custos Ambientais:** Custos incorridos para adequação à legislação ambiental vigente. Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.
- **Seguro Operacional:** Todos os custos partem de uma base fixa e são reajustados conforme a inflação esperada para o período.

O gráfico a seguir mostra a projeção dos custos operacionais consolidados e sua proporção sobre a Receita Operacional Líquida.





## IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO IR/CSLL

Conforme informado pela companhia, o IR e CSLL são calculados separadamente para cada uma das SPEs. Sendo assim, consideramos o regime tributário de lucro presumido e utilizamos uma alíquota 25% (15% padrão e 10% adicional) para o cálculo de IR sobre base de 8% da Receita Bruta, enquanto o CSLL possui uma alíquota de 9% que incide sobre 12% da receita bruta.

## CAPITAL DE GIRO

Os prazos foram projetados com base em informações gerenciais da empresa. A variação do capital de giro foi calculada considerando-se os parâmetros variáveis demonstrados no Anexo 1B, a partir de 2019.

ATIVO CIRCULANTE	DIAS	FONTE
Contas a receber de clientes	40	ROB
PASSIVO CIRCULANTE	DIAS	FONTE
Fornecedores	30	DESPESAS OPERACIONAIS

## DEPRECIAÇÃO

Foi considerada uma taxa média ponderada de 2,66% a.a. de depreciação sobre os ativos imobilizados do balanço na data-base e sobre os novos investimentos.

## INVESTIMENTOS

Foi considerado um reinvestimento de R\$ 498.441 mil em imobilizado apenas para a manutenção das plantas de geração de energia. Foi considerado investimento ao longo de todos os anos de projeção, acompanhando níveis de depreciação.

## DETERMINAÇÃO DA TAXA DE DESCONTO

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC, em que o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).



Os valores dos parâmetros utilizados para o cálculo da taxa de desconto seguem no Anexo 1B deste Laudo; todavia, destacamos a seguir as principais referências:

- Taxa livre de risco (custo do patrimônio líquido) - Corresponde à rentabilidade (*yield*), em 30/09/2019, do *US T-Bond 20 anos (Federal Reserve)*. Fonte: *site* [http://www.treas.gov/offices/domestic-finance/debt-management/interest-rate/yield\\_historical.shtml](http://www.treas.gov/offices/domestic-finance/debt-management/interest-rate/yield_historical.shtml).
- Beta d - Equivalente ao beta médio da área, pesquisado no banco de dados Reuters, programa fornecido pela empresa de mesmo nome, com dados do mercado de ações e informações financeiras. Os dados fornecidos pelo Reuters são os betas alavancados de empresas diferentes, com estruturas de capital relativas a elas. Desalavancamos os betas referentes a cada uma das empresas, considerando as respectivas estruturas de capital. Assim, achamos os betas brutos. Calculamos a média dos betas brutos encontrados, para daí a alavancarmos de acordo com a estrutura de capital setorial. Isso é necessário para a correção das possíveis distorções no cálculo do beta geradas pela diferença na estrutura de capital de cada empresa.
- Prêmio de risco - Corresponde ao *spread* entre SP500 e *US T-Bond 20 anos*, conforme o *Ibbotson 2019*, publicação com análises de mercado (ações, inflação etc.) de longo prazo. Fonte: *2019 Valuation Handbook: Guide to Cost of Capital*. Chicago: 2019. *Print*.
- Prêmio pelo tamanho - Corresponde ao prêmio de risco pelo tamanho da empresa, considerando-se o mercado de ações norte-americano. Fonte: *2018 Valuation Handbook: Guide to Cost of Capital*. Chicago: 2018. *Print*.
- Risco Brasil - Portal Brasil (30/09/2019). Fonte: *site* [http://www.portalbrasil.net/indices\\_dolar.htm](http://www.portalbrasil.net/indices_dolar.htm).
- Utilizou-se uma inflação americana projetada de 2,0% ao ano.
- Adicionalmente, o cálculo do custo do capital próprio leva em conta um desconto adicional de 2% pelo risco específico por tratar-se de um projeto não operacional.

Por fim, com os parâmetros usados no cálculo, chegamos a uma taxa de desconto nominal de 16,1% a.a.

### CÁLCULO DO VALOR OPERACIONAL

A partir do fluxo de caixa operacional projetado para os próximos doze anos e três meses, descontamos os valores a valor presente, por meio da taxa de desconto nominal descrita no item anterior.



## ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Foi considerado um endividamento líquido de R\$ 1.350.642 mil, na data-base, conforme o quadro a seguir.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (R\$ mil)	
Caixa e equivalente de caixa ( + )	32
Concessionários e Permissionários ( + )	0
Tributos a recuperar ( + )	2.702
Despesas antecipadas ( + )	1.303
Adiantamento a fornecedores ( + )	74
Outros ( + )	28
Depósitos judiciais ( + )	89
Empréstimos e financiamentos ( - )	(1.058.880)
Fornecedores ( - )	(186.525)
Obrigações fiscais ( - )	(3.302)
Tributos em Parcelamento ( - )	(9.346)
Outros Credores ( - )	(35.047)
Fornecedores (Arrendamento a pagar) ( - )	(11.013)
Empréstimos e financiamentos ( - )	(47.152)
Provisões ( - )	(2.830)
Outros passivos ( - )	(773)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.350.642)</b>

## VALOR FINAL ENCONTRADO

Com base nos estudos realizados pela APSIS, na data-base de 30 de setembro de 2019, concluímos o seguinte valor econômico para ALTO SERTÃO III:

Taxa de retorno esperado	15,6%	<b>16,1%</b>	16,6%
Taxa de crescimento perpetuidade	3,5%	<b>3,5%</b>	3,5%
<b>VALOR ECONÔMICO DE ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A.</b>			
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	410.382	<b>394.641</b>	379.430
VALOR RESIDUAL DESCONTADO	508.018	<b>467.800</b>	431.520
<b>VALOR OPERACIONAL DE ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (R\$ mil)</b>	<b>918.399</b>	<b>862.441</b>	<b>810.950</b>
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	(1.350.642)	<b>(1.350.642)</b>	(1.350.642)
ATIVOS/PASSIVOS NÃO OPERACIONAIS	-	-	-
<b>VALOR ECONÔMICO DE ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (R\$ mil)</b>	<b>(432.243)</b>	<b>(488.201)</b>	<b>(539.692)</b>

## ANEXO 4

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

MACAMBIRA	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		110,10
Impostos a recuperar		129.817,58
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>129.927,68</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		37.088,81
Imobilizado em curso		12.111.157,27
Total dos ativos não circulantes		<b>12.148.246,08</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>12.278.173,76</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		8.002.026,20
Partes relacionadas		313.535,39
Impostos a recolher		255.146,64
Arrendamentos a pagar		866,42
Outras contas a pagar		4.320.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>12.891.574,65</b>
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar		1.836,33
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		1.773.599,67
Partes relacionadas		627.747,42
Total dos passivos não circulantes		<b>2.403.183,42</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		14.215.027,32
Lucros (Prejuízos) acumulados		(17.231.611,63)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(3.016.584,31)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>12.278.173,76</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

TAMBORIL	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		252,71
Impostos a recuperar		140.474,21
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>140.726,92</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		105.318,51
Imobilizado em curso		16.218.370,45
Total dos ativos não circulantes		<b>16.323.688,96</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>16.464.415,88</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		9.230.101,10
Arrendamentos a pagar		1.858,37
Partes relacionadas		381.490,16
Impostos a recolher		473.224,25
Outras contas a pagar		5.400.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>15.486.673,88</b>
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar		6.792,24
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		2.023.248,60
Partes relacionadas		984.336,51
Total dos passivos não circulantes		<b>3.014.377,35</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		19.142.404,86
Lucros (Prejuízos) acumulados		(21.179.040,21)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(2.036.635,35)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>16.464.415,88</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

CARRANCUDO	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		285,39
Impostos a recuperar		100.621,20
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>100.906,59</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		4.108,96
Imobilizado em curso		12.944.346,13
Total dos ativos não circulantes		<b>12.948.455,09</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>13.049.361,68</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		3.932.932,31
Partes relacionadas		279.558,28
Impostos a recolher		18,71
Outras contas a pagar		3.780.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>7.992.509,30</b>
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		614.223,25
Partes relacionadas		567.792,08
Total dos passivos não circulantes		<b>1.182.015,33</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		17.361.559,05
Lucros (Prejuízos) acumulados		(13.486.722,00)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>3.874.837,05</b>
TOTAL DOS PASSIVOS		<b>13.049.361,68</b>
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>13.049.361,68</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

IPÊ AMARELO	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		131,59
Impostos a recuperar		104.534,62
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>104.666,21</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		3.760,33
Imobilizado em curso		11.132.781,46
Total dos ativos não circulantes		<b>11.136.541,79</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>11.241.208,00</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		1.715.906,36
Partes relacionadas		268.232,37
Impostos a recolher		39.619,76
Outras contas a pagar		3.600.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>5.623.758,49</b>
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		37.885,97
Partes relacionadas		530.155,90
Total dos passivos não circulantes		<b>568.041,87</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		16.493.153,86
Lucros (Prejuízos) acumulados		(11.443.746,22)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>5.049.407,64</b>
TOTAL DOS PASSIVOS		<b>11.241.208,00</b>
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>11.241.208,00</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

CABEÇA DE FRADE	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		257,21
Impostos a recuperar		29.712,39
Total dos ativos circulantes		<b>29.969,60</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		96.565,76
Imobilizado em curso		897.417,22
Total dos ativos não circulantes		<b>993.982,98</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>1.023.952,58</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		49.851,98
Partes relacionadas		113.446,95
Impostos a recolher		-
Outras contas a pagar		1.140.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>1.303.298,93</b>
NÃO CIRCULANTE		
Partes relacionadas		152.863,62
Total dos passivos não circulantes		<b>152.863,62</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		2.181.077,76
Lucros (Prejuízos) acumulados		(2.613.287,73)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(432.209,97)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>1.023.952,58</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

CANJOÃO	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		219,90
Impostos a recuperar		31.262,92
Total dos ativos circulantes		<b>31.482,82</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		1.355,27
Imobilizado em curso		1.009.312,91
Total dos ativos não circulantes		<b>1.010.668,18</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>1.042.151,00</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		1.982.515,89
Partes relacionadas		117.222,39
Impostos a recolher		15.387,51
Outras contas a pagar		1.213.774,06
Total dos passivos circulantes		<b>3.328.899,85</b>
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		472.560,48
Partes relacionadas		242.563,93
Total dos passivos não circulantes		<b>715.124,41</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		3.903.273,83
Lucros (Prejuízos) acumulados		(6.905.147,09)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(3.001.873,26)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS		<b>1.042.151,00</b>
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>1.042.151,00</b>
		(0,00)
		(0,00)

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

CONQUISTA	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		249,01
Impostos a recuperar		174.418,88
Total dos ativos circulantes		<b>174.667,89</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		96.935,90
Imobilizado em curso		4.312.542,00
Total dos ativos não circulantes		<b>4.409.477,90</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>4.584.145,79</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		1.518.548,58
Partes relacionadas		347.512,81
Impostos a recolher		24,25
Outras contas a pagar		4.860.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>6.726.085,64</b>
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		96.585,75
Partes relacionadas		593.933,48
Total dos passivos não circulantes		<b>690.519,23</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		23.542.317,73
Lucros (Prejuízos) acumulados		(26.374.776,81)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(2.832.459,08)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS		<b>4.584.145,79</b>
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>4.584.145,79</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

COXILHA ALTA	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		322,09
Impostos a recuperar		102.291,56
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>102.613,65</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		49.421,67
Imobilizado em curso		3.351.009,48
Total dos ativos não circulantes		<b>3.400.431,15</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>3.503.044,80</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		116.197,69
Partes relacionadas		283.333,53
Impostos a recolher		2.086,86
Outras contas a pagar		3.840.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>4.241.618,08</b>
NÃO CIRCULANTE		
Partes relacionadas		498.982,19
Total dos passivos não circulantes		<b>498.982,19</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		6.885.613,35
Lucros (Prejuízos) acumulados		(8.123.168,82)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(1.237.555,47)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS		<b>3.503.044,80</b>
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

<b>BOTUQUARA</b>	<b>LIGHT II</b>	<b>30/09/2019</b>
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		308,07
Impostos a recuperar		113.092,58
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>113.400,65</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		5.477,58
Imobilizado em curso		4.146.362,82
Total dos ativos não circulantes		<b>4.151.840,40</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>4.265.241,05</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		304.206,54
Arrendamentos a pagar		2.264,37
Partes relacionadas		313.535,39
Impostos a recolher		21,38
Outras contas a pagar		4.320.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>4.940.027,68</b>
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar		131.627,75
Partes relacionadas		567.152,42
Total dos passivos não circulantes		<b>698.780,17</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		7.559.824,88
Lucros (Prejuízos) acumulados		(8.933.391,68)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(1.373.566,80)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS		<b>4.265.241,05</b>
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

JEQUITIBA	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		272,21
Impostos a recuperar		43.638,68
Total dos ativos circulantes		<b>43.910,89</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		1.362,21
Imobilizado em curso		1.180.813,07
Total dos ativos não circulantes		<b>1.182.175,28</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>1.226.086,17</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		3.386.616,43
Arrendamentos a pagar		2.055,67
Partes relacionadas		143.649,04
Impostos a recolher		120.757,87
Outras contas a pagar		1.620.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>5.273.079,01</b>
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar		5.188,48
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		794.609,34
Partes relacionadas		241.480,50
Total dos passivos não circulantes		<b>1.041.278,32</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		6.428.923,47
Lucros (Prejuízos) acumulados		(11.517.194,63)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(5.088.271,16)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>1.226.086,17</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

TINGUÍ	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		300,14
Impostos a recuperar		105.844,76
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>106.144,90</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		1.765,28
Imobilizado em curso		3.518.901,48
Total dos ativos não circulantes		<b>3.520.666,76</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>3.626.811,66</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		6.627.754,45
Partes relacionadas		279.558,09
Impostos a recolher		11.256,28
Outras contas a pagar		3.780.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>10.698.568,82</b>
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		1.227.117,42
Partes relacionadas		754.110,11
Total dos passivos não circulantes		<b>1.981.227,53</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		18.011.571,81
Lucros (Prejuízos) acumulados		(27.064.556,50)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(9.052.984,69)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>3.626.811,66</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

ANISIO TEIXEIRA	LIGHT II	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		133,40
Impostos a recuperar		70.239,02
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>70.372,42</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		18.669,47
Imobilizado em curso		2.469.305,74
Total dos ativos não circulantes		<b>2.487.975,21</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>2.558.347,63</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		4.856.485,28
Arrendamentos a pagar		2.468,09
Partes relacionadas		211.603,49
Impostos a recolher		13,36
Outras contas a pagar		2.700.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>7.770.570,22</b>
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar		1.836,32
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		346.723,37
Partes relacionadas		342.148,17
Total dos passivos não circulantes		<b>690.707,86</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		19.346.653,75
Lucros (Prejuízos) acumulados		(25.249.584,20)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(5.902.930,45)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>2.558.347,63</b>
		-
		-

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

IMBURANA DE CABÃO	BTG	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		292,01
Impostos a recuperar		104.592,14
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>104.884,15</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		1.451,50
Imobilizado em curso		3.617.160,11
Total dos ativos não circulantes		<b>3.618.611,61</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>3.723.495,76</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		7.452.411,53
Partes relacionadas		294.659,11
Impostos a recolher		259.049,69
Outras contas a pagar		4.020.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>12.026.120,33</b>
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		1.685.002,03
Partes relacionadas		685.530,53
Total dos passivos não circulantes		<b>2.370.532,56</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		13.014.445,64
Lucros (Prejuízos) acumulados		(23.687.602,77)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(10.673.157,13)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS		<b>3.723.495,76</b>
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-
		-

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

EMBIRUÇU	BTG	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		219,62
Impostos a recuperar		31.934,89
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>32.154,51</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		1.392,91
Imobilizado em curso		1.068.564,95
Total dos ativos não circulantes		<b>1.069.957,86</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>1.102.112,37</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		59.505,85
Arrendamentos a pagar		2.312,21
Partes relacionadas		117.222,46
Impostos a recolher		24.254,38
Outras contas a pagar		1.200.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>1.403.294,90</b>
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar		3.103,16
Partes relacionadas		171.273,67
Total dos passivos não circulantes		<b>174.376,83</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		3.143.392,11
Lucros (Prejuízos) acumulados		(3.618.951,47)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(475.559,36)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>1.102.112,37</b>
		-
		-

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

LENÇÓIS	BTG	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		198,04
Impostos a recuperar		56.159,21
Outros créditos		515,25
Total dos ativos circulantes		<b>56.872,50</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		98.645,76
Imobilizado em curso		2.262.545,63
Total dos ativos não circulantes		<b>2.361.191,39</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>2.418.063,89</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		4.113.083,41
Partes relacionadas		192.727,27
Impostos a recolher		10,69
Outras contas a pagar		2.400.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>6.705.821,37</b>
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		292.569,58
Partes relacionadas		266.770,50
Total dos passivos não circulantes		<b>559.340,08</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		19.464.697,30
Lucros (Prejuízos) acumulados		(24.311.794,86)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(4.847.097,56)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>2.418.063,89</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

CALIANDRA	BTG	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa		242,92
Impostos a recuperar		35.216,35
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		<b>35.459,27</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Depósitos Judiciais		1.276,54
Imobilizado em curso		1.008.046,50
Total dos ativos não circulantes		<b>1.009.323,04</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>1.044.782,31</b>
<b>PASSIVOS</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores		2.323.076,63
Arrendamentos a pagar		2.055,67
Partes relacionadas		109.671,94
Impostos a recolher		3.542,15
Outras contas a pagar		1.080.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>3.518.346,39</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Arrendamentos a pagar		5.188,48
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		521.093,93
Partes relacionadas		199.471,87
Total dos passivos não circulantes		<b>725.754,28</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social		6.598.698,89
Lucros (Prejuízos) acumulados		(9.798.017,25)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(3.199.318,36)</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>		<b>1.044.782,31</b>
<b>E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>-</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

ICO	BTG	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		209,12
Impostos a recuperar		56.355,79
Total dos ativos circulantes		<b>56.564,91</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		1.289,48
Imobilizado em curso		8.683.582,19
Total dos ativos não circulantes		<b>8.684.871,67</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>8.741.436,58</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		5.270.776,29
Arrendamentos a pagar		2.468,05
Partes relacionadas		177.626,34
Impostos a recolher		55.056,19
Outras contas a pagar		2.160.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>7.665.926,87</b>
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar		1.836,33
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		1.375.398,98
Partes relacionadas		329.012,00
Total dos passivos não circulantes		<b>1.706.247,31</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		11.530.260,71
Lucros (Prejuízos) acumulados		(12.160.998,31)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(630.737,60)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>8.741.436,58</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

ALCAÇUZ	BTG	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		262,21
Impostos a recuperar		98.356,80
Total dos ativos circulantes		<b>98.619,01</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		1.708,92
Imobilizado em curso		12.738.992,77
Total dos ativos não circulantes		<b>12.740.701,69</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>12.839.320,70</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		7.235.095,09
Arrendamentos a pagar		2.055,67
Partes relacionadas		279.558,28
Impostos a recolher		118.272,31
Outras contas a pagar		3.780.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>11.414.981,35</b>
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar		5.188,48
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		1.772.539,27
Partes relacionadas		687.764,52
Total dos passivos não circulantes		<b>2.465.492,27</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		14.996.737,45
Lucros (Prejuízos) acumulados		(16.037.890,37)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(1.041.152,92)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>12.839.320,70</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

PUTUMUJU	BTG	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		114,23
Impostos a recuperar		76.469,06
Outros créditos		715,43
Total dos ativos circulantes		<b>77.298,72</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		25.723,27
Imobilizado em curso		8.902.452,78
Total dos ativos não circulantes		<b>8.928.176,05</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>9.005.474,77</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		6.359.179,79
Arrendamentos a pagar		2.645,80
Partes relacionadas		226.704,65
Impostos a recolher		41.570,49
Outras contas a pagar		2.940.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>9.570.100,73</b>
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar		391,75
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		1.584.731,31
Partes relacionadas		473.782,53
Total dos passivos não circulantes		<b>2.058.905,59</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		10.421.121,48
Lucros (Prejuízos) acumulados		(13.044.653,03)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(2.623.531,55)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>9.005.474,77</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Análise referente a Setembro/2019

(Valores expressos em R\$)

CANSANÇÃO	BTG	30/09/2019
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		150,22
Impostos a recuperar		77.945,49
Outros créditos		1,80
Total dos ativos circulantes		<b>78.097,51</b>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais		85.280,02
Imobilizado em curso		2.393.035,77
Imobilizado em serviço		-
Total dos ativos não circulantes		<b>2.478.315,79</b>
TOTAL DOS ATIVOS		<b>2.556.413,30</b>
<b>PASSIVOS</b>		
CIRCULANTE		
Fornecedores		124.520,85
Arrendamentos a pagar		1.044,17
Partes relacionadas		226.704,65
Impostos a recolher		815,24
Outras contas a pagar		2.940.000,00
Total dos passivos circulantes		<b>3.293.084,91</b>
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamentos a pagar		391,75
Partes relacionadas		370.900,32
Total dos passivos não circulantes		<b>371.292,07</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		4.614.138,82
Lucros (Prejuízos) acumulados		(5.722.102,50)
Recursos para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		<b>(1.107.963,68)</b>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<b>2.556.413,30</b>

## ANEXO 5

Pergunta 01 : Data Inicial ?	01/09/2019	
Pergunta 02 : Data Final ?	30/09/2019	
Pergunta 03 : Conta Inicial ?		
Pergunta 04 : Conta Final ?	<u>ZZZZZZZZZZZZ</u>	
Pergunta 05 : Imprime Contas ?	Ambas	
Pergunta 06 : Cod. Config. Livros ?		
Pergunta 07 : Saldos Zerados ?	Nao	
Pergunta 08 : Moeda ?	01	
Pergunta 09 : Folha Inicial ?		2
Pergunta 10 : Tipo de Saldo ?	1	
Pergunta 11 : Quebra por Natureza ?	por Código	
Pergunta 12 : Filtra Segmento No. ?		
Pergunta 13 : Conteudo Ini Segmen ?		
Pergunta 14 : Conteudo Fim Segmen ?		
Pergunta 15 : Conteudo Contido em ?		
Pergunta 16 : Imprime Coluna Mov. ?	Sim	
Pergunta 17 : Salta Linha Sintet. ?	Nao	
Pergunta 18 : Imprime Valor 0.00 ?	Nao	
Pergunta 19 : Imprime Codigo ?	Normal	
Pergunta 20 : Divide por ?	Nao se aplica	
Pergunta 21 : Imprimir ate o seg. ?		
Pergunta 22 : Posicao Ant. L/P ?	Nao	
Pergunta 23 : Data Lucros/Perdas ?	31/12/2018	
Pergunta 24 : Imp Quadros Contabeis ?	Nao	
Pergunta 25 : Ignora SI Ant.Rec/Des ?	Nao	
Pergunta 26 : Grupos Receitas/Despesas ?		
Pergunta 27 : Data Sld Ant. Receitas/Desp. ?	/ /	
Pergunta 28 : Num.linhas p/ o Balancete ?		99
Pergunta 29 : Descricao na Moeda ?	01	
Pergunta 30 : Selecciona Filiais ?	Sim	

Conta	Descriçao	Saldo anterior	Debito	Credito	Mov	periodo	Saldo atual
1	ATIVO	27.854.143,81	D				27.854.143,81
1.1	ATIVO CIRCULANTE	100,00	D				100,00
1.1.0.1	DISPONIBILIDADES	100,00	D				100,00
1.1.0.11	NUMERARIO DISPONIVEL	100,00	D				100,00
1.1.0.11.01	CAIXA	100,00	D				100,00
1.1.0.11.01000101	CAIXA GERAL	100,00	D				100,00
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE	27.854.043,81	D				27.854.043,81
1.2.3.2	ATIVO IMOBILIZADO	27.854.043,81	D				27.854.043,81
1.2.3.21	GERACAO	27.854.043,81	D				27.854.043,81
1.2.3.21.03	IMOBILIZACOES EM CURSO	27.854.043,81	D				27.854.043,81
1.2.3.21.03070119	A RATEAR VIAGENS	1.404.136,18	D				1.404.136,18
1.2.3.21.03070141	A RATEAR	16.603.643,57	D				16.603.643,57
1.2.3.21.03990107	TERRENOS EOLICOS NOVAS AREAS	9.846.264,06	D				9.846.264,06
Conta	Descriçao	Saldo anterior	Debito	Credito	Mov	periodo	Saldo atual
2	PASSIVO	27.857.843,22	C	569,11	569,11		27.857.843,22
2.2	PASSIVO NAO CIRCULANTE	3.380,91	C		569,11	C	3.950,02
2.2.0.2	EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	3.380,91	C		569,11	C	3.950,02
2.2.0.25	EMPRESTIMOS DE EMPRESAS LIGADAS	3.380,91	C		569,11	C	3.950,02
2.2.0.25.0104	RECURSOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	3.380,91	C		569,11	C	3.950,02
2.2.0.25.01040001	RECURSOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	3.380,91	C		569,11	C	3.950,02
2.4	PATRIMONIO LIQUIDO	27.854.462,31	C	569,11			27.853.893,20
2.4.0	PATRIMONIO LIQUIDO	27.854.462,31	C	569,11		D	27.853.893,20
2.4.0.1	CAPITAL	27.855.933,56	C				27.855.933,56
2.4.0.11	CAPITAL SOCIAL	27.855.933,56	C				27.855.933,56
2.4.0.11.01	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	27.855.933,56	C				27.855.933,56
2.4.0.11.01010101	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	27.855.933,56	C				27.855.933,56
2.4.0.5	RECURSOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	569,11	C	569,11		D	569,11
2.4.0.51	RECURSOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	569,11	C	569,11		D	569,11
2.4.0.51.01010101	RECURSOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	569,11	C	569,11		D	569,11
2.4.0.6	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	2.040,36	D				2.040,36
2.4.0.62	(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	2.040,36	D				2.040,36
2.4.0.62.01010101	PREJUIZOS ACUMULADOS	2.040,36	D				2.040,36
Conta	Descriçao	Saldo anterior	Debito	Credito	Mov	periodo	Saldo atual
6	RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	3.699,41	D				3.699,41
6.1	RESULTADO DAS ATIVIDADES	3.699,41	D				3.699,41
6.1.0	RESULTADO DAS ATIVIDADES	3.699,41	D				3.699,41
6.1.0.5	(-) GASTOS OPERACIONAIS	3.699,41	D				3.699,41
6.1.0.54	ADMINISTRACAO CENTRAL	3.699,41	D				3.699,41
6.1.0.54.08	SERVICOS PRESTADOS	2.372,00	D				2.372,00
6.1.0.54.08010107	SERVICOS DE COMUNICACAO E PUBLICACOES LE	2.372,00	D				2.372,00
6.1.0.54.19	GASTOS DIVERSOS	1.327,41	D				1.327,41
6.1.0.54.1999	OUTROS	1.327,41	D				1.327,41
6.1.0.54.19990111	IMPOSTOS E TAXAS	1.327,41	D				1.327,41



## ANEXO 6

HOLDING BELA VISTA XIV	31/07/2019	31/08/2019	30/09/2019
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	608,51	432,24	297,60
Aplicação financeira	-	-	-
Impostos a recuperar	19,46	19,46	19,46
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-
Despesas antecipadas	-	-	-
Outros créditos	9.746,40	9.363,52	9.363,52
Total dos ativos circulantes	10.374,37	9.815,22	9.680,58
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>PARTES RELACIONADAS</b>	153.583,12	153.583,12	361.553,05
Outros créditos	-	-	-
Investimentos	(367.475,83)	(280.847,26)	(533.981,60)
Imobilizado em curso	(0,00)	(0,00)	(0,00)
Total dos ativos não circulantes	(213.892,71)	(127.264,14)	(172.428,55)
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>(203.518,34)</b>	<b>(117.448,92)</b>	<b>(162.747,97)</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	586.780,45	586.780,45	638.040,28
Impostos a recolher	33.615,88	33.615,88	36.174,71
Partes relacionadas	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-
Total dos passivos circulantes	620.396,33	620.396,33	674.214,99
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	-	-	-
Partes relacionadas	161.968,92	161.968,92	370.668,92
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhista:	76.972,60	76.972,60	195.954,32
Total dos passivos não circulantes	238.941,52	238.941,52	566.623,24
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	244.293.569,56	244.293.569,56	244.293.569,56
Lucros (Prejuízos) acumulados	(245.467.425,75)	(245.463.756,33)	(245.697.155,76)
Adiantamento para futuro aumento de capital	111.000,00	193.400,00	-
Total do patrimônio líquido	(1.062.856,19)	(976.786,77)	(1.403.586,20)
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(203.518,34)</b>	<b>(117.448,92)</b>	<b>(162.747,97)</b>
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00

**CENTRAIS EÓLICAS BELA VISTA XIV S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
 Análise referente a Setembro/2019  
 (Valores expressos em R\$)

<b>HOLDING BELA VISTA XIV</b>	<b>31/07/2019</b>	<b>31/08/2019</b>	<b>30/09/2019</b>
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Depreciações	-	-	-
Custo de operação	-	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	-	-
Total	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	-	-	-
RECEITA (DESPESAS)			
Gerais e administrativas	(21.631,39)	(22.568,27)	(141.549,99)
Depreciações e amortizações	-	-	-
Outras despesas	-	-	-
Total	(21.631,39)	(22.568,27)	(141.549,99)
Resultado de equivalência patrimonial	(474.859,67)	(470.234,27)	(530.833,32)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	(496.491,06)	(492.802,54)	(672.383,31)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	-	-	-
Despesas financeiras	23.903,25	23.884,15	(29.934,51)
Total	23.903,25	23.884,15	(29.934,51)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(472.587,81)	(468.918,39)	(702.317,82)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-	-
Total	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(472.587,81)	(468.918,39)	(702.317,82)
Prejuízo por ação (expresso em reais - R\$) Básico e diluído	-	-	-

**CENTRAIS EÓLICAS BELA VISTA XIV S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
 Análise referente a Setembro/2019  
 (Valores expressos em R\$)

<b>VENTOS DE SÃO CRISTOVAO</b>	<b>31/07/2019</b>	<b>31/08/2019</b>	<b>30/09/2019</b>
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Depreciações	-	-	-
Custo de operação	(364.688,39)	(364.688,39)	(364.688,39)
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	-	-
Total	<u>(364.688,39)</u>	<u>(364.688,39)</u>	<u>(364.688,39)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	<u>(364.688,39)</u>	<u>(364.688,39)</u>	<u>(364.688,39)</u>
RECEITA (DESPESAS)			
Gerais e administrativas	(4.692,00)	(792,00)	(792,00)
Depreciações e amortizações	(68.343,20)	(68.343,20)	(110.779,70)
Outras despesas	-	-	-
Total	<u>(73.035,20)</u>	<u>(69.135,20)</u>	<u>(111.571,70)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	<u>(437.723,59)</u>	<u>(433.823,59)</u>	<u>(476.260,09)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	0,80	0,80	0,80
Despesas financeiras	(37.136,88)	(36.411,48)	(54.574,03)
Total	<u>(37.136,08)</u>	<u>(36.410,68)</u>	<u>(54.573,23)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(474.859,67)</u>	<u>(470.234,27)</u>	<u>(530.833,32)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	<u>(474.859,67)</u>	<u>(470.234,27)</u>	<u>(530.833,32)</u>
Prejuízo por ação (expresso em reais - R\$) Básico e diluído	-	-	-

## ANEXO 7

RENOVA PCH LTDA		30/09/2019
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		100,00
Aplicação financeira		-
Impostos a recuperar		-
Outros créditos		-
Total dos ativos circulantes		100,00
NÃO CIRCULANTE		
Outros créditos		-
Imobilizado em curso		-
Total dos ativos não circulantes		-
TOTAL DOS ATIVOS		100,00
PASSIVOS		
CIRCULANTE		
Fornecedores		-
Empréstimos e financiamentos		-
Partes relacionadas		-
Impostos a recolher		-
Contas a pagar - CCEE/Elektrobras		-
Outras contas a pagar		-
Total dos passivos circulantes		-
NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores		-
Empréstimos e financiamentos		-
Outras contas a pagar		-
Partes relacionadas		6.495,57
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		-
Total dos passivos não circulantes		6.495,57
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		359.784,23
Lucros (Prejuízos) acumulados		(366.179,80)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-
Total do patrimônio líquido		(6.395,57)
TOTAL DOS PASSIVOS		
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		100,00

## ANEXO 8

Renova Comercializadora  
Valores expressos em R\$.  
set/19

RENOVA COMERCIALIZADORA	30/09/2019
<b>ATIVO</b>	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	1.532.650,54
Aplicação financeira	3.686.276,66
Contas a receber de clientes	10.693,28
Impostos a recuperar	4.532.861,61
Total dos ativos circulantes	<b>9.762.482,09</b>
NÃO CIRCULANTE	
Contas a receber LEN 2011 (A-3)	6.047.711,46
Partes Relacionadas - Mútuo	-
Total dos ativos não circulantes	<b>6.047.711,46</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>15.810.193,55</b>
<b>PASSIVOS</b>	
CIRCULANTE	
Fornecedores	672.616,27
Impostos a recolher	4.647.147,05
Adiantamento de cliente	27.408.083,73
Partes relacionadas - TARD	-
Provisão contrato oneroso	33.068.792,50
Outras contas a pagar	349.790,46
Total dos passivos circulantes	<b>66.146.430,01</b>
NÃO CIRCULANTE	
Adiantamento de cliente	50.552.482,36
Partes relacionadas - Mútuo	148.644.419,41
Partes relacionadas - TARD	-
Total dos passivos não circulantes	<b>199.196.901,77</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	434.485.278,19
Lucros (Prejuízos) acumulados	(684.018.416,42)
Total do patrimônio líquido	<b>#####</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.810.193,55</b> (0,00)

## ANEXO 9

RENOVAPAR S.A.	30/09/2019
ATIVO	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	100,00
Aplicação financeira	-
Impostos a recuperar	-
Outros créditos	-
Total dos ativos circulantes	100,00
NÃO CIRCULANTE	
Outros créditos	-
Imobilizado em curso	-
Total dos ativos não circulantes	-
TOTAL DOS ATIVOS	100,00
PASSIVOS	
CIRCULANTE	
Fornecedores	-
Empréstimos e financiamentos	-
Partes relacionadas	-
Impostos a recolher	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	-
Outras contas a pagar	-
Total dos passivos circulantes	-
NÃO CIRCULANTE	
Fornecedores	-
Empréstimos e financiamentos	-
Outras contas a pagar	-
Partes relacionadas	1.946,07
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-
Total dos passivos não circulantes	1.946,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	22.973,88
Lucros (Prejuízos) acumulados	(24.819,95)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Total do patrimônio líquido	(1.846,07)
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100,00

## ANEXO 10

**DEMAIS EMPRESAS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Análise referente a Setembro/2019**  
**(Valores expressos em R\$)**

<b>ITAPUÃ IV</b>	<b>30/09/2019</b>
<b>ATIVO</b>	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	642,92
Total dos ativos circulantes	<u>642,92</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b><u>642,92</u></b>
<b>PASSIVOS</b>	
CIRCULANTE	
Fornecedores	40.955,21
Impostos a recolher	36.498,82
Total dos passivos circulantes	<u>77.454,03</u>
NÃO CIRCULANTE	
Partes relacionadas	59.973,95
Total dos passivos não circulantes	<u>59.973,95</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	968.664,03
Lucros (Prejuízos) acumulados	- 1.105.449,09
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Total do patrimônio líquido	<u>(136.785,06)</u>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>642,92</u></b>
	-
	0,00

<b>ITAPUÃ V</b>	<b>30/09/2019</b>
<b>ATIVO</b>	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	642,92
Impostos a recuperar	250,00
Total dos ativos circulantes	<u>892,92</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b><u>892,92</u></b>
<b>PASSIVOS</b>	
CIRCULANTE	
Fornecedores	37.637,98
Impostos a recolher	36.289,10
Total dos passivos circulantes	<u>73.927,08</u>
NÃO CIRCULANTE	
Partes relacionadas	22.086,65
Total dos passivos não circulantes	<u>22.086,65</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	883.194,34
Lucros (Prejuízos) acumulados	- 978.315,15
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Total do patrimônio líquido	<u>(95.120,81)</u>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>892,92</u></b>
	-
	0,00

**DEMAIS EMPRESAS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Análise referente a Setembro/2019**  
**(Valores expressos em R\$)**

<b>ITAPUÃ XV</b>	<b>30/09/2019</b>
<b>ATIVO</b>	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	100,00
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>100,00</b>
<b>PASSIVOS</b>	
CIRCULANTE	
Impostos a recolher	36.174,71
Total dos passivos circulantes	<b>36.174,71</b>
NÃO CIRCULANTE	
Partes relacionadas	247,00
Total dos passivos não circulantes	<b>247,00</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	32.392,90
Lucros (Prejuízos) acumulados	- 68.714,61
Total do patrimônio líquido	<b>(36.321,71)</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>100,00</b>
	-
	-
<b>ITAPUÃ XX</b>	<b>30/09/2019</b>
<b>ATIVO</b>	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	100,00
Total dos ativos circulantes	<b>100,00</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>100,00</b>
<b>PASSIVOS</b>	
CIRCULANTE	
Impostos a recolher	36.174,71
Total dos passivos circulantes	<b>36.174,71</b>
NÃO CIRCULANTE	
Partes relacionadas	353,00
Total dos passivos não circulantes	<b>353,00</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	32.338,90
Lucros (Prejuízos) acumulados	(68.766,61)
Total do patrimônio líquido	<b>(36.427,71)</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>100,00</b>
	-
	-

**DEMAIS EMPRESAS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Análise referente a Setembro/2019  
 (Valores expressos em R\$)

<b>RENOVA PCH LTDA</b>	<b>30/09/2019</b>
	-
<b>BAHIA HOLDING</b>	<b>30/09/2019</b>
<b>ATIVO</b>	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	100,00
Total dos ativos circulantes	<u>100,00</u>
NÃO CIRCULANTE	
Imobilizado em curso	27.854.043,81
Total dos ativos não circulantes	<u>27.854.043,81</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b><u>27.854.143,81</u></b>
<b>PASSIVOS</b>	
NÃO CIRCULANTE	
Partes relacionadas	3.950,02
Total dos passivos não circulantes	<u>3.950,02</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	27.855.933,56
Lucros (Prejuízos) acumulados	- 5.739,77
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Total do patrimônio líquido	<u>27.850.193,79</u>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>27.854.143,81</u></b>
	-
	-
<b>PARQUE EOLICO IANSA</b>	<b>30/09/2019</b>
<b>PASSIVOS</b>	
CIRCULANTE	
Impostos a recolher	4.943,76
Total dos passivos circulantes	<u>4.943,76</u>
NÃO CIRCULANTE	
Partes relacionadas	2.946,86
Total dos passivos não circulantes	<u>2.946,86</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	1.172.582,12
Lucros (Prejuízos) acumulados	(1.180.472,74)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Total do patrimônio líquido	<u>(7.890,62)</u>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>0,00</u></b>
	-
	-

[illegible]



## ANEXO 11

# Glossário

## A

### ABL

área bruta locável.

### ABNT

Associação Brasileira de Normas Técnicas

### Abordagem da renda

método de avaliação pela conversão a valor presente de benefícios econômicos esperados.

### Abordagem de ativos

método de avaliação de empresas onde todos os ativos e passivos (incluindo os não contabilizados) têm seus valores ajustados aos de mercado. Também conhecido como patrimônio líquido a mercado.

### Abordagem de mercado

método de avaliação no qual são adotados múltiplos comparativos derivados de preço de vendas de ativos similares.

### Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill)

benefícios econômicos futuros decorrentes de ativos não passíveis de serem individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.

### Amortização

alocação sistemática do valor amortizável de ativo ao longo de sua vida útil.

### Amostra

conjunto de dados de mercado representativos de uma população.

### Aproveitamento eficiente

aquele recomendável e tecnicamente possível para o local, em uma data de referência, observada a tendência mercadológica nas circunvizinhanças, entre os diversos usos permitidos pela legislação pertinente.

**Área equivalente de construção** área construída sobre a qual é aplicada a equivalência de custo unitário de construção correspondente, de acordo com os postulados da ABNT.

### Área homogeneizada

área útil, privativa ou construída com tratamentos matemáticos, para fins de avaliação, segundo critérios baseados no mercado imobiliário.

### Área privativa

área útil acrescida de elementos construtivos (tais como paredes, pilares etc.) e hall de elevadores (em casos particulares).

### Área total de construção

resultante do somatório da área real privativa e da área comum atribuídas a uma unidade autônoma, definidas conforme a ABNT.

### Área útil

área real privativa subtraída a área ocupada pelas paredes e outros elementos construtivos que impeçam ou dificultem sua utilização.

### Arrendamento mercantil financeiro

o que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios vinculados à posse do ativo, o qual pode ou não ser futuramente transferido. O arrendamento que não for financeiro é operacional.

### Arrendamento mercantil operacional

o que não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo. O arrendamento que não for operacional é financeiro.

### Ativo

recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados dos quais se esperam benefícios econômicos futuros para a entidade.

### Ativo imobilizado

ativos tangíveis disponibilizados para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, na locação por outros, investimento, ou fins administrativos, esperando-se que sejam usados por mais de um período contábil.

### Ativo intangível

ativo identificável não monetário sem substância física. Tal ativo é identificável quando: a) for separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, tanto individualmente quanto junto com contrato, ativo ou passivo relacionados; b) resulta de direitos contratuais ou outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

### Ativos não operacionais

aqueles não ligados diretamente às atividades de operação da empresa (podem ou não gerar receitas) e que podem ser alienados sem prejuízo do seu funcionamento.

### Ativos operacionais

bens fundamentais ao funcionamento da empresa.

**Ativo tangível**

ativo de existência física como terreno, construção, máquina, equipamento, móvel e utensílio.

**Avaliação**

ato ou processo de determinar o valor de um ativo.

**B****BDI (Budget Difference Income)**

Benefícios e Despesas Indiretas. Percentual que indica os benefícios e despesas indiretas incidentes sobre o custo direto da construção.

**Bem**

coisa que tem valor, suscetível de utilização ou que pode ser objeto de direito, que integra um patrimônio.

**Benefícios econômicos**

benefícios tais como receitas, lucro líquido, fluxo de caixa líquido etc.

**Beta**

medida de risco sistemático de uma ação; tendência do preço de determinada ação a estar correlacionado com mudanças em determinado índice.

**Beta alavancado**

valor de beta refletindo o endividamento na estrutura de capital.

**C****Campo de arbítrio**

intervalo de variação no entorno do estimador pontual adotado na avaliação, dentro do qual se pode arbitrar o valor do bem desde que justificado pela existência de características próprias não contempladas no modelo.

**CAPEX (Capital Expenditure)**

investimento em ativo permanente.

**CAPM (Capital Asset Pricing Model)**

modelo no qual o custo de capital para qualquer ação ou lote de ações equivale à taxa livre de risco acrescida de prêmio de risco proporcionado pelo risco sistemático da ação ou lote de ações em estudo. Geralmente utilizado para calcular o Custo de Capital Próprio ou Custo de Capital do Acionista.

**Capital investido**

somatório de capital próprio e de terceiros investidos em uma empresa. O capital de terceiros geralmente está relacionado a dívidas com juros (curto e longo prazo) devendo ser especificadas dentro do contexto da avaliação.

**Capitalização**

conversão de um período simples de benefícios econômicos em valor.

**Códigos alocados**

ordenação numeral (notas ou pesos) para diferenciar as características qualitativas dos imóveis.

**Combinação de negócios**

união de entidades ou negócios separados produzindo demonstrações contábeis de uma única entidade que reporta. Operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independente da forma jurídica da operação.

**Controlada**

entidade, incluindo aquela sem personalidade jurídica, tal como uma associação, controlada por outra entidade (conhecida como controladora).

**Controladora**

entidade que possui uma ou mais controladas.

**Controle**

poder de direcionar a gestão estratégica política e administrativa de uma empresa.

**CPC**

Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**Custo**

total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção, manutenção ou aquisição de um bem em uma determinada data e situação.

**Custo de capital**

taxa de retorno esperado requerida pelo mercado como atrativa de fundos para determinado investimento.

**Custo de reedição**

custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.

**Custo de reprodução**

gasto necessário para reproduzir um bem, sem considerar eventual depreciação.

**Custo de substituição**

custo de reedição de um bem, com a mesma função e características assemelhadas ao avaliando.

**Custo direto de produção**

gastos com insumos, inclusive mão de obra, na produção de um bem.

**Custo indireto de produção**

despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos necessários à produção de um bem.

**CVM**

Comissão de Valores Mobiliários.

# D

## Dado de mercado

conjunto de informações coletadas no mercado relacionadas a um determinado bem.

## Dano

prejuízo causado a outrem pela ocorrência de vícios, delitos, sinistros e delitos, entre outros.

## Data-base

data específica (dia, mês e ano) de aplicação do valor da avaliação.

## Data de emissão

data de encerramento do laudo de avaliação, quando as conclusões da avaliação são transmitidas ao cliente.

## DCF (Discounted Cash Flow)

fluxo de caixa descontado.

## D&A

Depreciação e Amortização.

## Depreciação

alocação sistemática do valor depreciável de ativo durante a sua vida útil.

## Desconto por falta de controle

valor ou percentual deduzido do valor pró-rata de 100% do valor de uma empresa, que reflete a ausência de parte ou da totalidade de controle.

## Desconto por falta de liquidez

valor ou percentual deduzido do valor pró-rata de 100% do valor de uma empresa, que reflete a ausência de liquidez.

## Dívida líquida

caixa e equivalentes, posição líquida em derivativos, dívidas financeiras de curto e longo prazo, dividendos a receber e a pagar, recebíveis e contas a pagar relacionadas a debêntures, déficits de curto e longo prazo com fundos de pensão, provisões, outros créditos e obrigações com pessoas vinculadas, incluindo bônus de subscrição.

## Documentação de suporte

documentação levantada e fornecida pelo cliente na qual estão baseadas as premissas do laudo.

## Drivers

direcionadores de valor ou variáveis-chave.

# E

## EBIT (Earnings Before Interests and Taxes)

lucro antes de juros e impostos.

## EBITDA (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization)

lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

## Empreendimento

conjunto de bens capaz de produzir receitas por meio de comercialização ou exploração econômica. Pode ser: imobiliário (ex.: loteamento, prédios comerciais/residenciais), de base imobiliária (ex.: hotel, shopping center, parques temáticos), industrial ou rural.

## Empresa

entidade comercial, industrial, prestadora de serviços ou de investimento detentora de atividade econômica.

## Enterprise value

valor econômico da empresa.

## Equity value

valor econômico do patrimônio líquido.

## Estado de conservação

situação física de um bem em decorrência de sua manutenção.

## Estrutura de capital

composição do capital investido de uma empresa entre capital próprio (patrimônio) e capital de terceiros (endividamento).

# F

## Fator de comercialização

razão entre o valor de mercado de um bem e seu custo de reedição ou substituição, que pode ser maior ou menor que 1 (um).

## FCFF (Free Cash Flow to Firm)

fluxo de caixa livre para a firma, ou fluxo de caixa livre desalavancado.

## Fluxo de caixa

caixa gerado por um ativo, grupo de ativos ou empresa durante determinado período de tempo. Geralmente o termo é complementado por uma qualificação referente ao contexto (operacional, não operacional etc.).

## Fluxo de caixa do capital investido

fluxo gerado pela empresa a ser revertido aos financiadores (juros e amortizações) e acionistas (dividendos) depois de considerados custo e despesas operacionais e investimentos de capital.

**Fração ideal**

percentual pertencente a cada um dos compradores (condôminos) no terreno e nas coisas comuns da edificação.

**Free float**

percentual de ações em circulação sobre o capital total da empresa.

**Frente real**

projeção horizontal da linha divisória do imóvel com a via de acesso.

**G****Gleba urbanizável**

terreno passível de receber obras de infraestrutura urbana, visando ao seu aproveitamento eficiente, por meio de loteamento, desmembramento ou implantação de empreendimento.

**Goodwill**

ver Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill).

**H****Hipótese nula em um modelo de regressão**

hipótese em que uma ou um conjunto de variáveis independentes envolvidas no modelo de regressão não é importante para explicar a variação do fenômeno em relação a um nível de significância pré-estabelecido.

**Homogeneização**

tratamento dos preços observados, mediante à aplicação de transformações matemáticas que expressem, em termos relativos, as diferenças entre os atributos dos dados de mercado e os do bem avaliando.

**I****IAS (International Accounting Standard)**

Normas Internacionais de Contabilidade.

**IASB (International Accounting Standards Board)**

Junta Internacional de Normas Contábeis.

**Idade aparente**

idade estimada de um bem em função de suas características e estado de conservação no momento da vistoria.

**IFRS (International Financial Reporting Standard)**

Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo IASB.

**Imóvel**

bem constituído de terreno e eventuais benfeitorias a ele incorporadas. Pode ser classificado como urbano ou rural, em função da sua localização, uso ou vocação.

**Imóvel de referência**

dado de mercado com características comparáveis às do imóvel avaliando.

**Impairment**

ver Perdas por desvalorização

**Inferência estatística**

parte da ciência estatística que permite extrair conclusões sobre a população a partir de amostra.

**Infraestrutura básica**

equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de acesso.

**Instalações**

conjunto de materiais, sistemas, redes, equipamentos e serviços para apoio operacional a uma máquina isolada, linha de produção ou unidade industrial, conforme grau de agregação.

**L****Liquidação forçada**

condição relativa à hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que a média de absorção pelo mercado.

**Liquidez**

capacidade de rápida conversão de determinado ativo em dinheiro ou em pagamento de determinada dívida.

**Loteamento**

subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes.

**Luvas**

quantia paga pelo futuro inquilino para assinatura ou transferência do contrato de locação, a título de remuneração do ponto comercial.

**M****Metodologia de avaliação**

uma ou mais abordagens utilizadas na elaboração de cálculos avaliatórios para a indicação de valor de um ativo.

**Modelo de regressão**

modelo utilizado para representar determinado fenômeno, com base em uma amostra, considerando-se as diversas características influenciadoras.

**Múltiplo**

valor de mercado de uma empresa, ação ou capital investido, dividido por uma medida da empresa (EBITDA, receita, volume de clientes etc.).

**N****Normas Internacionais de Contabilidade**

normas e interpretações adotadas pela IASB. Elas englobam: Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS); Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

**P****Padrão construtivo**

qualidade das benfeitorias em função das especificações dos projetos, de materiais, execução e mão de obra efetivamente utilizados na construção.

**Parecer técnico**

relatório circunstanciado ou esclarecimento técnico, emitido por um profissional capacitado e legalmente habilitado, sobre assunto de sua especificidade.

**Passivo**

obrigação presente que resulta de acontecimentos passados, em que se espera que a liquidação desta resulte em afluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios econômicos.

**Patrimônio líquido a mercado**

ver Abordagem de ativos.

**Perdas por desvalorização (impairment)**

valor contábil do ativo que excede, no caso de estoques, seu preço de venda menos o custo para completá-lo e despesa de vendê-lo; ou, no caso de outros ativos, seu valor justo menos a despesa para a venda.

**Perícia**

atividade técnica realizada por profissional com qualificação específica para averiguar e esclarecer fatos, verificar o estado de um bem, apurar as causas que motivaram determinado evento, avaliar bens, seus custos, frutos ou direitos.

**Pesquisa de mercado**

conjunto de atividades de identificação, investigação, coleta, seleção, processamento, análise e interpretação de resultados sobre dados de mercado.

**Planta de valores**

representação gráfica ou listagem dos valores genéricos de metro quadrado de terreno ou do imóvel em uma mesma data.

**Ponto comercial**

bem intangível que agrega valor ao imóvel comercial, decorrente de sua localização e expectativa de exploração comercial.

**Ponto influenciante**

ponto atípico que, quando retirado da amostra, altera significativamente os parâmetros estimados ou a estrutura linear do modelo.

**População**

totalidade de dados de mercado do segmento que se pretende analisar.

**Preço**

quantia pela qual se efetua uma transação envolvendo um bem, um fruto ou um direito sobre ele.

**Prêmio de controle**

valor ou percentual de um valor pró-rata de lote de ações controladoras sobre o valor pró-rata de ações sem controle, que refletem o poder do controle.

**Profundidade equivalente**

resultado numérico da divisão da área de um lote pela sua frente projetada principal.

**Propriedade para investimento**

imóvel (terreno, construção ou parte de construção, ou ambos) mantido pelo proprietário ou arrendatário sob arrendamento, tanto para receber pagamento de aluguel quanto para valorização de capital, ou ambos, que não seja para: uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, como também para fins administrativos.

**R****Rd (Custo da Dívida)**

medida do valor pago pelo capital provindo de terceiros, sob a forma de empréstimos, financiamentos, captações no mercado, entre outros.

**Re (Custo de Capital Próprio)**

retorno requerido pelo acionista pelo capital investido.

**Risco do negócio**

grau de incerteza de realização de retornos futuros esperados do negócio, resultantes de fatores que não alavancagem financeira.

**S****Seguro**

transferência de risco garantida por contrato, pelo qual uma das partes se obriga, mediante cobrança de prêmio, a indenizar a outra pela ocorrência de sinistro coberto pela apólice.

**Sinistro**

evento que causa perda financeira.

# T

## **Taxa de capitalização**

qualquer divisor usado para a conversão de benefícios econômicos em valor em um período simples.

## **Taxa de desconto**

qualquer divisor usado para a conversão de um fluxo de benefícios econômicos futuros em valor presente.

## **Taxa interna de retorno**

taxa de desconto onde o valor presente do fluxo de caixa futuro é equivalente ao custo do investimento.

## **Testada**

medida da frente de um imóvel.

## **Tratamento de dados**

aplicação de operações que expressem, em termos relativos, as diferenças de atributos entre os dados de mercado e os do bem avaliando.

# U

## **Unidade geradora de caixa**

menor grupo de ativos identificáveis gerador de entradas de caixa que são, em grande parte, independentes de entradas geradas por outros ativos ou grupos de ativos.

# V

## **Valor atual**

valor de reposição por novo depreciado em função do estado físico em que se encontra o bem.

## **Valor contábil**

valor em que um ativo ou passivo é reconhecido no balanço patrimonial.

## **Valor da perpetuidade**

valor ao final do período projetivo a ser adicionado no fluxo de caixa.

## **Valor de dano elétrico**

estimativa do custo do reparo ou reposição de peças, quando ocorre um dano elétrico no bem. Os valores são tabelados em percentuais do Valor de Reposição e foram calculados através de estudos dos manuais dos equipamentos e da experiência em manutenção corretiva dos técnicos da Apsis.

## **Valor de investimento**

valor para um investidor em particular, baseado em interesses particulares no bem em análise. No caso de avaliação de negócios, este valor pode ser analisado por diferentes situações, tais como sinergia com demais empresas de um investidor, percepções de risco, desempenhos futuros e planejamentos tributários.

## **Valor de liquidação**

valor de um bem colocado à venda no mercado fora do processo normal, ou seja, aquele que se apuraria caso o bem fosse colocado à venda separadamente, levando-se em consideração os custos envolvidos e o desconto necessário para uma venda em um prazo reduzido.

## **Valor de reposição por novo**

valor baseado no que o bem custaria (geralmente em relação a preços correntes de mercado) para ser reposto ou substituído por outro novo, igual ou similar.

## **Valor de seguro**

valor pelo qual uma companhia de seguros assume os riscos e não se aplica ao terreno e às fundações, exceto em casos especiais.

## **Valor de sucata**

valor de mercado dos materiais reaproveitáveis de um bem, na condição de desativação, sem que estes sejam utilizados para fins produtivos.

## **Valor depreciável**

custo do ativo, ou outra quantia substituta do custo (nas demonstrações contábeis), menos o seu valor residual.

## **Valor em risco**

valor representativo da parcela do bem que se deseja segurar e que pode corresponder ao valor máximo segurável.

## **Valor em uso**

valor de um bem em condições de operação no estado atual, como uma parte integrante útil de uma indústria, incluídas, quando pertinentes, as despesas de projeto, embalagem, impostos, fretes e montagem.

## **Valor (justo) de mercado**

valor pelo qual um ativo pode ser trocado de propriedade entre um potencial vendedor e um potencial comprador, quando ambas as partes têm conhecimento razoável dos fatos relevantes e nenhuma está sob pressão de fazê-lo.

## **Valor justo menos despesa para vender**

valor que pode ser obtido com a venda de ativo ou unidade geradora de caixa menos as despesas da venda, em uma transação entre partes conhecedoras, dispostas a tal e isentas de interesse.

## **Valor máximo de seguro**

valor máximo do bem pelo qual é recomendável que seja segurado. Este critério estabelece que o bem com depreciação maior que 50% deverá ter o Valor Máximo de Seguro igual a duas vezes o Valor Atual; e aquele com depreciação menor que 50% deverá ter o Valor Máximo de Seguro igual ao Valor de Reposição.

## **Valor presente**

estimativa do valor presente descontado de fluxos de caixa líquidos no curso normal dos negócios.

**Valor recuperável**

valor justo mais alto de ativo (ou unidade geradora de caixa) menos as despesas de venda comparado com seu valor em uso.

**Valor residual**

valor do bem novo ou usado projetado para uma data, limitada àquela em que o mesmo se torna sucata, considerando estar em operação durante o período.

**Valor residual de ativo**

valor estimado que a entidade obteria no presente com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas desta, se o ativo já estivesse com a idade e condição esperadas no fim de sua vida útil.

**Variáveis independentes**

variáveis que dão conteúdo lógico à formação do valor do imóvel, objeto da avaliação.

**Variáveis qualitativas**

variáveis que não podem ser medidas ou contadas, apenas ordenadas ou hierarquizadas, de acordo com atributos inerentes ao bem (por exemplo, padrão construtivo, estado de conservação e qualidade do solo).

**Variáveis quantitativas**

variáveis que podem ser medidas ou contadas (por exemplo, área privativa, número de quartos e vagas de garagem).

**Variáveis-chave**

variáveis que, a priori e tradicionalmente, são importantes para a formação do valor do imóvel.

**Variável dependente**

variável que se pretende explicar pelas independentes.

**Variável dicotômica**

variável que assume apenas dois valores.

**Vício**

anomalia que afeta o desempenho de produtos e serviços, ou os torna inadequados aos fins a que se destinam, causando transtorno ou prejuízo material ao consumidor.

**Vida remanescente**

vida útil que resta a um bem.

**Vida útil econômica**

período no qual se espera que um ativo esteja disponível para uso, ou o número de unidades de produção ou similares que se espera obter do ativo pela entidade.

**Vistoria**

constatação local de fatos, mediante observações criteriosas em um bem e nos elementos e condições que o constituem ou o influenciam.

**Vocação do imóvel**

uso economicamente mais adequado de determinado imóvel em função das características próprias e do entorno, respeitadas as limitações legais.

**WACC (Weighted Average Cost of Capital)**

modelo no qual o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).